

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR



Dissertação

AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL:
um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos

Nádia Velleda Caldas

Pelotas, 2008

NÁDIA VELLEDA CALDAS

AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL:
um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsky

Pelotas, 2008

Dados de catalogação na fonte:
(Marlene Cravo Castillo – CRB-10/744)

C145a Caldas, Nádia Velleda
Agricultura familiar e previdência social rural : um estudo
comparativo em quatro municípios gaúchos / Nádia Velleda
Caldas. - Pelotas, 2008.
118f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de
Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. -
Pelotas, 2007, José Geraldo Wizniewsky, Orientador.

1. Previdência social 2. Agricultura familiar 3. Políticas
Públicas I Wizniewsky (orientador) II .Título.

CDD 307.72

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Marcos Froehlich

Prof^a Dra. Giancarla Salamoni

Prof. Dr. José Geraldo Wizniewsy

Ao companheiro de caminhada, Flávio.

Agradecimentos

Ao Flávio, meu maior incentivador, presente em todos os momentos desta jornada que, mesmo nas horas mais difíceis, encorajou-me a seguir a luta, minha mais profunda gratidão.

Aos meus filhos, por me fazerem acreditar que um mundo melhor, mais justo, é possível. À minha mãe, que através de seus exemplos animou-me a seguir sempre em busca do aprimoramento, a meu pai Wilson (*in memoriam*), que com seu jeito simples transmitiu-me valores os quais tenho orgulho de cultivar. Aos meus irmãos Willians, Karen e Wilson, minha reverência. Aos meus irmãos de coração, Rosana, Heron César, Rejane, Cyro, Renata, Cláudio, Pedro e Adriane, Airton e Simone.

Ao meu orientador, Prof. José Geraldo Wizniewsky, por sua contribuição nesse decisivo momento de minha trajetória e pela tranquilidade que transmite.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, à “nossa” Estela, aos colegas, com os quais tive a honra de conviver durante a realização deste mestrado, pelos debates e importantes contribuições em meu aprendizado.

Aos amigos do Departamento de Ciências Sociais Agrárias pelo carinho com que sempre me acolheram, especialmente ao grande amigo e Prof. Antônio Jorge Amaral Bezerra, por seu imprescindível apoio.

Aos colegas de pesquisa, Fernanda, Cláudio, Jonas, Valdemar, Lucas, Alini, Victor, Itamara, Glaciele, Guilherme Radomsky, Igor Teixeira, Marcelo Conterato e Leonardo Koppe.

Ao CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico que, através da concessão da bolsa de Mestrado, permitiu a realização desta pesquisa assim como a disponibilização de recursos necessários para financiar todas as etapas da presente investigação científica.

À Gerência Executiva Regional do INSS de Ijuí, Passo Fundo e, especialmente Pelotas pelo fornecimento dos dados referentes aos benefícios junto aos municípios das microrregiões estudadas.

À Isair San Martins, Cláudio Pinho e Ivania lockock por seus importantes apoios.

Aos agricultores familiares dos municípios de Morro Redondo, Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões, que cordialmente me receberam e compartilharam suas vidas.

Às Prefeituras Municipais, às Secretarias da Agricultura, às EMATER's, na figura de seus funcionários e técnicos das localidades analisadas.

Finalmente a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

CALDAS, Nádía Velleda. **Agricultura familiar e previdência social rural: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos**. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A dissertação analisa a importância da previdência social rural na dinâmica da agricultura familiar gaúcha. Aborda os efeitos do processo de universalização da seguridade social em face das mudanças decorrentes da promulgação da nova constituição de 1988. O estudo desenvolveu-se com base em pesquisa realizada em 238 estabelecimentos rurais existentes em quatro áreas de estudo correspondentes às microrregiões de Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo, respectivamente situadas no sul, nordeste, norte e noroeste da geografia gaúcha. Os resultados indicam que as aposentadorias e pensões são essencialmente importantes na perspectiva da redução das desigualdades. Elas representam uma importante fonte de renda para as famílias e para a economia dos municípios. Foi comprovada a tese de estes recursos são igualmente importantes para financiar as atividades agropecuárias em uma proporção considerável (53%) no conjunto dos estabelecimentos investigados. Além disso, a pesquisa analisou a evolução do número e valor das aposentadorias e pensões rurais durante os anos 2001 e 2006 nas quatro microrregiões aludidas. Se a década de 1990 mostra uma expansão substancial no sistema, nos seis primeiros anos do século XXI reduzem-se as taxas de incremento no número de aposentados e pensionistas no Estado do Rio Grande do Sul. Esse dado é importante na medida em que contraria algumas posições que insistem na necessidade de rever a forma de concessão de benefícios à clientela rural, por conta do incremento no número de aposentados e pensionistas, tendência esta que não se viu confirmada no marco dessa pesquisa.

Palavras-chave: previdência social, agricultura familiar, políticas públicas.

Abstrat

CALDAS, Nádia Velleda. **Agricultura familiar e previdência social rural: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos**. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The dissertation analyzes the importance of rural social welfare in the family farming. It approaches the effects of the universalization process of social welfare considering the changes resulting from the declaration of the 1988 Constitution. The study was developed based on a research performed in 238 rural settlements existing in four areas of study, corresponding to the micro-regions of *Pelotas*, *Caxias do Sul*, *Frederico Westphalen* and *Cerro Largo*, which are situated in the south, northeast, north and northwest of the geography on the *Rio Grande do Sul* respectively. The results show that the retirements and pensions are essentially important under the perspective of reducing inequalities. They represent an important income source for the families as well as for the economy of these settlements. The thesis that these resources are equally important to finance farm and cattle raising activities was proven under a considerable proportion (53%) in the investigated settlements as a whole. Besides, the research analyzed the evolution of the number and value of rural retirements and pensions for the years 2001 and 2006 in the four above mentioned micro-regions. If the decade of 1990 presents a substantial expansion in the system, the raising rates are reduced in the first six years of the XXI century for the number of retirement and pension holders in the State of *Rio Grande do Sul*. This data is important as it contradicts some opinions which insist upon the need to review the ways of granting benefits to the rural clientele, on account of the increase in the number of such holders, a trend which was not confirmed in the course of the present research

Keywords: social security, family farming, public policies.

Lista de figuras e Boxes

Figura 1	Evolução do número de benefícios de prestação continuada, segundo o tipo de clientela no Rio Grande do Sul, período 2001-2006	56
Figura 2	Evolução do valor pago dos benefícios de prestação continuada, segundo o tipo de clientela no Rio Grande do Sul, período 2001-2006.....	57
Figura 3	Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul com destaque para as microrregiões e municípios que constituíram os quatro estudos de caso.....	61
Figura 4	Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Pelotas, período 2001-2006.....	70
Figura 5	Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Pelotas, período 2001-2006 (em milhões de reais)	70
Figura 6	Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Caxias do Sul, período 2001-2006.	71
Figura 7	Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Caxias do Sul, período 2001-2006. (em milhões de reais)	72
Figura 8	Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Frederico Westphalen, período 2001-2006.	73
Figura 9	Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Frederico Westphalen, período 2001-2006. (em milhões de reais)	73
Figura 10	Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Cerro Largo, período 2001-2006	74
Figura 11	Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Cerro Largo, período 2001-2006. (em milhões de reais)	75
Figura 12	Renda Agrícola e Renda Total, em reais, nos estabelecimentos com e sem aposentados em cada um dos quatro estudos de caso.	85
Box 1	O Marco metodológico da Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS	23
Box 2	Artigo 121 da Constituição Federal de 1934.....	39
Box 3	Tipologias das famílias extensas no marco do Projeto Rurbano	49
Box 4	A previdência social e a diversidade de benefícios	58

Lista de tabelas

Tabela 1	Evolução do número de estabelecimentos, área ocupada e participação percentual (PP) segundo classes específicas, entre os anos 1970 e 1995 no Estado do Rio Grande do Sul.....	45
Tabela 2	Proporção do valor bruto total da produção agrícola, da produção animal e vegetal no Estado do Rio Grande do Sul segundo categorias de estabelecimentos no ano agrícola 1995/1996.....	45
Tabela 3	Evolução da população total, urbana e rural e participação percentual no Rio Grande do Sul, entre os anos 1970 e 2000.....	47
Tabela 4	Evolução da população total, de aposentados e pensionistas urbanos e rurais no Rio Grande do Sul, Brasil, período 1992–1999 (em 1.000 pessoas).....	47
Tabela 5	Evolução das famílias extensas no Rio Grande do Sul segundo o tipo, período 2001–2005. (em 1.000 famílias).....	50
Tabela 6	Evolução das famílias rurais extensas no Rio Grande do Sul segundo o tipo, período 2001–2005. (em 1.000 famílias).....	51
Tabela 7	Evolução das famílias extensas rurais, com pelo menos um membro com aposentadoria e/ou pensão, segundo o tipo e local de domicílio. Rio Grande do Sul. (em 1.000 famílias).....	53
Tabela 8	Número de benefícios mantidos em 2001, número de pessoas com 60 anos e mais e quociente entre número de benefícios e de pessoas com 60 anos e mais no Estado do Rio Grande do Sul.....	58
Tabela 9	Produto Interno Bruto, PIB per capita, IDH, IDESE e outros indicadores referentes aos estudos de caso da Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).	65
Tabela 10	Alguns indicadores referentes aos municípios investigados.....	68
Tabela 11	Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal das localidades integrantes da microrregião de Pelotas, 1991 e 2000.....	76
Tabela 12	Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal dos localidades integrantes da microrregião de Caxias do Sul, 1991 e 2000.....	77
Tabela 13	Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal dos localidades integrantes da microrregião de Frederico Westphalen, 1991 e 2000.....	78
Tabela 14	Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal dos localidades integrantes da microrregião de Cerro Largo, 1991 e 2000.....	79

Tabela 15	Valores médios anuais por estabelecimento investigado relativos à Renda Agrícola, Renda de Atividade Não-agrícola, Outras Rendas do Trabalho, Rendas de outras fontes e rendas de aposentadorias e pensões nos quatro estudos de caso.....	82
Tabela 16	Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a presença ou não de aposentados e/ou pensionistas no domicílio...	83
Tabela 17	Renda Agrícola e Renda Total nos estabelecimentos com e sem aposentados.....	84
Tabela 18	Percentual dos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas em que a renda de aposentadorias e pensões é maior que a renda agrícola nos quatro estudos de caso.....	86
Tabela 19	Percentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias.....	88
Tabela 20	Percentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias, segundo a destinação preponderante.....	89

Lista de siglas

AFDLP	Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CEME	Central de Medicamentos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DATAPREV	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNABEM	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAPAS	Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social
IAPB	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comercários
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
ISSB	Instituto de Serviços Sociais do Brasil
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
PGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados na região Centro-Oeste
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPGA	Programa de Pós-graduação em Agronomia
PPGSPAF	Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UFPel	Universidade Federal de Pelotas.
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

1 Introdução.....	15
1.1 O problema de pesquisa.....	15
1.2 Os objetivos da pesquisa	18
1.3 Metodologia da pesquisa.....	18
2 O marco teórico.....	24
2.1 Os enfoques antropológicos.....	24
2.2 Os enfoques modernizantes	25
2.3 O enfoque marxista clássico.....	26
2.3.1 Lênin e a decomposição do campesinato.....	27
2.3.2 Kautsky e a tese da industrialização da agricultura.....	28
2.4 O referencial chayanoviano.....	29
2.5 Alguns enfoques atuais sobre a agricultura familiar	31
3 A previdência social rural no Brasil: um breve histórico	36
4 O universo analítico: a agricultura familiar em quatro regiões do Rio Grande do Sul	44
4.1 A agricultura familiar no Rio Grande do Sul	44
4.2 A Evolução recente da população ativa e inativa no Rio Grande do Sul	46
4.3 A evolução da população gaúcha, ativa e inativa sob a ótica das famílias extensas	48
4.4 A previdência social rural e sua importância no Rio Grande do Sul...	54
5 O contexto empírico: as microrregiões, os estudos de caso e suas especificidades	59
5.1 As microrregiões e suas especificidades	59
5.1.1 Morro Redondo e microrregião de Pelotas	59
5.1.2 Veranópolis e a Microrregião de Caxias do Sul.....	61
5.1.3 Três Palmeiras e a microrregião de Frederico Westphalen.....	63
5.1.4 Salvador das Missões e a microrregião de Cerro Largo.....	64

5.2 A importância da previdência social rural nas áreas de estudo	66
5.3 A evolução recente da previdência social nas áreas de estudo	69
5.3.1 A microrregião de Pelotas	69
5.3.2 A microrregião de Caxias do Sul	71
5.3.3 A microrregião de Frederico Westphalen	72
5.3.4 A microrregião de Cerro Largo	73
5.4 A importância crescente das transferências governamentais.....	75
5.4.1 A microrregião de Pelotas	76
5.4.2 A microrregião de Caxias do Sul	77
5.4.3 A microrregião de Frederico Westphalen	78
5.4.4 A microrregião de Cerro Largo	79
5.5 A importância da previdência social rural sob a ótica dos estabelecimentos familiares: “A Pesquisa AFDLP”	79
6 Conclusões	91
Referências	94
Apêndices	100
Anexos	103

1 Introdução

Essa seção reúne os aspectos essenciais da pesquisa que suporta a presente dissertação de mestrado, incluindo os traços que identificam o problema de pesquisa, os objetivos e a metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho.

1.1 o problema de pesquisa

Transcorridos quase vinte anos da promulgação da constituição brasileira, as opiniões de analistas políticos e cientistas sociais se dividem quanto aos avanços e retrocessos que a nova carta magna foi capaz de engendrar na perspectiva da redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais. Há, entretanto, um certo consenso quando a discussão recai sobre o tema da previdência social rural. O marco fundamental das mudanças coincide com o surgimento das leis 8.212 e 8.213 que instituem a condição de “segurado especial” aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, entendida aqui como inexistência de contratação de mão-de-obra permanente ou eventual.

Não se trata da simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade e permanentemente refém dos caprichos da natureza, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o país contraiu ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais absolutamente imprescindíveis. Como é sabido, as aludidas leis estabelecem a idade mínima de 55 e 60 anos, respectivamente, para mulheres e homens rurais perceberem o benefício de aposentadoria, independente de contribuição ao regime previdenciário.

Os benefícios pagos à clientela rural¹ representam, não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, como indicam certos estudos, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou

¹ As expressões “clientela rural” e “clientela urbana” referem-se, segundo o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, aos beneficiários do perímetro rural e urbano, respectivamente.

subempregados, assim como de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho.

Por outra parte, estudos recentes (BALSADI, 2005) dão conta de que apenas no período compreendido entre 1999 a 2003 desapareceram 963 mil empregos no setor agropecuário, dado que expressa a dimensão das transformações que atravessam o campo brasileiro nesse começo de milênio no que afeta à questão da população rural. Seguramente é esta uma das formas através das quais torna-se possível entender o crescimento do que se poderia genericamente chamar de "novos atores sociais" no campo brasileiro. Este entendimento compõe parte das conclusões apontadas pelo Projeto Rurbano, cujas pesquisas trazem à tona a existência de novas dinâmicas que atravessam, desde o final dos anos 1980, os espaços rurais e as regiões não-metropolitanas de nosso território.

Entre outros aspectos, é destacado o papel que desempenham as rendas e atividades não-agrícolas, não só para a permanência da população no campo (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas, sobretudo, para a viabilização de amplos setores da agricultura familiar.

O elemento novo que aportam alguns destes estudos, e que suscita um interessante debate entre os estudiosos, prende-se à discussão sobre uma outra questão, qual seja, a de que num contexto geral em que se reduziram os apoios gerais à agricultura, e isso foi particularmente decisivo nos anos oitenta e noventa, em meio ao fim do crédito rural subsidiado, houve também a abertura da economia ao ingresso de produtos importados e um escasso apoio ao setor familiar da agricultura nacional. Diante dessa conjuntura, os chamados recursos previdenciários estariam assumindo o papel de uma espécie de 'seguro-agrícola' ante a reiterada instabilidade dos mercados e a precariedade das políticas de apoio às atividades agrícolas. É esta a conclusão essencial formulada em alguns estudos como os de Delgado e Cardoso Jr. (1999 e 2000).

Concretamente, eles indicam que os benefícios previdenciários estariam, indiretamente, financiando as atividades produtivas em lugar de servirem, como dever-se-ia esperar, de instrumento exclusivo da sobrevivência dos indivíduos e de seus familiares. Não há como negar que, ao instituir 55 e 60 anos como idade mínima para que respectivamente mulheres e homens rurais requeiram a aposentadoria, independente do tempo de contribuição, ampliou-se enormemente a cobertura do sistema previdenciário, quadro este reforçado pelo fato de que nas

duas últimas décadas houve um sensível incremento na esperança de vida da população em geral. Do mesmo modo, estudos como o de David et al (1999) ressaltam o papel da previdência social rural enquanto instrumento de combate à pobreza rural.

Se esta é uma assertiva inquestionável, as opiniões se dividem em torno à questão do seguro agrícola formulada por Delgado e Cardoso Jr. Outrossim, apesar da importância intrínseca destes estudos, as análises realizadas usualmente privilegiam a dimensão estritamente estrutural e *macro* do tema em apreço, desprestigiando, em sua grande maioria, uma abordagem a partir da óptica dos próprios atores sociais envolvidos. Objetivamente, caberia indagar: que elementos dispomos para fazer esse tipo de afirmação?

Se admitimos como válida esta hipótese, quais seriam as condições e circunstâncias que empurram os produtores a darem esse tipo de destinação aos recursos previdenciários? Seriam catástrofes momentâneas, como o ciclo de secas que se vem repetindo nos últimos anos no campo gaúcho, o elemento gerador dessa situação? Se a resposta for positiva, vale perguntar: há estratos específicos da agricultura familiar onde essa tendência é recorrente, como no caso de explorações que, devido a *handicaps* naturais (solos erodidos, escassez de recursos, reduzida capacidade de investimento, etc.), não conseguem acessar o crédito rural oficial? Estamos diante de questões absolutamente transcendentais.

Difundiu-se entre os meios intelectuais e políticos a tese da reforma do sistema previdenciário e há indícios claros de que podem ser introduzidas modificações no marco legal, alterando a condição de “segurados especiais” aos agricultores familiares². A tese da universalização dos direitos sociais cederia passo a outros objetivos orientados a defender o império do ajuste fiscal e das contas públicas. Portanto, no momento em que se insurge um novo ciclo de reformas, torna-se ainda mais relevante examinar a real dimensão da previdência social rural.

A dissertação aqui apresentada trata desse tema com o firme propósito de contribuir neste debate, através do estudo de uma realidade concreta, mais

²*Segurados especiais* são assim considerados os produtores rurais (proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários e comodatários) e pescadores artesanais, que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar sem empregados, ainda que com ajuda eventual de terceiros. Quando o regime é de economia familiar, enquadram-se como segurados especiais os cônjuges (marido e mulher) e os filhos maiores de 14 anos não emancipados que comprovadamente trabalham com o grupo familiar. A contribuição ao sistema ocorre através de um desconto de 2,2% na comercialização dos produtos agropecuários.

especificamente, o Estado do Rio Grande do Sul, com base em um amplo conjunto de dados (secundários e primários) relativos a quatro grandes zonas fisiográficas gaúchas, representadas pela microrregião de Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo, respectivamente identificadas com o Sul, Nordeste, Norte e Noroeste riograndense.

1.2 Os objetivos da pesquisa

O foco da investigação esteve, primordialmente, orientado no sentido de esclarecer a real dimensão e transcendência da previdência social rural, tanto no plano das microrregiões aludidas quanto no âmbito da dinâmica das explorações familiares que fizeram parte da amostra analisada. Nesse sentido, estabeleceram-se como objetivos específicos:

- a) Examinar o impacto dos recursos previdenciários sobre a agricultura familiar nas quatro microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul, quais sejam: Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo;
- b) Analisar a evolução do número e valor dos benefícios previdenciários nas quatro microrregiões enfocadas;
- c) Investigar, à luz dos dados primários e sob a óptica dos próprios beneficiários, se os recursos previdenciários promovem a melhoria das condições da família;
- d) Analisar a importância destes recursos na economia dos municípios que compõem as microrregiões estudadas;
- e) Avaliar se os recursos previdenciários estão sendo utilizados pelos agricultores gaúchos para financiar as atividades agropecuárias, e em que medida esse fenômeno incide respectivamente nas microrregiões investigadas;
- f) Observar se as aposentadorias e pensões contribuem para a manutenção da população rural no campo;

1.3 Metodologia da pesquisa

A natureza dessa dissertação repercute no sentido de reivindicar a conciliação no uso de metodologias quantitativas e qualitativas, considerando

também o tipo de recorte proposto, centrado numa análise micro, ao nível das explorações agropecuárias em sua dinâmica de operação, bem como no nível meso, levando em conta uma abordagem no âmbito das regiões que constituem o objeto da presente investigação.

Com relação ao uso de metodologias quantitativas, é importante mencionar que nos valem de três grandes fontes de informação. A primeira delas compreende as estatísticas geradas a partir do Projeto Rurbano, envolvendo os dados retrabalhados referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Valemo-nos dessa fonte no sentido de abordar a evolução de ativos e inativos no meio rural gaúcho, tanto no nível das famílias rurais extensas quanto dos indivíduos, assim como para focar a evolução demográfica recente no Estado do Rio Grande do Sul.

A segunda das fontes envolve o exame da realidade a partir dos dados que foram coletados junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cujo objetivo foi realizar uma análise sobre a evolução no número e valor dos benefícios (rurais e urbanos) para cada um dos 64 municípios que integram as quatro microrregiões gaúchas estudadas (Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo), no período compreendido entre os anos 2001 e 2006.

É importante frisar que, contrariamente ao que muitos imaginam, os benefícios da seguridade social não se resumem a aposentadorias e pensões. A previdência social prevê um leque amplo e diversificado de instrumentos de atuação, em que pese a existência atual de 89 tipos de benefícios que para efeitos do presente estudo tiveram de ser classificados segundo sua natureza e tipo de clientela (rural ou urbana) para dar cabo das questões a que nos propomos responder na investigação proposta.

Os dados foram obtidos diretamente junto às Gerências Regionais do INSS (Pelotas, Caxias do Sul, Passo Fundo e Ijuí), sendo que a tarefa posterior foi separá-los por tipo e natureza dos benefícios em cada um dos 64 municípios que conformam as quatro microrregiões estudadas.

A terceira fonte de dados quantitativos envolveu o conjunto de informações levantadas a partir da realização de projeto de pesquisa coordenado pelo Professor Dr. Flávio Sacco dos Anjos, do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em parceria com o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS), intitulado: “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul” (AFDLP), doravante referida como “Pesquisa AFDLP”.

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar e interinstitucional que foi financeiramente apoiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no marco de Edital específico voltado à agricultura familiar, vinculado à linha temática 'Atividades Rurais Não-Agrícolas, Multifuncionalidade e Desenvolvimento Local', mais precisamente no plano da investigação a respeito do papel das atividades não-agrícolas na geração de renda e viabilização econômica e social da família rural dentro da perspectiva do desenvolvimento local e regional.

É exatamente neste contexto que se coloca a questão da previdência social rural, cuja importância vem sendo apontada por inúmeros autores e em diversos estudos, não só em termos da dimensão que representam estes recursos para a economia das pequenas localidades brasileiras, mas como poderoso instrumento de viabilização da agricultura familiar num contexto marcado por grandes dificuldades no plano da conjuntura agrária e agrícola nacional.

A Pesquisa AFDLP transcorreu entre os anos 2001 e 2004, sendo que a etapa de campo desenvolveu-se com base no ano agrícola 2001-2002. Essa experiência, que envolveu um total de quatorze pesquisadores das duas instituições (UFPel e UFRGS), foi responsável pela geração de um banco de dados, com a utilização do software “Statistical Package for the Social Sciences” (SPSS), contendo aproximadamente 1.300 variáveis que propiciou a realização de vários trabalhos (artigos científicos, capítulos de livros e um livro), bem como a base essencial na geração de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas junto ao Programa de Pós-graduação em Agronomia (PPGA) da UFPel e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS.

No curso dos objetivos que perseguem a presente dissertação centraremos nossa atenção nos dados gerados pela Pesquisa AFDLP no que afeta precisamente ao tema das rendas não-agrícolas e de outras variáveis relacionadas à questão da previdência social rural no contexto das explorações que fizeram parte da amostra de estabelecimentos.

Cabe frisar que as quatro microrregiões investigadas compreendem um universo de 2.500 explorações familiares, sendo que a opção metodológica da

pesquisa foi no sentido de eleger um município representativo de cada microrregião³ (ver Box 1), sobre o qual foi extraída uma amostra de aproximadamente 9 a 10% das explorações. Este procedimento resultou num total de 238 estabelecimentos investigados, cujos titulares e/ou pessoas de referência, foram submetidos à aplicação de um questionário estruturado.

Com relação ao uso de metodologias qualitativas, nossa escolha recaiu no uso de entrevistas a partir de roteiro de perguntas abertas (Apêndices A e B) que se desenvolveram entre os anos de 2004 e 2006. A amplitude desse intervalo de tempo é resultante de alguns fatores que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, diante das dificuldades naturais relativas à distância entre as áreas de estudo, bem como dos recursos necessários para financiar as idas a campo, nem sempre disponíveis ao longo do tempo. Esse desafio foi contornado a partir da aprovação recente de projeto de pesquisa coordenado por docente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF), dentro do Edital Universal 2006, intitulado “Envelhecendo na Pobreza? Estudo sobre o impacto da previdência social rural em quatro regiões da geografia gaúcha” (Processo nº 471377/2006-6). O apoio do CNPq não se limitou à disponibilização de recursos que nos permitiram retornar às regiões estudadas para realizar as entrevistas, mas inclusive pela obtenção de duas bolsas de iniciação científica que favoreceram a incorporação de alunos de graduação cuja atuação esteve diretamente ancorada no mesmo projeto de pesquisa.

O segundo fator tem a ver com o fato de que o ingresso no PPGSPAF só veio a ocorrer em 2006, muito embora dados preliminarmente obtidos através da Pesquisa AFDLP já houvessem sido utilizados na elaboração de monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais junto ao Instituto de Sociologia e Política da UFPel, defendida em março de 2005.

³ A estratégia metodológica adotada tanto no marco da Pesquisa AFDLP quanto na presente dissertação elegeu a noção correspondente à microrregião geográfica do IBGE como recorte espacial das regiões investigadas, não obstante as limitações que sabidamente ela encerra. Há, entretanto, alguns argumentos que justificam essa opção, mormente diante da existência de diversos indicadores prévios concebidos a partir desse recorte espacial de qual nos servimos na realização dessa pesquisa. A divisão do território nacional em microrregiões geográficas tem por critério fundamental a subdivisão dos espaços mesorregionais com base na estrutura produtiva. Ainda assim, como reconhece o próprio IBGE, “A progressiva modificação quanto a essas questões e seus rebatimentos espaciais tornam necessária a revisão periódica dos diversos modelos adotados pelo IBGE para a definição dos espaços regionais, particularmente considerando-se as contínuas transformações ocorridas no País”. Ver a propósito as notas metodológicas da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2000).

As entrevistas realizaram-se com aposentados e pensionistas da previdência social nos estabelecimentos rurais em que residem essas pessoas, bem como com outros atores sociais ligados a organizações locais (funcionários de prefeitura, extensionistas rurais, agentes de desenvolvimento, etc.), com vistas a levantar outros aspectos relacionados à questão da importância atual desta política pública.

Com os beneficiários da previdência social nossa atenção esteve posta no sentido de avaliar aspectos importantes, como a questão da destinação dos recursos e do modo como avaliam sua situação pessoal e da agricultura familiar após as mudanças introduzidas no sistema de seguridade social que posteriormente analisaremos com maior profundidade.

Exploramos também suas expectativas em relação ao futuro, motivação para migrar, a importância que atribuem aos recursos que mensalmente recebem como pensão, auxílio ou aposentadoria. Ao todo foram realizadas 31 entrevistas mediante o uso de gravador após autorização prévia dos entrevistados.

Todas as técnicas de que nos servimos estiveram apoiadas na realização de estudos de caso desenvolvidos em quatro microrregiões gaúchas, tendo um município base ou referencial. Nesse sentido, o método comparativo é utilizado de duas formas. Por uma parte, ao cotejarmos diretamente, os estudos de caso das quatro microrregiões estudadas do ponto de vista da observação de estruturas produtivas e dinâmicas de desenvolvimento. Por outra parte, ao compararmos as famílias que contam com aposentados e/ou pensionistas em seu interior e aquelas em que essa condição não se verifica. É a partir dessas comparações que se busca avaliar a real dimensão dessa política tanto na perspectiva das explorações familiares quanto no que tange ao peso que adquire no âmbito das regiões que fora, objeto da investigação.

Box 1 – O Marco metodológico da Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS

A Pesquisa AFDLP compreendeu uma investigação levada a efeito em quatro zonas do território gaúcho, relativas às microrregiões de Pelotas (extremo sul), Caxias do Sul (serra gaúcha), Alto Uruguai (fronteira norte com Santa Catarina) e Cerro Largo (fronteira com Argentina), compreendendo um universo de 2.500 estabelecimentos rurais. Mas apesar de identificarem-se plenamente com a hegemonia da agricultura familiar enquanto forma social de produção preponderante, as quatro microrregiões são portadoras de diferenças substanciais do ponto de vista da dinâmica territorial de desenvolvimento dominante. A opção metodológica implicou na escolha de um município que representasse essa mesma dinâmica, extraindo uma amostra de aproximadamente 10% das explorações familiares, o que acarretou um total de 238 estabelecimentos investigados, cujos titulares e/ou pessoas de referência, foram submetidos à aplicação de um questionário estruturado. O objetivo geral da pesquisa foi o de examinar a dinâmica da agricultura familiar com ênfase no papel das rendas agrícolas e não-agrícolas em cada uma das áreas de estudo.

Há que esclarecer, todavia, alguns pressupostos metodológicos que orientaram a investigação. O estudo elegeu a agricultura familiar como categoria de análise, e, diante dessa opção, surgem certas dificuldades operacionais do ponto de vista da definição do universo amostral.

Tradicionalmente, quando se fala de agricultura familiar, aparecem associadas quatro dimensões fundamentais, quais sejam: a unidade de produção (o estabelecimento rural onde se pratica alguma exploração animal, vegetal ou de transformação agroindustrial), o grupo doméstico (conjunto de pessoas que compartilham laços de parentesco e consangüinidade e um mesmo espaço vital, podendo a ele pertencer outros membros não consangüíneos), a unidade de residência (a morada), e, finalmente, a unidade de consumo (uma família que produz e trabalha em regime de economia familiar com vistas a viabilizar o sustento material de todo o grupo). Além desses elementos conceituais acrescentam-se outros quatro aspectos operacionais, os quais ajudaram a discernir situações duvidosas na pesquisa de campo. Assim, na composição do universo amostral, orientamo-nos com base em outros pressupostos no que toca à situação das famílias rurais investigadas.

Nosso marco referencial prende-se às situações em que não houve contratação de trabalho externo em proporção que superasse ao fornecido pela própria família ao longo do ano agrícola 2001-2002. Em caso de haver agricultores familiares que empregaram trabalhadores temporários ou permanentes, a quantidade total anual de trabalho contratado não deveria ultrapassar a força de trabalho aplicada pela própria família. Caso contrário, seriam descartados de integrar a unidade amostral.

Consideramos como agricultura familiar as situações em que houvesse o desenvolvimento de alguma atividade agrícola comercial no estabelecimento. Em relação ao tamanho da propriedade decidiu-se descartar as unidades de produção que excedessem a 6 módulos fiscais¹. Também formaram parte da amostra os agricultores cujos estabelecimentos não eram de propriedade dos responsáveis (escritura definitiva), incluindo outras modalidades de uso da terra, como o arrendamento, posse, ocupação provisória, meação, parceria, etc. As chamadas "chácaras de final de semana" e os sítios de recreio de pessoas de origem urbana foram excluídas da análise. Outrossim, integraram a amostra os grupos domésticos em que viviam exclusivamente aposentados rurais. Mesmo nesse caso haveria que haver pelo menos a produção para o autoconsumo ou que houvesse sido desenvolvido algum tipo de venda de produtos ou execução de outras atividades agrícolas ou não-agrícolas na geração de receitas ao longo do ano agrícola 2001-2002.

O método para amostragem utilizado nos estudos de caso do projeto de pesquisa foi o da "amostragem sistemática por comunidade", que é considerada uma pesquisa amostral não-probabilística. Neste tipo de pesquisa, o erro amostral pode ser aproximado ao da amostragem aleatória simples. A primazia concedida a esta perspectiva microanalítica decorre do reconhecimento da especificidade da agricultura familiar enquanto forma social de produção. Ela é portadora de uma dinâmica de funcionamento e de uma racionalidade peculiar que orienta suas escolhas frente ao universo mais amplo em que se acha inserida. A previdência social representa, na atual conjuntura, um elemento decisivo a orientar as estratégias por parte dos indivíduos e da família enquanto ator social coletivo, não apenas subordinadas às circunstâncias imediatas, mas do que acertadamente Wanderley define como sendo o "horizonte das gerações". De outro modo poder-se-ia dizer que:

Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes" (WANDERLEY, 1999, p.29).

São estes os grandes traços que definem o referencial sobre o qual desenvolveu-se esta pesquisa.

2 O marco teórico

A pesquisa que originou a presente dissertação tem por foco a dinâmica da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, com ênfase no impacto da mais importante política pública – a previdência social rural – que afeta esse setor da estrutura agrária brasileira.

Parte-se aqui da premissa de que é fundamental discutir as características dessa forma social de produção e abordar os principais referenciais teóricos, tendo em vista que ela representa a categoria de análise da investigação desenvolvida.

Para conceber a presente seção servimo-nos de algumas obras⁴ e de esquemas analíticos que nos pareceram mais adequados, muito embora saibamos da existência de outras abordagens. Não se trata aqui de expor um tratamento exaustivo sobre as singularidades das diversas formas familiares de produção que se conhece na atualidade ou de formas pregressas, mas de evidenciar traços que nos permitam identificar de que setor estamos falando quando nos referimos à dinâmica da agricultura familiar do Rio Grande do Sul em sua lógica peculiar de funcionamento.

A abordagem aqui proposta se estrutura em torno da apresentação de cinco grandes referenciais: os enfoques antropológicos, os enfoques modernizantes, o enfoque marxista clássico, o referencial chayanoviano e alguns enfoques atuais. O emprego do termo “camponês” e “campesinato” se justifica como estratégia operativa para situar o debate que precede a atual incorporação do termo agricultura familiar como forma de referência consagrada tanto no âmbito do debate político e institucional quanto no plano estritamente acadêmico.

2.1 Os enfoques antropológicos

Conforme reitera Heynig (1982, p.117), a antropologia tradicionalmente orientou seus esforços no sentido de estudar o que se convencionou chamar “populações primitivas”, portadoras, em sua diversidade, de um sistema cultural

⁴ Referimo-nos aos trabalhos de Heynig (1982); Abramovay (1992) e Sacco dos Anjos (2003).

autônomo. Nesse contexto se inserem as comunidades camponesas entendidas como grupos cujo comportamento econômico se explica por suas atitudes, valores e sistemas cognitivos.

Segundo Redfield (1944), a comunidade camponesa há que ser estudada como parte do Estado e da civilização na qual se encontra inserida. Outro estudo clássico é o de Kroeber (1948), o qual estabelece que os camponeses constituem “sociedades parciais com culturas parciais”. É, não obstante, sob a influência urbana que se desmoronam os estilos de vida tradicionais.

Exemplo dessa classe de abordagem é o trabalho de Foster (1967), que defendia que as grandes transformações passariam por criar oportunidades e iniciativas que estimulassem o camponês a abandonar sua tradicional orientação cognitiva em favor de uma nova, no sentido de refletir as realidades do mundo moderno.

Segundo Heynig (1982, p.120), as limitações desse tipo de enfoque resultam no fato de mostrar um quadro desfigurado do camponês, contribuindo na formulação de políticas públicas que, em muitos casos, em lugar de melhorar as condições de vida dessas populações, levaram-nas a um maior grau de empobrecimento.

2.2 Os enfoques modernizantes

Nos enfoques modernizantes prevalece, de forma recorrente, um entendimento da realidade centrada no dualismo econômico, o qual estabelece que nos países sub-desenvolvidos existem dois setores antagônicos e fundamentalmente distintos. De um lado, um setor moderno, capitalista e industrial, suscetível a mudanças e orientado em relação aos mercados, ao passo que no extremo oposto existiria um setor tradicional, eminentemente agrícola e atrasado, centrado na produção para a subsistência.

Essa orientação teórica aparece referida, como alude Sacco dos Anjos (2003) nos esquemas dualistas-dicotômicos de Lewis (1954), Johnston e Mellor (1961) e Jorgenson (1961). Nesse sentido, conforme a mesma fonte:

O que para nós parece evidente reside no fato de que a quase totalidade das análises surgidas durante os anos 1950 e 1960 escolheu o nível “macro” da questão como referente máximo de suas preocupações acadêmicas. Outrossim, em todos os modelos implementados sob o paradigma da economia ortodoxa, é quase totalmente inexistente o compromisso com a sorte da economia familiar ou camponesa enquanto forma social específica de produção ou como objeto concreto de investigação (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.29-30)

Um dos expoentes desse tipo de enfoque é o clássico estudo de Theodore Shultz (1968), para quem a agricultura tradicional camponesa mostra-se como incapaz de oferecer uma contribuição ao crescimento econômico devido ao esgotamento de suas técnicas de produção.

Essa concepção, reducionista e simplificadora da realidade concreta, inspirou estratégias de intervenção nos países latinoamericanos, cristalizadas em processos de modernização e combate à pobreza rural, a exemplo da “Aliança para o Progresso” liderada pelos Estados Unidos durante a década de 1960.

A pobreza rural era vista como conseqüência da escassez de capital e da falta de habilidades técnicas, como se os camponeses e comunidades tradicionais não dispusessem de conhecimentos e formas próprias de saber, as quais, na atual conjuntura, são recorrentemente resgatadas por botânicos, ecólogos entre outros profissionais.

Como adverte Heynig (1982, p.122), o enfoque modernizante perseguia basicamente dois grandes objetivos: 1) ampliar o mercado interno para colocação dos produtos da indústria nacional através da incorporação da massa camponesa à demanda monetária, e 2) diminuir a pressão sobre a terra com base em programas de reforma agrária e colonização que atenuem a tensão social e política no campo.

O balanço geral desses esforços revela um cenário no qual a esmagadora maioria dos camponeses latino-americanos não conseguiu beneficiar-se de programas de desenvolvimento rural concebidos sob a lógica denominada “top-down” (de cima para baixo).

Projetos governamentais como o POLONORDESTE, POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA entre outros⁵, foram inspirados nesse tipo de concepção, os quais resultaram, invariavelmente, em rotundos fracassos ou experiências com resultados muito modestos, em que pese a reafirmação do poder de elites agrárias regionais na ausência de medidas de transformação social de maior envergadura.

2.3 O enfoque marxista clássico

Segundo afirma Abramovay (1992, p.31), “é impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx”. A expressão que se tornou célebre – saco de batatas – exprime enfaticamente uma forma de referência

⁵ Programas especiais concebidos na década de 70 que visavam à redução das desigualdades regionais.

aos camponeses como uma categoria incapaz de converter-se de “classe em si” para “classe para si”.

É a própria estrutura lógica da obra de Marx um dos principais fatores que permitem compreender a visão cética que acalenta em relação ao destino desse contingente no contexto das transformações que atingiam a Europa durante o século XIX.

O camponês não vive da apropriação do trabalho social de nenhuma outra categoria. Nesse sentido,

Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna capitalista. Se receber salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n’*O Capital* é *logicamente* impossível (ABRAMOVAY, 1992, p.35-36; itálico no original).

No entendimento de Heynig (1982, p.123), a escassa importância atribuída aos camponeses por Marx, se deve ao fato de considerá-los como uma categoria residual no curso do processo histórico mundial.

No texto que se tornou clássico (*As formações econômicas pré-capitalistas*, sinteticamente referido como *Das Formen*), a pequena produção é vista como um modo de produção situado no mesmo nível que a comunidade primitiva.

Não é por outra razão que “A questão agrária” e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” escritos, respectivamente, por Karl Kautsky e Vladimir I. Lênin, igualmente publicados em 1899, chegaram a ser considerados, como alude Sacco dos Anjos (2003, p.12) como o Livro IV de “O Capital”. É diante dessa afirmação que torna-se importante refletir sobre suas contribuições a respeito do modo como os camponeses são analisados, em linhas gerais por estes importantes autores.

2.3.1 Lênin e a decomposição do campesinato

O fato de estudar um país eminentemente rural e com um desenvolvimento industrial bastante incipiente em relação aos países europeus não alterou a percepção de Lênin no sentido de considerar que o processo de penetração do capitalismo no campo russo avançava rapidamente. A desagregação da antiga comuna russa, baseada no *obtschina* ou *mir* (uso comunal das terras agrícolas) acarretava a proletarianização dos camponeses e, em seu curso, a formação de um mercado interno para a grande indústria.

A concepção leninista passa a ser referida como “teoria da diferenciação social do campesinato” ou “teoria da diferenciação interna do campesinato”. Lênin realizou um esforço no sentido de demonstrar, com base nas estatísticas disponíveis na Rússia de então, que enquanto uma pequena parcela dos camponeses estava-se aburguesando ou transformando-se em kulacks (camponeses ricos), a grande massa convertia-se em um contingente miserável que passava a depender, cada vez mais, dos jornais obtidos no trabalho para os agricultores mas bem situados.

De acordo com Heynig (1982, p.127), Marx e Lênin consideram a produção camponesa como uma “anomalia residual em caso de liquidação”, ou como “forma superada que obstaculiza a plena expansão do capitalismo”.

2.3.2 Kautsky e a tese da industrialização da agricultura

O fato de debruçar-se sobre uma realidade empírica distinta a de Lênin (a Europa continental) não impediu com que Kautsky chegasse a conclusões muito semelhantes do ponto de vista do destino final dos camponeses sob a égide do modo capitalista de produção. Os camponeses são vistos como classe em extinção que desapareceria sob o impacto da penetração do capitalismo, ainda que esse processo pudesse se estender através do tempo e assumir contornos muito variados nas distintas realidades em que se desenvolvesse.

Outrossim,

[...] o destaque de Kautsky aparece refletido na prioridade que irá conceder ao estudo das relações entre agricultura e indústria, na ênfase em demonstrar a tendência à “industrialização da agricultura”, ou seja, o caminho em direção à crescente incorporação de novas tecnologias de produção e ao progresso técnico em geral. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.16, aspas no original).

Portanto, Kautsky admitia a impossibilidade de que as pequenas explorações de caráter familiar pudessem incorporar as inovações tecnológicas.

Kautsky, no entendimento de Abramovay (1992, p.46),

[...] procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria sobrevivência.

Nas relações com o capital comercial ou industrial estabelecem-se as bases de um processo de subordinação dos camponeses e formas disfarçadas de proletarização, dado que nem sempre a separação do produtor em relação aos meios de produção não se dá de forma explícita e direta.

O próprio Kautsky alertava em sua obra mais importante (A Questão Agrária):

Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por essa última no decurso do regime de produção capitalista. (KAUTSKY, 1980, p.28)

No entender de Kautsky há que averiguar como o capital apodera-se da agricultura, revolucionando-a e subvertendo antigas formas de produção e de propriedade.

O trabalho a domicílio, as ocupações acessórias o conhecido sistema de integração vertical existente entre explorações familiares e empresas do complexo agroindustrial são exemplos que identificam este processo. Ele retardaria mas não impediria, na visão de Kautsky, a desaparecimento dos camponeses no curso da história.

O mundo rural tenderia a uma polarização social análoga ao que incide na sociedade mais ampla, que contrapõem a burguesia e o proletariado com seus conhecidos antagonismos de classe.

2.4 O referencial chayanoviano

No final do século XIX a Rússia era um país paradoxal. Se por um lado, aparece mergulhada no atraso econômico e incipiente desenvolvimento industrial, se comparada com os países europeus, do ponto de vista científico abrigava uma legião de grandes intelectuais nos mais distintos campos do conhecimento, particularmente no que tange à economia agrária.

É nesse cenário que irá consolidar-se um dos mais importantes debates sobre o que se convencionou chamar de “questão agrária”. Nesse país:

[...] la crisis de los años 1880-1890 había puesto em duda la viabilidad de la gran propiedad agrícola, basada en un sistema extensivo y de explotación de mano de obra barata. Se inició un debate entre los populistas, marxistas legales y marxistas revolucionarios, sobre los méritos de la pequeña producción campesina, dónde los socialdemócratas y los socialrevolucionarios sostenían que la única solución para la cuestión agraria era la nacionalización o socialización de la tierra a través de una revolución política (HEYNIG, 1982, p.128)

O agrônomo e economista russo Alexander Chayanov⁶ necessariamente se opunha a esse ponto de vista. Ele representava o expoente máximo de um grupo de economistas agrários que integravam a chamada “Escola da Organização da Produção”.

⁶ Sobre a importância do referencial chayanoviano ao estudo da agricultura familiar ver: Salamoni (2000).

Chayanov e seus colegas demonstraram que os conceitos da economia clássica (lucro, capital, salários, etc.) não poderiam ser utilizados para estudar a economia camponesa, considerada como portadora de uma dinâmica de funcionamento singular.

Trata-se de uma forma de produção não-capitalista cuja racionalidade não opera com base no objetivo de lucro, mas no esforço por atender as necessidades de consumo dos membros da unidade familiar de produção.

O camponês e sua família aglutinam a dupla condição de patrão e empregados de si mesmos e imprimem um ritmo de auto-exploração com vistas a satisfazer o objetivo de garantir a reprodução social de seus membros.

Cada família atravessa ao longo do seu ciclo vital, alterações consideráveis entre o número de consumidores e de trabalhadores residentes no estabelecimento ou, sinteticamente, entre o número de bocas para alimentar e o número de braços para o trabalho. Quanto maior o número de bocas a alimentar, maior a pressão para produzir.

Essa dinâmica ficou conhecida como sendo a microeconomia do comportamento camponês ou “hipótese de Chayanov”.

Haveria um limite máximo que interromperia esse ritmo de autoexploração da família camponesa? Alguns autores buscam respostas a essa questão à luz do referencial chayanoviano. Nesse sentido, partem do entendimento que:

Lograda a satisfação das demandas de consumo familiar, produzir-se-ia uma situação de equilíbrio, de sorte que a produção, neste ponto, seria interrompida, posto que qualquer outro aumento do trabalho familiar resultaria desvantajoso ao impor um desgaste adicional de energia, tendo em vista que as necessidades familiares de consumo já se encontram atendidas (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.22)

Mas o que acontece quando as famílias encontram outras alternativas de renda e de trabalho fora do estabelecimento rural? Altera-se o ritmo de autoexploração da família camponesa e os termos em que opera a aludida hipótese enunciada por Chayanov?

A questão que constitui o objetivo central dos camponeses é assegurar o atendimento de suas necessidades, mesmo que isso ocorra por meio do exercício de atividades não-agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento rural em que residem. O essencial consiste em que:

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de manera más fácil y, por tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro

objetivo al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada (CHAYANOV, 1974, p.120)

A grande importância de Chayanov recai no fato de que sua concepção teórica conferiu legitimidade ao debate sobre as formas familiares de produção na contemporaneidade. Parece claro que o referencial chayanoviano representa uma ferramenta útil no sentido de *“compreender os mecanismos e estratégias que justificam a persistência das formas de produção baseadas no trabalho familiar”* (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.26).

As divergências com o regime stalinista acarretaram a morte de Chayanov, em meio ao clima de terror que esse governo implantou na perseguição ao que chamava “inimigos do povo”. Houve, por certo, um rotundo fracasso do modelo de coletivização forçada baseado nas famosas fábricas de pão e carne, quais sejam os kolkhozes (cooperativas agrícolas de produção) e os sovkhozes (fazendas estatais coletivas) surgidas após o confisco das terras particulares.

2.5 Alguns enfoques atuais sobre a agricultura familiar

Não temos aqui a pretensão de reunir as inúmeras abordagens sobre o campesinato e sobre a agricultura familiar, mas elencar aquelas que consideramos mais importantes no sentido de evidenciar os traços que claramente identificam o universo sobre o qual nos debruçamos no desenvolvimento da pesquisa que sustenta a presente dissertação.

O resgate que aqui se buscou empreender demonstrou que somente a partir de Chayanov houve seguramente uma preocupação em desvendar a lógica interna que governa o funcionamento da unidade de produção familiar, em resposta às pressões externas (comportamento dos mercados, acesso a terra, etc.) e internas (alterações nas relações entre consumidores e trabalhadores, queda no ingresso econômico, etc).

Alguns estudos que tratam de conciliar a abordagem macro do marxismo clássico com a perspectiva micro do referencial chayanoviano. Referimo-nos, ao esforço dispendido, na década de 1970, pelo economista polonês Jerzy Tepicht, em sua tentativa de compatibilizar as teses marxistas e chayanovianas em um único marco teórico.

A força de trabalho no interior das explorações familiares polonesas divide-se, segundo Tepicht (1973), entre “unidades plenas” e “forças marginais não-

transferíveis”. Assim, as primeiras representam a mão-de-obra ativa propriamente dita, as segundas seriam as forças que não encontram valorização mercantil fora da própria exploração, sendo formada, em resumidas contas, pelo trabalho parcial de mulheres, crianças e idosos.

Segundo Abramovay,

O principal interesse da tentativa de Tepicht de unificar num só corpo analítico as forças internas formadoras do campesinato e as funções econômicas que ele preenche na reprodução social pode ser assim resumido: longe de ser uma forma universal capaz de se incorporar às mais diversas sociedades, o campesinato aparece como um tipo social específico sobre o qual o desenvolvimento capitalista exerce um efeito altamente desagregador. (ABRAMOVAY, 1992, p.77)

Parece inegável a grande contribuição de Chayanov e de outros autores que lhe sucederam no esforço de desvendar a lógica peculiar de funcionamento das formas familiares de produção. Entretanto, ao eleger como objeto privilegiado de reflexão os fatores internos à unidade familiar de produção, Chayanov não se ateu ao contexto mais amplo em que se desencadeiam os processos que afetam as famílias rurais.

Nesse plano tem-se o papel exercido pelas políticas públicas, as possibilidades do ambiente sócio-econômico do ponto de vista de oferecer oportunidades de emprego e trabalho para as famílias, entre outros fatores.

Para os efeitos do presente estudo, interessa saber: o recebimento de benefício regular e permanente subverte o balanço trabalho/consumo enunciado por Chayanov, a exemplo de aposentadorias e pensões da seguridade social?

Parte-se aqui do suposto de que a permanência da agricultura familiar não pode ser explicada apenas com base em sua tenacidade em resistir às incertezas dos mercados, em meio a um cenário econômico que invariavelmente lhe é desfavorável.

Também não pode ser tomada como expressão estrita da funcionalidade que apresenta nos processos de acumulação do capital. Para alguns autores,

Esta forma social de produção singular que é a agricultura moderna, sem ser uma pura criatura do Estado, existe entretanto graças a um conjunto de dispositivos legais e regulamentares garantidos pelo Estado (JEAN, 1994, p.70).

No Brasil o termo “agricultura familiar” só passou a ser utilizado a partir da primeira metade dos anos 1990. Até então predominava o uso de outras formas de referência tais como: pequeno produtor, colono, produtor familiar, agricultura de

subsistência, pequeno proprietário, minifundista, bem como outras noções (meeiro, parceiro, foreiro) que não somente retratavam a diversidade de relações de produção na agricultura brasileira mas que, constantemente, apareciam associados com a precariedade, o atraso e o caráter residual das formas familiares de produção. Como reiterou Medeiros (1997, p.70),

A emergência da agricultura familiar como categoria sindical apareceu intimamente articulada com a idéia de um novo modelo. Não se trata, sob essa ótica, de fazer demandas pontuais e atomizadas de políticas agrícolas, mas sim de articulá-las numa perspectiva que faça da agricultura familiar o centro das políticas públicas.

A defesa deste novo modelo de desenvolvimento rural e que tem na agricultura familiar seu protagonista essencial, há que ser vista como resultado da pressão exercida pelos produtores familiares do Sul do Brasil, cujas bandeiras de luta distanciam-se consideravelmente das demandas dos trabalhadores rurais que vivem exclusiva ou predominantemente com base na venda de sua força de trabalho.

O agricultor familiar integrado a uma agroindústria não pode ser visto como trabalhador despossuído dos meios de produção, o que não lhe impede de estar sujeito a formas de extração do seu sobretrabalho. Essa identificação é equivocada e esteve no centro de um amplo debate no seio da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (CONTAG) destinado a conciliar demandas tão contrastantes.

O despertar em torno às virtuosidades da agricultura familiar se deu também pela influência exercida pela comunidade acadêmica, especialmente por alguns estudos desenvolvidos no país que demonstraram de forma cabal que a contribuição desse setor à formação da riqueza nacional não era tão desprezível quanto se supunha, pelo menos do ponto de vista do senso comum.

No auge da década passada, Abramovay advertia sobre o equívoco dessa associação espúrea entre agricultura familiar e precariedade, ao referir-se ao peso desse setor no Brasil meridional, valendo-se de alguns exemplos bastante emblemáticos:

[...] não é a Sadia e nem a Perdigão que produzem os frangos e os suínos que serviram de âncora verde para o Plano Real e que trazem ao país mais 1 bilhão de dólares em divisas, mas sim dezenas de milhares de agricultores trabalhando fundamentalmente com mão-de-obra familiar. (ABRAMOVAY, 1997, p.75).

Esses trabalhos trouxeram à baila a importância que o setor familiar pode representar mesmo em países como o Brasil que até a primeira metade da década de 1990 não contavam com políticas públicas de fomento a essa forma social de produção. Nesse contexto:

Os precusores estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche *et al* (1993)⁷ tiveram o mérito de abrir definitivamente o debate nacional acerca da questão (agricultura familiar), mediante o resgate da experiência recente de grande parte dos países desenvolvidos nos quais esta forma de produção goza de considerável grau de reconhecimento social e político. Por outra parte, trabalhos como o de Bergamasco (1993) representam um decisivo esforço de superação quanto às restrições impostas pelas fontes censitárias, que notavelmente dificultam a tarefa de conhecer a real importância da agricultura familiar, ao insistir no uso de critérios e procedimentos de diferenciação ancorados essencialmente no tamanho (grupos de área) dos estabelecimentos rurais. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 242 – nota de referência do autor)

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), na segunda metade dos anos 1990, deve ser entendida como consequência direta de três grandes fatores: a) a crescente pressão exercida à época pelos movimentos sociais rurais, em suas importantes mobilizações (Gritos da Terra); b) pela articulação e conciliação de interesses em torno dessa nova bandeira de luta por parte das organizações sindicais (a aludida defesa de um novo modelo de desenvolvimento no campo) e c) pelo crescente consenso da comunidade acadêmica em relação ao peso da agricultura familiar na geração de riquezas, trabalho e renda no espaço rural.

A investigação internacional liderada por Lamarche (1993) tratou de evidenciar a distinção existente entre explorações camponesas e familiares, tendo por base o fato de que as segundas apresentam um maior grau de vinculação aos mercados, e, por esse motivo, um maior nível de dependência em relação às inovações tecnológicas e intensificação dos processos de produção. Lamarche (1993, p.16) reafirma, nesse trabalho, que toda exploração camponesa é de caráter familiar, mas, ao contrário, nem todas as explorações familiares são de caráter camponês.

A discussão aqui empreendida serviu para uma aproximação frente à enigmática natureza da agricultura familiar por ser ela a categoria de análise da

⁷ Trata-se de estudo comparativo sobre a "agricultura familiar" praticada em cinco países (França, Brasil, Canadá, Tunísia e Polônia), cujo valor intrínseco, na nossa ótica, consiste basicamente no sentido de revelar um alto grau de convergência entre a dinâmica e os modos de organização desta forma de produção existente em contextos bastante distintos e, supostamente, irreconciliáveis entre si.

investigação que realizamos no Estado do Rio Grande do Sul. Analisamos as distintas perspectivas teóricas desvelando seus alcances e limitações como instrumento de interpretação dos fenômenos a que nos propomos investigar .

Partimos do pressuposto de que os traços constitutivos da agricultura familiar aparecem claramente expressos no importante estudo desenvolvido por Gasson e Errington, cujo conceito serviu de referencial para levar a cabo o projeto que originou a presente dissertação. Para esses autores, a agricultura familiar representa uma forma social de produção em que:

a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva. (Gasson e Errington, 1993).

Aceitar esses critérios de definição como válidos e adequados aos objetivos da pesquisa, não implica desconhecer a enorme diversidade de situações que se ocultam no universo da agricultura familiar brasileira e gaúcha, em particular. Servimo-nos dessas referências para demarcar, com algum grau de coerência e concisão, o recorte de realidade proposto.

3 A previdência social rural no Brasil: um breve histórico

A presente seção tem por objetivo realizar um breve resgate sobre a previdência social rural no Brasil. Não se trata de uma abordagem exaustiva e completa, porque essa tarefa extrapolaria os objetivos dessa dissertação. Nosso foco está centrado no esforço em desvelar as transformações mais importantes operadas nessa política pública ao longo dos últimos anos, tendo em vista de que elas serão decisivas para emoldurar o cenário em que opera a dinâmica da agricultura familiar gaúcha nas duas últimas décadas.

Como é sabido, o tema “Previdência Social” tem estado na pauta das discussões em todos os países do mundo e em distintas circunstâncias históricas. No Brasil suas origens remontam ao período imperial, segundo apontam alguns autores (DELGADO, 1995; MEDICI e MARQUES, 1995; VARJÃO e LEVYSKI, 2001), através do surgimento de alguns mecanismos rudimentares de proteção social⁸.

O ano de 1923 é considerado como o marco da Previdência Social no Brasil com a promulgação da Lei Eloy Chaves, Decreto nº 4.682 de 24 de janeiro, por iniciativa do governo federal, o qual legisla sobre proteção social, criando as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs)⁹ para os empregados das estradas de ferro de cada uma das empresas ferroviárias existentes nos distintos Estados da Federação.

A sociedade brasileira, à época da discussão da Lei Eloy Chaves, possuía características tipicamente rurais, ou pré-industriais, com pequenos núcleos industrializados, localizados, sobretudo, no Rio de Janeiro e em São Paulo. O Brasil

⁸ Neste plano constam as Ligas de Socorro Mútuo como instituições pré-sindicais que, como indicam Medici e Marques (1995), até 1860 organizavam-se de forma clandestina sob influência das ideologias trazidas pelos imigrantes europeus.

⁹ As CAPs eram instituições privadas, administradas pelas próprias empresas através de um Conselho de Administração composto pelo superintendente ou inspetor geral da empresa, dois empregados (o caixa e o pagador) e por mais dois empregados, eleitos a cada três anos, pelos próprios funcionários da empresa. O fundo destas Caixas era formado pelas contribuições dos próprios empregados, por contribuições patronais e por taxas cobradas dos usuários destes serviços (estradas de ferro). Era um sistema tripartite formado pelo Estado, a empresa e os trabalhadores. A Caixa vigorava no âmbito de uma empresa e, por ser a lei muito genérica, as normas eram diferentes em cada uma das Caixas, o que explica as diversas formas de proteção existentes à época.

caracterizava-se como um país agro-exportador onde uma elite produzia mercadorias que estavam inseridas, precariamente, no sistema capitalista mundial.

Embora este período tenha sido marcado por mobilizações proletárias fortes (greve de 1917, conturbações em 1919) não existia um compromisso tácito por parte dos poderes constituídos no sentido de integrar as populações mais pobres ao sistema social que, por outro lado, temiam o avanço do socialismo e do anarquismo, haja vista o caso dos deputados do Rio Grande do Sul, representantes típicos da sociedade agrária, que votaram contra a Lei Eloy Chaves.

Foi necessário que setores intelectuais da classe média urbana e alguns membros da burguesia industrial mais moderna houvessem se aliado para garantir a aprovação do referido decreto. Conforme Medici e Marques (1995), de 1923 a 1937 houve a criação de 183 Caixas de Aposentadorias e Pensões, tendo como beneficiários os funcionários das empresas ferroviárias, telegráficas e radiográficas, serviços de força, luz, bondes, etc.

Com a Revolução de 1930 as oligarquias agrárias resultam enfraquecidas, o que permitiu ao Estado fazer-se presente em regiões nas quais até o momento isto não ocorria. Foi criada uma administração pública onde o Estado assume uma conformação completamente diferente, passando a elaborar políticas de proteção social com o firme propósito de regular a sociedade civil.

Enquanto na República Velha tínhamos a existência de um Estado mínimo com reduzida interferência na economia, no Governo de Getúlio Vargas o Estado passa a disciplinar as relações sócio-econômicas no plano de atividades que eram, até então, de natureza privada. Vale destacar que as transformações ocorridas neste período, não decorrem de reivindicações fortes de trabalhadores, mas sim, da mudança do papel do Estado e de sua capacidade de impor-se às oligarquias regionais, o que pode ser observado pela criação da Secretaria de Estado denominada Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433, 26/11/1930) com atribuições de orientar e supervisionar a Previdência Social.

Durante o primeiro Governo Vargas o modelo das Caixas sofre uma mudança, iniciando-se, em 1931, os debates em torno a essa questão. Em 1932 forma-se então uma comissão de discussão que resulta na criação dos Institutos de

Aposentadorias e Pensões (IAPs)¹⁰. Esta alteração foi significativa, tendo em vista que uma Caixa vigorava para uma empresa, enquanto que um Instituto passava a vigorar em todo o território nacional, para os trabalhadores de uma determinada categoria.

A partir de então, deixa de ser um modelo privado para ser público, passando a administração a seguir regras do direito público, sendo que a cobertura expande-se, mas não completamente, na medida em que inúmeros setores permanecem excluídos do acesso aos mecanismos de proteção social. Precisamente é esse o caso dos trabalhadores rurais e empregados domésticos que, apesar do que estava expresso no Art. 121 da Constituição de 1934 (ver Box 2), reiterando “[...] que todo trabalhador brasileiro teria a cobertura da previdência social, não houve a extensão da proteção aos trabalhadores rurais antes dos anos 1970’ (MALLOY, 1976 apud BIOLCHI, 2000).

Este quadro é compreensível por força da frágil capacidade de articulação e mobilização deste setor da população, apesar de sua expressiva importância demográfica. Entretanto, a partir do surgimento das Ligas Camponesas, ao final da década de 50, os trabalhadores rurais começam a organizar-se, tendo como bandeira a Reforma Agrária e a luta pela extinção dos regimes 'condição' e 'cambão'¹¹ no nordeste brasileiro.

Os Institutos possuíam uma série de distorções internas, além de serem completamente diferentes entre si. Estes contrastes eram nítidos se confrontamos, por exemplo, a situação de um segurado do IAPB e a de um segurado do IAPI, em termos das normas, contribuições e nível dos benefícios pagos.

Os bancários, à época no setor privado, eram os que percebiam os mais altos salários, ao passo que os industriários eram, de modo geral, trabalhadores comparativamente mal remunerados, com salários muito baixos. Isto gerava uma

¹⁰ O primeiro a ser criado foi o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM) em 29 de junho de 1933, seguido do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB) em 1934, Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) em 1936, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas em 1938. Em 1939 surge o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Operários Estivadores que, em 1945, é incorporado pelo dos Empregados dos Transportes e Cargas.

¹¹ A 'Condição' caracterizava-se pela obrigação do trabalhador de prestar serviço de dois a três dias por semana na fazenda ou engenho tendo em contrapartida o direito a um sítio ou roçado, onde mantinham uma lavoura de subsistência, recebendo uma remuneração, que, entretanto, era abaixo da tabela vigente. Já no regime de 'Cambão' o foreiro (camponês que arrendava um lote, pagando em dinheiro - 'foro') tinha como obrigação prestar trabalho gratuito ao engenho (10 a 20 dias por ano), sendo permitido neste regime a prestação por uma terceira pessoa. Ver a propósito: Azevêdo (1982).

situação de nítida diferenciação a qual se arrasta durante toda a Era Vargas e inclusive após a vigência da Constituição de 1946.

Em 1943 é aprovado o Decreto-Lei nº 5.452, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apresentado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, responsável também pela elaboração do primeiro projeto de Consolidação das Leis de Previdência Social.

O Governo Vargas tentou unificar este modelo, mas era extremamente difícil. As resistências internas dos institutos a estas mudanças eram fortes. Em 1945 o Decreto-Lei nº 7.526 prevê a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB) que unificaria as instituições previdenciárias, mas dito instituto não chegou a sair do papel.

A uniformização só foi possível no Governo de Juscelino Kubitschek, soterrando interesses contrários das lideranças sindicais que lutavam para manter as diferenças entre as categorias de trabalhadores. Em 26 de agosto de 1960 é editada a Lei nº 3.807, conhecida como LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social, unificando a legislação aplicável aos Institutos e ampliando a cobertura dos benefícios a todos os trabalhadores e seus dependentes, exceto trabalhadores rurais, domésticos e servidores civis e militares da União, Estados, Municípios, Territórios e respectivas autarquias que possuíssem regimes de previdência próprios.

Box 2 – Artigo 121 da Constituição Federal de 1934

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 1º - A legislação do Trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

[...]

h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do trabalho e do emprego, e instituições de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador, e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes do trabalho ou de morte; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934)

No Governo de João Goulart é criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, pelo Art. 158 do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, 02/03/1963). Esta lei instituiu os benefícios da previdência social vigentes aos trabalhadores rurais, à exceção da aposentadoria por tempo de serviço. A partir

desta data o trabalhador rural passa a ter direito a uma aposentadoria aos 65 anos de idade, cujo benefício correspondia a 50% do salário mínimo. De acordo com esta lei o FUNRURAL seria financiado pela contribuição de 1% sobre o valor dos produtos agropecuários comercializados.

O Decreto nº 54.067 de julho de 1964 instituiu uma comissão interministerial com representação classista para trabalhar na reforma da legislação previdenciária, culminando com a entrada em vigor do Decreto-Lei 72, em 21 de novembro de 1966, que reunia os Institutos de Previdência de Aposentadorias e Pensões existentes no país com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Em fevereiro de 1967, o Presidente Castelo Branco assina o Decreto-Lei nº 276, alterando os dispositivos da Lei 4.214, tendo como consequência a redução dos benefícios no que diz respeito à assistência médica e a arrecadação da receita do FUNRURAL, que passa a ser realizada pelo INPS.

O Decreto-Lei 564 é editado em 1969 (1º de maio), estendendo a previdência social ao trabalhador rural, especialmente, ao empregador do setor agrário da agroindústria canavieira através de um Plano Básico. Em 24 de julho o Decreto-Lei nº 704 estabelece a ampliação deste plano aos empregados das empresas produtoras e fornecedoras do produto agrário “in natura”. Em 06 de setembro desse mesmo ano o Decreto-Lei 65.106 regulamenta a Previdência Social Rural, ao passo que em 1971 o governo institui, através da Lei Complementar nº 11, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRÓ-RURAL, em substituição ao Plano Básico da Previdência Social Rural.

Em maio de 1974, início do governo Ernesto Geisel, o Ministério do Trabalho e Previdência Social é desmembrado, sendo criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (Lei nº 6.036) com o objetivo de centralizar as políticas previdenciárias. No mês de dezembro são editadas as Leis nº 6.719 e 6.195 que respectivamente instituem o amparo previdenciário para maiores de 70 anos ou inválidos e a cobertura especial dos acidentes do trabalho ao trabalhador rural.

Os benefícios do PRÓ-RURAL são estendidos aos garimpeiros, em janeiro de 1975, pelo Decreto nº 75.208. Através do Decreto 77.514 a Lei 6.260 (novembro de 1975) é regulamentada, estendendo aos empregadores rurais e dependentes os benefícios e serviços previdenciários.

A Consolidação das Leis da Previdência Social, editada em 24 de janeiro de 1976 (Decreto nº 77.077), estabelece os regimes de previdência dos trabalhadores urbanos, rurais e funcionalismo federal.

No ano seguinte é instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, controlado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, o qual é responsável pelas políticas de previdência e assistência médica, farmacêutica e social, assim como, pela supervisão dos órgãos e autarquias a ele vinculados¹².

Com a Constituição Federal de 1988 é incorporado, através do Art. 194, o conceito de Seguridade Social que "compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL, 2002. p.120). Este sistema é regido pelos princípios básicos descritos no parágrafo único do artigo acima citado, Capítulo II (Da Seguridade Social), Seção I, que trata das Disposições Gerais, o qual prevê:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - **uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;**
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (grifos nossos.)¹³.

¹² O SINPAS é composto neste período pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, o Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social - IAPAS, a Legião Brasileira de Assistência -LBA, a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor - FUNABEM, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV e a Central de Medicamentos - CEME, responsáveis, respectivamente, pela assistência médica, benefícios previdenciários, administração previdenciária, assistência social, assistência ao menor, processamento de dados e distribuição dos medicamentos.

¹³ O inciso VII é apresentado com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 (15/12/1998).

Nas Seções II, III e IV são apresentadas as diretrizes que norteiam, respectivamente, as áreas da Saúde, Previdência Social e Assistência Social respectivamente. Entrementes, o governo de Fernando Collor extingue, em abril de 1990 (Lei nº 8.029), o Ministério da Previdência e Assistência Social, restabelecendo o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. No mês de junho desse ano são fundidos o Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social - IAPAS e o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, dando origem ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (Decreto nº 99.350).

As garantias dos trabalhadores rurais definidas na Constituição Federal de 1988 somente foram normatizadas em março de 1992, apesar das Leis nº 8.212¹⁴ e 8.213 que tratam, respectivamente, sobre a organização da Seguridade Social e instituição do Plano de Benefícios haverem sido sancionadas a 24 de julho de 1991.

Todavia, é no final do ano de 1993 que "a universalização dos direitos previdenciários rurais passou efetivamente a contemplar os trabalhadores rurais pelo novo regime da seguridade social".(DELGADO, 1997 apud BIOLCHI, 2002, p.17).

Segundo estas leis são segurados do Regime Geral da Previdência Social o empregado, o empregado doméstico, o contribuinte individual, o trabalhador avulso, o segurado especial¹⁵ e o segurado facultativo.

O Plano de Benefícios da Previdência Social estabelece os seguintes benefícios para o segurado: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade¹⁶, aposentadoria por tempo de serviço¹⁷, aposentadoria especial, auxílio doença, salário-família, salário maternidade e auxílio acidente¹⁸. Para o dependente a pensão por morte e auxílio reclusão, e, para ambos, o serviço social e reabilitação profissional.

¹⁴ Conhecida como Lei Orgânica da Seguridade Social.

¹⁵ De acordo com o Art. 12, inciso VII da Lei nº 8.212, Art. 11, inciso VII da Lei 8.213 e do Decreto nº 3.048, Art. 9º, inciso VII são segurados especiais: ...o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

¹⁶ As aposentadorias por Idade e a por Tempo de Serviço (atualmente aposentadoria por Tempo de Contribuição) só serão concedidas se houver sido cumprida a exigência da carência de no mínimo 180 contribuições (Lei nº 8.870 de 15 de abril de 1994). Para o trabalhador rural valem as mesmas regras dos trabalhadores urbanos na aposentadoria por idade, com uma redução de 5 anos.

¹⁷ Antes da Emenda Constitucional nº 20, esta era prevista aos 35 anos para o homem e 30 anos para mulher, com um salário de benefício integral. Extingue-se, a partir de então, a aposentadoria por tempo de serviço, passando a valer o tempo de contribuição.

¹⁸ Somente o empregado, o trabalhador avulso e o segurado especial podem beneficiar-se deste tipo de auxílio.

Aos quinze dias do mês de dezembro de 1993 é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742), que dispõe sobre a organização da assistência social. No ano seguinte, o governo regulamenta, através do Decreto nº 1.330 (08/12/1994), a concessão do benefício de prestação continuada, denominado também “amparo assistencial”, atendendo ao público dos idosos e portadores de deficiência carentes¹⁹ que, indiferentemente de haverem realizado qualquer tipo de recolhimento aos cofres da previdência fazem jus, atualmente, todas as pessoas a partir dos 65 anos.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso é editada a Medida Provisória nº 813, em primeiro de janeiro de 1995, transformando o Ministério da Previdência Social em Ministério da Previdência e Assistência Social.

A 15 de dezembro de 1998 é aprovada a Emenda Constitucional nº 20, responsável pelo início de uma significativa reforma na Previdência Social, na qual as principais mudanças foram: limite de idade nas regras de transição para a aposentadoria integral no setor público, fixando em 53 anos para o homem e 48 para a mulher, alterações nas regras de cálculo de benefício, com a introdução do fator previdenciário. Em 06 de maio de 1999 é aprovado o Regulamento da Previdência Social.

O resgate que aqui fizemos serviu, entre outras coisas, para evidenciar as desigualdades de tratamento dos sistemas de seguridade social em relação aos trabalhadores rurais brasileiros, cujas distorções somente começaram a ser corrigidas há pouco mais de 10 anos.

As mudanças na legislação previdenciária estavam na ordem do dia nos primeiros anos do novo milênio, estando previstas novas discussões no sentido de revisão das garantias em 2006, causando enorme expectativa no seio das representações sindicais e para o conjunto da população rural. Entretanto, até o presente momento, estas mudanças não foram implementadas, havendo inclusive declarações por parte do atual presidente da república, no sentido de reafirmar a importância dessa política pública, não somente para a população rural, mas também para a economia das pequenas localidades.

¹⁹ Neste caso a renda familiar per capita não deve exceder a ¼ do salário mínimo.

4 O universo analítico: a agricultura familiar e a evolução da população rural no Rio Grande do Sul

4.1 A agricultura familiar no Rio Grande do Sul

A pesquisa aqui desenvolvida refere-se a um estudo relativo a quatro microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, parece-nos conveniente realizar uma análise preliminar sobre a evolução do número de estabelecimentos, bem como uma rápida abordagem sobre a importância da agricultura familiar gaúcha.

Os dados da Tab.1 indicam a existência de 429.958 estabelecimentos agrícolas no Rio Grande do Sul. Como é possível perceber, 92% deles têm menos de 100 hectares, muito embora absorvam escassos 32% da área agrícola total.

A mesma fonte mostra que os últimos vinte cinco anos coincidem com uma redução no número de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, assim como na área que estes concentravam. As grandes explorações (área maior que mil hectares) reduziram igualmente sua participação, ao passo que o grupo intermediário (entre 200 e menos de mil hectares) incrementou sua importância, tanto do ponto de vista do número de estabelecimentos quanto no que afeta à área controlada.

A importância da agricultura familiar aparece destacada nos dados da Tab.2. As unidades agrárias com área inferior a 50 hectares são responsáveis por 52,28% do valor bruto da produção agropecuária total, 61,51% do valor da produção animal e por 46,71% do valor bruto da produção vegetal.

Como é sabido, a participação das grandes explorações é decisiva na pecuária extensiva e em grandes culturas como arroz irrigado, em que pese o fato do cultivo de soja ocorrer tanto em pequenas quanto em grandes explorações.

Segundo a metodologia adotada pelo Projeto FAO – INCRA²⁰, baseada nos dados do último censo agropecuário (IBGE, 1998), e que leva em conta,

²⁰ A delimitação do universo da agricultura familiar adotada pelo Convênio INCRA-FAO baseou-se, essencialmente, em dois critérios: O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Ver a propósito: <http://200.252.80.30/sade/documentos.asp>

fundamentalmente, o tamanho dos estabelecimentos rurais e a importância da força de trabalho nos processos produtivos, 91,8% dos quase 430 mil estabelecimentos rurais gaúchos são de caráter “familiar”.

Tabela 1. Evolução do número de estabelecimentos, área ocupada e participação percentual (PP) segundo classes específicas, entre os anos 1970 e 1995 no Estado do Rio Grande do Sul.

Número de hectares	Número de Estabelecimentos				Área Ocupada			
	1970	PP	1995	PP	1970	PP	1995	PP
Menos de 100	478.588	100	395.584	83	8.553.083	100	7.171.795	84
100 a menos de 200	14.530	100	14.349	99	2.000.960	100	1.974.216	99
200 a menos de mil	15.297	100	16.378	107	6.370.326	100	6.840.877	107
Mais de mil	3.235	100	3.072	95	6.882.812	100	5.814.000	85
Sem declaração	653	-	575	-	-	-	-	-
Total	512.303	100	429.958	84	23.807.181	100	21.800.888	92

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 1995/1996 (IBGE, 1998).

Tabela 2. Proporção do valor bruto total da produção agrícola, da produção animal e vegetal no Estado do Rio Grande do Sul segundo categorias de estabelecimentos no ano agrícola 1995/1996.

Tamanho do estabelecimento em hectares	Percentual do valor bruto da produção		
	Total	Animal	Vegetal
Menos de 50	52,28	61,51	46,71
50 a menos de 100	8,75	8,83	8,70
100 a menos de 200	7,21	5,90	8,01
200 a menos de mil	19,20	13,45	22,66
Mil a menos de 10 mil	11,86	9,79	13,10
Mais de 10 mil	0,70	0,50	0,82
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário 1995/1996 (IBGE, 1998).

Esse setor compreende aproximadamente 394 mil estabelecimentos rurais que concentram 40,9% do solo agrícola disponível, destacando-se em atividades como a produção de leite, suinocultura, avicultura, tabaco, fruticultura de clima temperado e inclusive na produção de soja. Essa mesma fonte indica que os

estabelecimentos familiares respondem por 57,7% do valor bruto da produção agropecuária nessa unidade federativa brasileira.

4.2 A Evolução recente da população ativa e inativa no Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul conta, atualmente, segundo os dados do último censo demográfico (2000), com 10,18 milhões de habitantes, sendo respectivamente residentes 81,6% e 18,4% das pessoas no espaço urbano e rural, com base nos critérios adotados pelo IBGE, tal como revelam os dados da Tab.3.

É sabido que as duas últimas décadas inauguram um novo padrão demográfico no qual há um acentuado declínio nas taxas anuais de crescimento populacional. Assim, se entre 1970 e 1980 a população gaúcha total havia crescido a uma taxa equivalente a 1,55%, no período subsequente (1980-1991), ela cai para 1,48% e apenas 1,1% no último período intercensitário (1991-2000), sendo a mais baixa entre todas as unidades federativas brasileiras. Esse dado reflete, sobretudo, a queda nas taxas de fecundidade total.

Com relação à população rural é possível constatar que já na década de 1960 ela era inferior à urbana, em que pese o fato do período 1970-1980 haver coincidido com um descenso demográfico bastante pronunciado em termos absolutos e relativos, como resultado do êxodo decorrente da modernização da agricultura.

Há, não obstante, outros fenômenos que devem ser aqui sublinhados. Nesse contexto, a década de 1990 aparece associada, como mostram os dados da Tab.4, por um crescimento substancial no número de aposentados e pensionistas no espaço rural gaúcho.

Essa tendência é reflexo direto do processo de envelhecimento, coincidindo também com uma queda na fecundidade total, que vêm incidindo não somente nessa unidade federativa como em outros estados brasileiros, tal como indicam estudos recentes (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2003). O crescimento no número de aposentados e pensionistas reflete também o impacto da expansão do sistema previdenciário com as mudanças introduzidas na seguridade social a partir da promulgação da nova constituição.

No intervalo de tempo compreendido entre 1970 e 1980 a população rural decresceu a um ritmo anual equivalente a -2,08%, ao passo que entre 1980 e 1991 ela atinge um valor um pouco mais baixo (-1,48%), mas ainda negativo. No último período analisado (1991-2000) ela atinge -0,4%. Esses dados parecem indicar que

houve uma redução das taxas de fecundidade no âmbito rural, acompanhada de um certo arrefecimento no fluxo migratório campo-cidade.

Tabela 3. Evolução da população total, urbana e rural e participação percentual no Rio Grande do Sul, entre os anos 1970 e 2000.

População	1970		1980		1991		2000	
	Nº hab.	%	Nº hab.	%	Nº hab.	%	Nº hab.	%
Urbana	3.553.006	53,3	5.250.940	67,5	6.996.542	76,6	8.317.984	81,6
Rural	3.111.885	46,7	2.522.897	32,5	2.142.128	23,4	1.869.814	18,4
Total	6.664.891	100,0	7.773.837	100,0	9.138.670	100,0	10.187.798	100,0

Fonte: Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 (IBGE).

Como mostra a Tab.4, a mais alta taxa anual de crescimento (5,1%) é constatada justamente no coletivo de aposentados e pensionistas rurais, no período compreendido entre os anos 1992 e 1999, num contexto, como visto anteriormente, de baixas taxas de incremento da população total.

Tabela 4. Evolução da população total, de aposentados e pensionistas urbanos e rurais no Rio Grande do Sul, Brasil, período 1992–1999. (em 1.000 pessoas)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de incremento (% aa)	
								1992/99	1996/99
								População total	9.246,8
População total não ocupada	2.913,0	3.006,3	3.204,9	3.384,6	3.393,4	3.511,8	3.509,0	2,9***	1,4**
Aposentados e pensionistas urbanos	655,71	732,12	752,82	838,38	783,39	835,99	873,92	3,6***	1,9
Aposentados e pensionistas rurais	110,23	132,37	161,70	159,87	146,42	154,74	172,34	5,1***	2,8
Total de aposentados e pensionistas	765,94	864,49	914,52	998,25	929,81	990,73	1.046,26	3,8***	2,1

(***); (**); (*) indicam respectivamente significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações do Projeto Urbano a partir das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE, 2000).

Outro dado que chama a atenção é o número de pessoas não-ocupadas ao longo do mesmo período. Esse dado é resultante de uma série de causas entre as quais figuram as restrições do mercado de trabalho em incorporar a força de

trabalho, em meio a uma década marcada, como é sabido, pelo impacto do ajuste fiscal e da redução de investimentos públicos na geração de empregos e novas oportunidades de renda e trabalho.

Infelizmente não dispomos de dados específicos sobre o comportamento dessa categoria, para o mesmo intervalo de tempo, no ambiente rural, mas parece plausível supor que, sob a égide do incremento das taxas de produtividade dos fatores de produção na agricultura, muitos dos desocupados permaneceram nos estabelecimentos rurais por conta da sustentação material oferecida por aposentados e pensionistas integrados ao sistema de seguridade social e por outros tipos de transferências governamentais.

4.3 A evolução da população gaúcha, ativa e inativa sob a ótica das famílias extensas²¹

Os dados da Tab.5 indicam a evolução das famílias extensas, segundo o tipo, no primeiro lustro do século XXI. Como é sabido, o universo da agricultura familiar, conforme as regras adotadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), compreende as explorações agrárias que empregam até dois trabalhadores permanentes e possuem até 4 módulos fiscais²².

Com base nos critérios adotados pelo PRONAF, parte da agricultura familiar gaúcha estaria incluída na categoria de famílias de empregadores (com até dois empregados) referida na Tab.5. Entretanto, parte-se aqui da premissa de que no caso do Rio Grande do Sul o tipo de família que melhor expressa a dinâmica em que opera a agricultura familiar corresponde às famílias “conta-própria” e é esse setor que interessa destacar para os efeitos da presente dissertação.

Estamos convictos de que os agricultores familiares sul-riograndenses recorrem à contratação de mão-de-obra, mas isso ocorre, majoritariamente, em caráter eventual e numa proporção bastante reduzida em caráter permanente.

Assim, os dados da Tab.5 mostram que para o conjunto de famílias extensas (urbanas e rurais) conta-própria do RS, o período analisado (2001-2005) indica um pequeno crescimento (0,9%) anual total. Todavia, se as famílias agrícolas registram

²¹ Ver a propósito Box nº 3.

²² O módulo fiscal, segundo define o Estatuto da Terra (Lei 4504 de 30/11/64), é um imóvel rural: "que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros".

uma taxa negativa de crescimento (-0,5%), as famílias pluriativas experimentam uma expansão positiva e significativa (6,3%**). Já as famílias de empregados apresentam um comportamento oposto, cuja evolução escapa aos interesses do nosso trabalho.

Box 3 – Tipologias das famílias extensas no marco do Projeto Rurbano

A unidade de análise adotada na perspectiva do Projeto Rurbano corresponde ao conceito de família extensa a qual compreende a família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados.

Os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) foram objeto de cruzamento e análises estatísticas a partir de uma tipologia das famílias extensas, conforme o local de domicílio (rural e urbano) e a posição na ocupação (empregador, conta-própria, empregados e não-ocupados).

Segundo o IBGE, é considerado:

- a) Empregador: Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- b) Conta-própria: Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;
- c) Empregado : Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

As famílias extensas, segundo a posição na ocupação, foram classificadas da seguinte forma: se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal, independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Procedeu-se dessa forma por se entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família. Na falta de um empregador, a família foi classificada como de conta-própria se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. Em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como de "outros trabalhadores ocupados", se pelo menos um dos seus membros declarou exercer uma atividade agrícola ou não-agrícola na semana de referência. No caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como de trabalhadores "não-ocupados".

Para cada posição na ocupação acima referida, as famílias extensas foram subdivididas em agrícolas, não-agrícolas e pluriativas. As famílias agrícolas são aquelas em que todos os seus membros estavam envolvidos em atividades agrícolas como sua ocupação principal na semana de referência da pesquisa (normalmente a última ou a penúltima semana de setembro). No caso contrário, são consideradas famílias não-agrícolas, uma vez que todos os membros da família exerciam atividades não-agrícolas. Classificou-se como famílias pluriativas aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e um outro exercia uma atividade não-agrícola, ou ainda quando pelo menos um de seus membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

O fato é que esses dados refletem algumas das transformações no mundo do trabalho, particularmente aquelas que afetam ao crescimento do auto-emprego e das multiocupações, tanto no âmbito urbano como rural.

No âmbito estritamente rural, como mostram os dados da Tab.6, os cinco primeiros anos do século XXI mostram uma pequena elevação (1,0%) no número de

famílias de conta-própria, que somam, em 2005, 357 mil unidades familiares. Conjuntamente, estas equivalem a um percentual correspondente a 57,9% do total de famílias existentes no rural gaúcho, ao passo que as de empregadores, de empregados e de não-ocupados equivalem a respectivamente 4,3%; 27,9% e 9,9%.

Mas o dado que é fundamental sublinhar tem a ver com o comportamento dos vários sub-tipos de famílias conta-própria que constam nos dados da Tab.6. Em primeiro lugar, destaca-se um declínio de -0,8% nas famílias exclusivamente agrícolas ao longo do período analisado, o que confirma uma tendência de retração verificada em décadas anteriores em termos do número de postos de trabalho gerados na produção agropecuária.

Tabela 5. Evolução das famílias extensas no Rio Grande do Sul segundo o tipo, período 2001–2005. (em 1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% aa)
Empregadora Total	225	213	221	247	235	2,3
Agrícola	15	12	15	21	14	4,9
Pluriativo	21	24	19	27	28	6,7
Não-agrícola	189	177	188	198	192	1,5
Conta-Própria	1.018	1.049	1.078	1.051	1.066	0,9
Agrícola	273	276	282	275	268	-0,5
Pluriativo	97	122	115	129	128	6,3 **
Não-agrícola	647	652	682	648	669	0,6
Empregados	1.490	1.498	1.518	1.591	1.636	2,5 ***
Agrícola	78	104	91	88	91	1,6
Pluriativo	51	48	43	45	47	-2,0
Não-agrícola	1.361	1.347	1.384	1.457	1.498	2,7 ***
Não-ocupado na semana	452	492	532	522	528	3,8 **
Total	3.185	3.253	3.350	3.411	3.465	2,2 ***

(***); (**); (*) indicam respectivamente significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações do Projeto Rurbano a partir das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE, 2007).

A explicação para esse quadro há que ser buscada tanto em fatores de ordem conjuntural quanto estrutural. No primeiro caso, figuram, por exemplo, o ciclo de secas que se abateu sobre o Sul do país nos últimos anos, enquanto que, no segundo caso, tem-se a desativação de muitas explorações agrárias, tanto as que se mostraram economicamente inviáveis sob um quadro de crescente competitividade quanto as que foram objeto de conversão para outras finalidades (turismo, estações ecológicas, etc.), em que pese o impacto da urbanização de áreas rurais.

Cumprе ressaltar que as famílias enquadradas como pluriativas crescem a uma taxa anual correspondente a 6,0%** , destacando-se o fato das que combinam trabalho não-agrícola e agrícola apresentarem o maior percentual anual de incremento, equivalente a 6,6%***.

Tabela 6. Evolução das famílias rurais extensas no Rio Grande do Sul segundo o tipo, período 2001–2005. (em 1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% aa)
Empregadora Total	28	23	22	29	27	1,7
Agrícola	10	7	9	14	11	7,8
Pluriativo	11	7	7	10	10	2,0
Não-agrícola	7	9	6	5	6	-6,8
Conta-Própria	344	363	384	373	357	1,0
Agrícola	246	247	258	246	237	-0,8
Pluriativo	69	83	80	91	88	6,0**
Agrícola+Agrícola	6	15	14	13	11	14,1
Agrícola+não-agrícola	56	61	59	72	71	6,6***
Agrícola+Trab. Dom..	6	6	6	5	3	-14,0*
Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom	-	-	-	-	2	
Não-agrícola	30	33	46	36	32	2,6
Não-agrícola	28	31	40	33	29	1,8
Não-agrícola+Trab.Dom	2	3	5	2	4	11,9
Empregados	141	157	152	153	172	3,8**
Agrícola	58	70	62	63	64	0,9
Pluriativo	21	20	20	17	16	-6,4***
Agrícola+não-agrícola	16	12	12	15	11	-4,8
Agrícola+Trab. Dom..	4	7	7	2	4	-9,6
Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom	-	-	-	-	-	
Não-agrícola	62	67	69	73	92	9,1***
Não-agrícola	52	57	54	60	72	7,3**
Não-agrícola+Trab.Dom	10	10	16	13	20	17,7**
Não-ocupado na semana	67	64	64	59	61	-2,5**
Total	580	606	621	614	617	1,4*

"-" : representa 5 ou menos observações.

(***); (**); (*) indicam respectivamente significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações do Projeto Rurbano a partir das Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE, 2007).

Essa tendência se viu fortalecida pelo recente surgimento de empreendimentos industriais (*ateliers*, facções fabris) em áreas tipicamente rurais

que executam partes do processo de produção de calçados, confecções e produtos alimentares, entre outros artigos.

Já as famílias conta-própria exclusivamente não-agrícolas apresentam um incremento anual mais discreto (2,6%), como informa a Tab.6. As famílias de não-ocupados apresentam certa oscilação, com tendência de queda (-2,5%***) ao longo do período 2001-2005.

As famílias de empregados apresentam um comportamento de crescimento significativo (3,8%***) durante o período analisado, puxado, em boa medida, pelo incremento no número de famílias ocupadas em atividades alheias à produção agropecuária. Essa tendência provavelmente é resultado do incremento de novas atividades no espaço rural ligadas ao turismo, artesanato, bem como serviços gerais ou especializados, considerando o significativo incremento (17,7%***) no número de famílias que conciliam o trabalho não-agrícola com serviços domésticos.

O aumento no número de sítios de lazer e a proliferação de residências de férias e fins-de-semana de habitantes urbanos no perímetro rural contribui para reforçar essa dinâmica na medida em que gera uma demanda por trabalhadores de serviços gerais especializados, serviços pessoais e domésticos, muitos dos quais contratados entre membros de explorações familiares.

Por outro lado, a universalização dos direitos sociais implantada no Brasil a partir da promulgação da nova constituição incidiu e vem incidindo sobre o cotidiano de milhões de famílias rurais, sejam elas enquadradas ou não como pluriativas.

A questão que se impõe investigar parece ser no sentido de avaliar em que medida este novo cenário, no qual se vislumbra a crescente importância das rendas não-agrícolas, tem contribuído para arrefecer o êxodo rural, entre as quais figura em destaque, o tema das aposentadorias e pensões pagas pela seguridade social.

As estatísticas disponíveis oferecem algumas possíveis respostas. Assim, os dados da Tab.7 mostram que entre 2001 e 2005 as famílias rurais extensas que contam com pelo menos um aposentado ou pensionista vivenciaram uma expansão anual equivalente a 1,2%. Se nos atemos ao sub-tipo de famílias que melhor expressa o universo da agricultura familiar gaúcha, qual seja o das famílias conta-própria, no intervalo de tempo analisado há um incremento anual de 2,8%* nas famílias que contam com pelo menos um membro com aposentadoria.

A mesma fonte mostra que todos os sub-tipos de famílias experimentaram crescimento, o que revela o caráter capilar e redistributivo da seguridade social

brasileira no marco da universalização aludida. O incremento anual mais expressivo ocorre no sub-tipo de famílias não agrícolas, equivalente a 6,6%, seguido das pluriativas (3,5%*) e exclusivamente agrícolas (2,3%).

Do ponto de vista das famílias extensas de empregados, o aspecto mais importante a destacar é o crescimento das que são classificadas como não-agrícolas. Já as famílias de não-ocupados apresentaram uma taxa de descenso equivalente a 3,6%** , como indica a Tab.7.

Tabela 7. Evolução das famílias extensas rurais, com pelo menos um membro com aposentadoria e/ou pensão, segundo o tipo e local de domicílio. Rio Grande do Sul. (em 1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	Taxa 01/05 (% aa)
Empregadora Total	11	6	9	9	9	-1,1
Agrícola	5	-	4	7	3	
Pluriativo	5	-	3	-	5	
Não-agrícola	-	-	-	-	-	
Conta-Própria	149	150	164	154	169	2,8*
Agrícola	112	110	121	112	125	2,3
Pluriativo	30	31	31	31	36	3,5*
Não-agrícola	7	8	12	10	9	6,6
Empregados	32	35	37	34	37	2,6
Agrícola	11	13	14	10	10	-5,3
Pluriativo	4	4	3	3	-	
Não-agrícola	17	17	20	21	26	11,0***
Não-ocupado na semana	60	58	58	50	53	-3,6**
Total	253	249	268	247	269	1,2

"-" : representa 5 ou menos observações.

(***); (**); (*) indicam respectivamente significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Julho/2007.

Os dados aqui apresentados revelam um quadro que merece ser evidenciado no que tange à situação do Rio Grande do Sul em relação ao comportamento demográfico na última década. Considerando os critérios adotados pelo IBGE há claros indícios de que a população rural tende a estabilizar-se, tendo em vista que os grandes fluxos demográficos que reduziram a população residente haverem arrefecido.

Por outro lado, há também evidências de que a queda na taxa de fecundidade total incidiu tanto na cidade quanto no campo, assim como o aumento da esperança

de vida da população. O efeito simultâneo desses vetores tem contribuído para um cenário de envelhecimento demográfico no espaço rural se comparado com o urbano, tal como indicam estudos anteriormente referidos.

Os dados apresentados demonstram outras tendências muito importantes, como é o caso da crescente importância da pluriatividade e das rendas não-agrícolas²³ no que afeta à reprodução social de uma proporção crescente de famílias rurais gaúchas.

Cresceu também o número de famílias que contam com pelo menos um aposentado ou pensionista em seu interior, tanto na perspectiva das famílias contá-própria quanto de empregados. O que parece indiscutível e merece ser sublinhado corresponde à perda de protagonismo da agricultura na ocupação da população rural e geração de renda.

4.4 A previdência social rural e sua importância no Rio Grande do Sul

Conforme vimos na seção 3 dessa dissertação, a previdência social rural sofreu importantes mudanças a partir da promulgação da constituição de 1988 e de legislação complementar a qual, entre outros aspectos, acarretou: a) a extensão de benefícios à clientela “rural”, até então pagos exclusivamente à “urbana”; b) a garantia do direito de aposentadoria às mulheres rurais ao atingirem 55 anos; c) a redução da idade mínima de 65 para 60 anos no caso dos homens para adjudicar-se o direito à aposentadoria em regime especial (ver Box 4).

Diante dessas mudanças, houve, por certo, uma ampliação substancial no número de aposentados e pensionistas no espaço rural brasileiro e gaúcho²⁴, em especial, diante da elevada esperança de vida da população, se comparada com a de outras unidades da federação, tal como mencionamos anteriormente.

Esse incremento não passou despercebido pelos estudiosos do tema, organizações de direito civil e privado, bem como por membros de partidos políticos que defendem a reforma da previdência. No bojo dessas propostas de mudanças,

²³ A importância das rendas não-agrícolas inclui a questão do turismo rural. Ver a propósito: Froehlich (2000).

²⁴ Segundo França (2003, p. 15), no Brasil, entre os anos de

“[...] 1988 e 2003, a quantidade de benefícios pagos pela Previdência Social aumentou 84,5%, passando de 11,6 milhões de beneficiários. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada segurado da Previdência Social existem, em média, 2,5 pessoas atingidas de maneira indireta pelo pagamento”.

vem sendo aventada, com considerável insistência, a tese da supressão do que alguns definem como privilégios da clientela rural, transcorridos apenas 15 anos da implementação das mudanças supra referidas. A justificativa para tanto prender-se-ia ao fato de que o crescimento no número de aposentadorias e pensões rurais verificado nos anos 1990, tal como descrevemos anteriormente, repercutiria no sentido da ampliação ininterrupta dos recursos gastos pelo Estado na garantia desses benefícios nos anos subseqüentes.

Todavia, essa tese não se sustenta diante de algumas evidências que nos parecem importantes sublinhar. Assim, se na década de 1990 o contingente de aposentados e pensionistas rurais cresceu a uma taxa anual equivalente a 5,1%, nos seis primeiros anos do novo milênio esse incremento viu-se reduzido substancialmente.

Os dados²⁵ de que dispomos mostram que o total de benefícios de prestação continuada²⁶ pagos ao conjunto da população gaúcha (urbana e rural) cresceu a uma taxa anual média equivalente a 0,29% no período compreendido entre 2001 e 2006. Entretanto, no âmbito rural a taxa de crescimento anual é ainda inferior, correspondente a escassos 0,20%.

Essa constatação aparece refletida na Fig.1 que demonstra a evolução do número de benefícios de prestação continuada durante o intervalo de tempo compreendido entre os anos 2001 e 2006.

Ela mostra que em 2001 foram pagos 18.423.993 benefícios no Rio Grande do Sul, sendo 6.044.186 para a clientela rural e 12.379.993 para a clientela urbana. Em 2006 o total de benefícios dessa natureza viu-se incrementado em 15,4%, passando para 21.269.279. É interessante comprovar que a participação da clientela rural viu-se inclusive reduzida nos três últimos anos do ponto de vista de sua participação percentual no número de benefícios.

Como mostra a Fig.1, 32% dos benefícios pagos, em 2006, contemplam a população rural do Rio Grande do Sul.

Além do número de benefícios, é importante avaliar a evolução recente no valor dos benefícios para ambos coletivos (rural e urbano). Assim, como mostra a

²⁵ Referimo-nos ao banco de dados que elaboramos a partir de pesquisa de campo realizada junto à Gerência Executiva do INSS em Pelotas, RS durante os anos 2006 e 2007 através de consultas e entrevistas realizadas com funcionários dessa instituição federal.

²⁶ Os benefícios de prestação continuada representam as aposentadorias, pensões e amparos pagos pelo INSS.

Fig.2, houve um crescimento na participação da “clientela rural” no conjunto de benefícios de prestação continuada da previdência social rural no Rio Grande do Sul. Em 2001 eles absorviam 18,7% do montante, passando para 20,4% em 2006.

Essa diferença considerável entre a participação percentual da clientela rural no número de benefícios (entre 32,8 e 32,0%) e no valor dos benefícios (entre 18,7% e 20,4%), ao longo do período analisado (2001 a 2006), deve ser imputada ao fato de que a esmagadora maioria dos benefícios rurais é inferior a 1 salário mínimo.

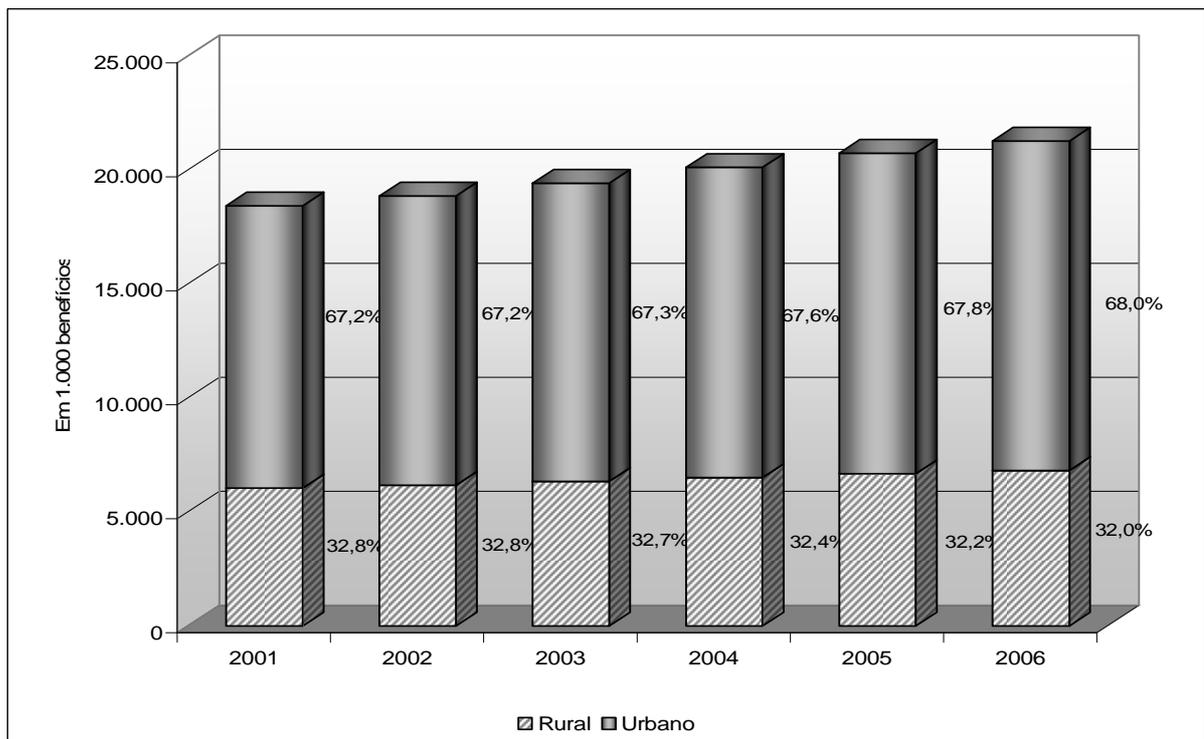


Figura 1. Evolução do número de benefícios de prestação continuada, segundo o tipo de clientela no Rio Grande do Sul, período 2001-2006.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados da Pesquisa de campo (2007).

Esses dados mostram que no período analisado houve uma certa expansão no montante dos recursos correspondentes aos benefícios de prestação continuada no espaço rural, decorrente, não do incremento anunciado no número de benefícios pagos, mas da correção no valor das aposentadorias e pensões, consoante o reajuste, à época, no valor do salário-mínimo

Assim, se em 2001 o valor médio dos benefícios de prestação continuada pagos à clientela rural correspondeu a R\$ 188,68, em 2006 ele equivale a R\$ 354,67. No âmbito urbano o mesmo dado equivale a respectivamente R\$ 399,40 e R\$ 652,91. É esse outro argumento importante para demonstrar o caráter redistributivo da previdência social rural, tendo em vista que atualmente tem-se um

total de 6,8 milhões de benefícios mantidos cujo valores não ultrapassam a 1 salário-mínimo em sua quase totalidade.

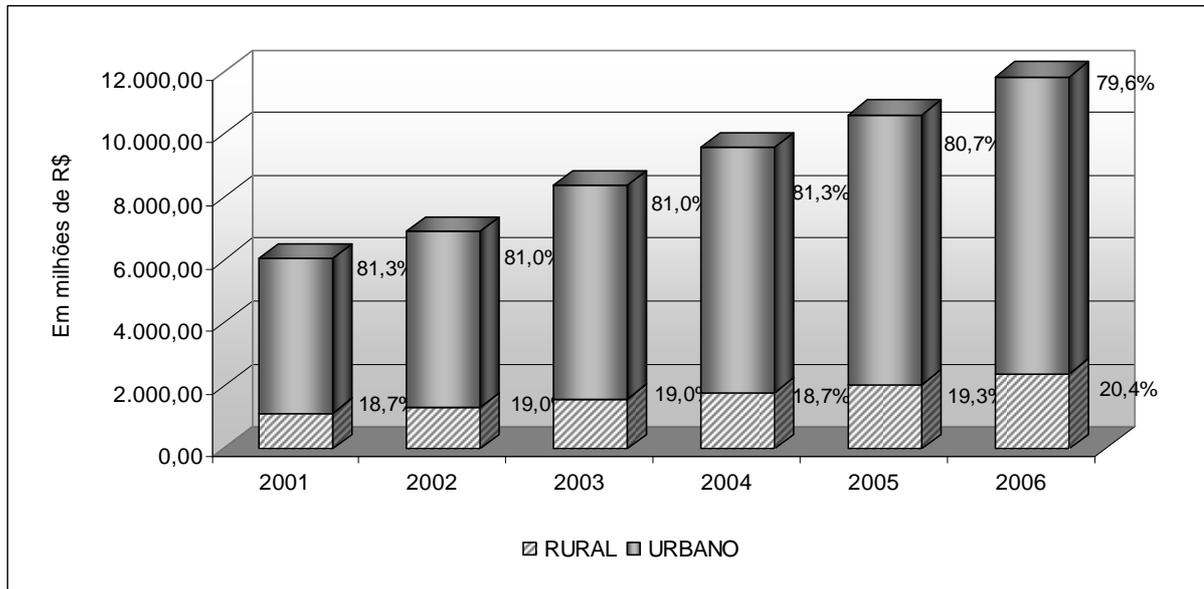


Figura 2. Evolução do valor pago dos benefícios de prestação continuada, segundo o tipo de clientela no Rio Grande do Sul, período 2001-2006.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados da Pesquisa de campo (2007).

Os dados da Tab.8 indicam o alcance dos recursos da previdência, confrontando o âmbito urbano e rural. A segunda coluna reúne o número de benefícios pagos à clientela urbana, rural e total em 2001, ao passo que a terceira coluna indica o número de pessoas com 60 anos e mais segundo o último censo demográfico (2000). A quarta coluna mostra o quociente entre o número de benefícios mantidos e a população no intervalo etário proposto (60 anos e mais).

Como é possível perceber, apesar do valor reduzido²⁷ dos benefícios a cobertura da previdência social é bastante alta no âmbito rural. Assim, se para a população idosa urbana (60 anos e mais) há praticamente um benefício mantido por cada habitante, no âmbito rural o mesmo dado equivale a 1,61.

A explicação para isso está fundamentalmente no fato de que há muitos casos em que os beneficiários recebem sua aposentadoria e a pensão do cônjuge falecido. Isso é particularmente recorrente no caso das mulheres, tendo em vista a maior esperança de vida que possuem em relação aos homens. No meio urbano, as mulheres que atingirem 60 anos de idade só farão jus ao benefício da aposentadoria

²⁷ É importante mencionar que as aposentadorias de “empregador rural” são quase inexpressivas do ponto de vista do universo de benefícios mantidos pela previdência social. Nesse sentido, em 2006 representavam apenas 0,55% do valor total de benefícios pagos e por escassos 0,46% do total de benefícios pagos à clientela rural.

em caso de haverem contribuído de alguma forma ao sistema previdenciário. Há, com efeito, outros indicadores através dos quais é possível avaliar a importância assumida pela seguridade social no espaço rural. Em 2006, em termos médios, para cada um dos 429 mil estabelecimentos rurais existentes no Rio Grande do Sul, segundo o último censo agropecuário (1995-1996), havia sido pago 1,17 benefício (amparo, aposentadoria ou pensão).

Tabela 8. Número de benefícios mantidos em 2001, número de pessoas com 60 anos e mais e quociente entre número de benefícios e de pessoas com 60 anos e mais no Estado do Rio Grande do Sul.

Clientela	Nº de benefícios (A)	Nº de pessoas com 60 anos e mais (B)	A/B
Urbana	1.031.650	1.085.329	0,95
Rural	503.682	312.752	1,61
Total	1.535.332	1.397.881	1,10

Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Box 4 – A previdência social e a diversidade de benefícios

A diversidade de benefícios pagos pela previdência social expressa a dimensão e complexidade que essa política pública assume na realidade brasileira, tanto no âmbito urbano quanto rural. Ela reflete o resultado das conquistas dos trabalhadores na busca de proteção social e as transformações operadas no marco institucional brasileiro através do tempo, desde o início do século XX, até a promulgação da constituição de 1988.

Nesse sentido, os benefícios podem ser classificados em dois grandes grupos: os Benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Benefícios Assistenciais.

1) Benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Os benefícios relativos ao RGPS dependem de contribuição dos segurados (obrigatórios ou facultativos) e compreendem os benefícios previdenciários e acidentários. Seu valor (renda mensal) é calculado com base no salário de contribuição do segurado e reajustado de acordo com a legislação vigente. Os benefícios previdenciários incluem:

a) aposentadorias; b) pensões por morte; c) auxílios; d) salário-família; e) salário-maternidade. Os benefícios acidentários visam proteger o segurado no exercício de sua atividade profissional, incluído o deslocamento ao local de trabalho.

2) Benefícios assistenciais, regulados pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que garante um (01) salário mínimo mensal a idosos com 65 anos ou mais de idade e as pessoas portadoras de deficiência e, por esse motivo, incapacitadas para o trabalho e uma vida independente. Em ambos os casos o valor da renda familiar mensal *per capita* dos beneficiários deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Esses benefícios são concedidos independentemente de contribuições efetuadas pelo segurado.

O fato é que atualmente existem 89 tipos de benefícios pagos pela previdência social brasileira. Para os objetivos da presente dissertação foi dada ênfase aos que são de exclusiva incidência no âmbito rural, entre os quais destacamos as aposentadorias em geral (por tempo de serviço, velhice, invalidez), pensões (morte, vitalícia, anistiado, morte por acidente de trabalho) e amparos previdenciários (por incapacidade, invalidez e velhice) e sociais (para portadores de deficiência e para idosos).

Com o objetivo de analisar o impacto da política previdenciária no espaço rural do Rio Grande do Sul tornou-se necessário separar os benefícios exclusivamente pagos à clientela rural, o que exigiu uma série de operações a partir dos dados e informações disponibilizadas pelas Gerências Executivas do Instituto Nacional de Seguridade Social dessa unidade federativa.

5 O contexto empírico: as microrregiões, os estudos de caso e suas especificidades

Como reiteramos anteriormente, o estudo desenvolvido corresponde a uma pesquisa realizada em quatro microrregiões da geografia gaúcha (Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo. Compreendem conjuntamente territórios em que predominam as explorações familiares do ponto de vista do número de estabelecimentos rurais, muito embora divirjam entre si diante de inúmeros fatores, sejam eles físicos, sociais, econômicos, ecológicos e culturais. Essa diversidade coincide, outrossim, com os distintos graus de desenvolvimento a que os municípios existentes em seu interior conseguiram atingir através do tempo.

Para a realização da investigação tornou-se imperativo eleger municípios representativos da microrregião a que se refere. No espaço a continuação são evidenciados os traços que permitem compreender as diferenças entre as áreas de estudo.

Cumpre alertar para o fato de que se trata de uma descrição limitada e bastante esquemática na perspectiva da identificação das diferenças, servindo de base para que possamos desenvolver a análise propriamente dita das informações coletadas a campo e dos resultados a que pudemos chegar no marco dessa pesquisa.

É mister recordar que ao final dessa seção serão apresentados e discutidos os dados levantados a partir da realização da Pesquisa AFDLP, cujo marco metodológico aparece explicitado no Box 1.

5.1 As microrregiões e suas especificidades

5.1.1 Morro Redondo e microrregião de Pelotas

Morro Redondo é uma localidade situada na microrregião de Pelotas, fazendo parte do que é também conhecido como “Serra dos Tapes”. Trata-se de um município que até 1988 pertencia a Pelotas, estando marcado, sobretudo, pelos traços da imigração alemã e italiana iniciada na segunda metade do século XIX.

A agricultura representa o setor econômico mais importante e as poucas indústrias existentes em seu interior, acham-se vinculadas ao ramo da alimentação, especialmente o pêssego que, indiscutivelmente, é a principal atividade produtiva desta localidade que possui o segundo Produto Interno Bruto a preços de mercado (FEE, 2004) dentre os quatro estudos de caso que formam parte da presente investigação. Entretanto, quando analisamos o PIB *per capita*, Morro Redondo cai para o penúltimo posto, situação que se repete quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/PNUD) e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE/FEE)²⁸.

A leitura de paisagem que desenvolvemos no marco dessa pesquisa revelou um cenário onde a crise de perspectivas parece bastante evidenciada no discurso dos entrevistados. A fruticultura de clima temperado, com ênfase no pêssego, atravessa a queda nos preços pagos pelas indústrias, situação esta que se arrasta ao longo das três últimas décadas, agravada ainda mais pela elevação nos custos de produção dos pomares. A cultura do fumo, em regime de integração vertical, tem ampliado o número de produtores em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais.

O quadro geral é bastante preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que, no contexto mais amplo, enfrenta-se a um cenário de crise de expectativas e estagnação.

Dos 5.998 habitantes de Morro Redondo, 64,1% residem no perímetro rural. Conforme indica a Tab.9, a área média dos 745 estabelecimentos rurais identificados no censo agropecuário do IBGE é de 22,79 hectares. Nada menos que 55,7% deles possuem até 20 hectares, sendo que 713 são considerados como

²⁸ A Fundação de Economia e Estatística do RS elaborou um outro indicador de desenvolvimento, o IDESE, um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. Ele tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800). (FEE, 2007)

familiares, segundo os critérios do INCRA/SADE²⁹ (2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção agropecuária é de R\$ 5.952.000,00, sendo que 79,2% é gerado no âmbito da agricultura familiar.

Os aspectos gerais de Morro Redondo são representativos de outras localidades da Microrregião de Pelotas, a exemplo de Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas.

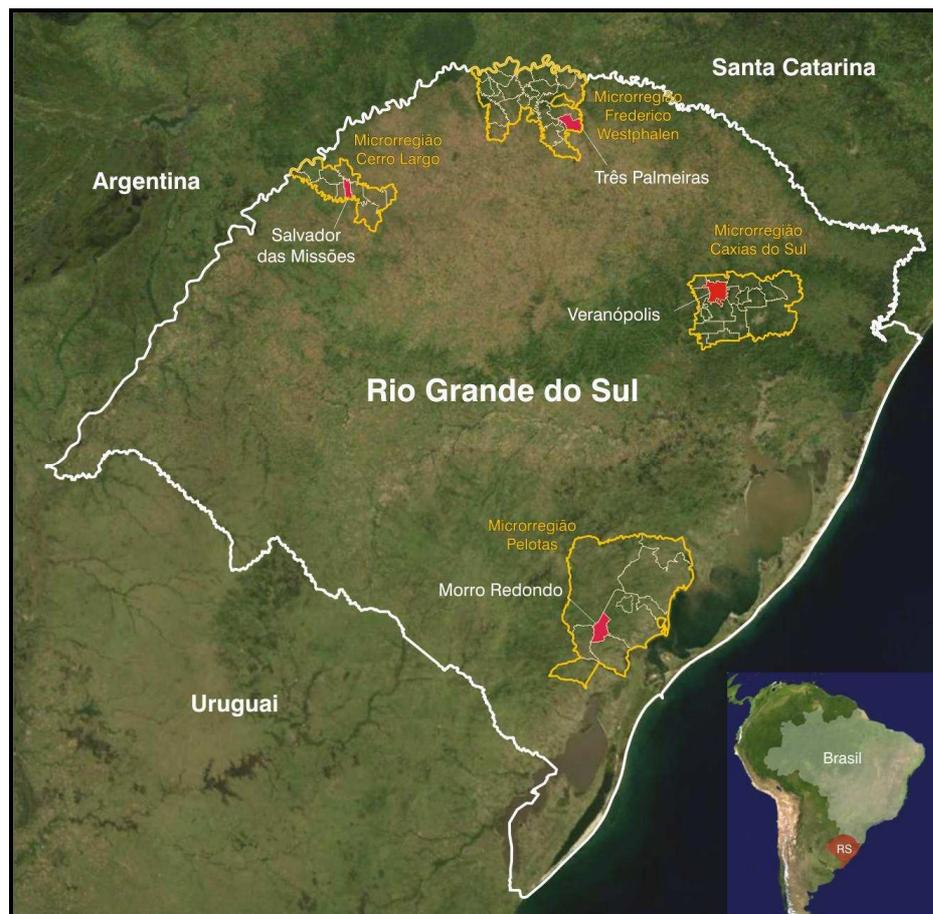


Figura 3: Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul com destaque para as microrregiões e municípios que constituíram os quatro estudos de caso.

Fonte: Elaboração da autora a partir das imagens da NASA, University of Maryland e IBGE (2006).

5.1.2 Veranópolis e a Microrregião de Caxias do Sul

Veranópolis, indiscutivelmente, destaca-se como o município com maior desenvolvimento humano entre os quatro estudados. Conhecido nacionalmente

²⁹ A expressão SADE refere-se ao Banco de dados da agricultura familiar, trata-se de um estudo publicado em 2000 a partir do projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, disponível em <http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>.

como a “capital da longevidade”, situa-se na serra gaúcha e possui uma economia bastante diversificada e dinâmica.

As atividades industriais, particularmente as do ramo de calçados, metalurgia e alimentos, favorecem a manutenção de um tecido produtivo bastante denso, responsável pela ocupação de um grande número de trabalhadores procedentes de outros municípios, muitos dos quais foram atraídos pela recente abertura de novos postos de trabalho.

Ainda assim, boa parte da mão-de-obra é formada pelos chamados “colonos-operários”³⁰, os quais alternam a jornada de trabalho nas fábricas com as atividades agropecuárias em seus próprios estabelecimentos. Na agricultura a produção animal (avícola, suinícola e pecuária leiteira) e a vitivinicultura sobressaem como atividades de grande expressão econômica e social.

São estas algumas das razões que explicam o fato do produto interno bruto (PIB) desta localidade ser 2,9 vezes o PIB dos três outros municípios somados para o ano 2004. Esta diferença faz-se igualmente notar à luz dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) e desenvolvimento socioeconômico (IDESE).

Dos 19.460 habitantes contabilizados no último censo demográfico, 17,7% vivem no perímetro rural. Há, não obstante, um outro aspecto que se impõe por sua relevância, fazendo com que esse dado tenha de ser visto com certa cautela.

Ele diz respeito ao fato de que as condições de infra-estrutura desta localidade fazem com que em muitas partes do município as diferenças entre o ambiente urbano e rural sejam quase que imperceptíveis. Há comunidades rurais, por exemplo, que contam com serviço de iluminação pública e estradas asfaltadas. Boa parte dessa população é empregada em fábricas de calçados e metalúrgicas.

Mas estar empregado em indústrias não implica ruptura em relação ao ambiente rural, posto que muitos destes trabalhadores seguem ali residindo. É por essa razão que Veranópolis é considerada como um exemplo típico do padrão “Terceira Itália” ou da chamada “industrialização difusa” descrita em estudos como os de Saraceno (1994 e 1994a).

De acordo com Cebso Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998), há 683 estabelecimentos rurais em Veranópolis, dos quais, 51,1% têm menos de 20 hectares. A área média, como mostra a Tab.9, é 23,19 hectares. Segundo os

³⁰ Sobre este tema ver especialmente Seyferth (1974); Sacco dos Anjos (1995 e 2003); Schneider (1999).

critérios do INCRA/SADE (2004), 659 estabelecimentos (96,5% do total) são classificados como unidades familiares de produção. O valor bruto da produção agropecuária, como mostra a Tab.9, ascende a R\$ 13.761.000,00, sendo que 90,4 % é gerado no âmbito da agricultura familiar.

5.1.3 Três Palmeiras e a microrregião de Frederico Westphalen

A microrregião de Frederico Westphalen é marcada pelos traços da colonização italiana e pela forte presença do elemento indígena. Apresenta alguns municípios em que há uma elevada proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo o município de Três Palmeiras, o qual, entre os quatro estudos de caso, é o que apresenta os piores indicadores socioeconômicos. O PIB *per capita* é 50% inferior ao de Veranópolis, em que pese ainda o fato de haver uma alta concentração de renda numa população em que 62,8% das pessoas vivem no campo.

Há um elemento que é recorrente em Três Palmeiras e em seu entorno, e diz respeito aos efeitos produzidos pelo chamado “império da soja”, que desde meados dos anos setenta ergue-se como atividade preponderante no âmbito do eixo norte-noroeste do estado. Ao longo do tempo outras atividades produtivas foram sendo abandonadas e até mesmo a esfera do autoconsumo, tão cara ao “*ethos do colono*”, foi severamente esvaziada (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2006, p. 77) no curso dessas transformações.

Como corolário da expansão da soja, há um aprofundamento do processo de mercantilização (CONTERATO, 2004) dos espaços rurais, no qual, face o objetivo do produtor de rentabilizar ao máximo os fatores de produção, nem mesmo as áreas de hortas e os espaços anteriormente dedicados às criações de subsistência foram preservados³¹.

Como indica a Tab.9, há 740 estabelecimentos rurais em Três Palmeiras, cuja área média é 19,66 hectares. Desse total, 724 (97,8%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 6.575.000,00 sendo que 72,4% procede da agricultura familiar.

³¹ Mesmo entre pequenos arrendatários e agricultores familiares consolidou-se a prática da compra de boa parte dos alimentos consumidos, até mesmo de verduras, leite e ovos. No trabalho de campo era bastante comum a presença de camionetas vendendo frutas e legumes junto às comunidades rurais.

5.1.4 Salvador das Missões e a microrregião de Cerro Largo

Inserido na região missioneira gaúcha, na fronteira com a República Argentina, Salvador das Missões é um município influenciado pelos traços da cultura guaraníca, cuja história recente é marcada pelo assentamento de imigrantes alemães ocorrido no começo do século XX.

Desde 1902, data de chegada dos primeiros moradores ao noroeste gaúcho, até a completa implantação das comunidades, foi sendo forjado um estilo de vida identificado com os mesmos traços da colonização germânica operada em outros rincões da geografia do Brasil meridional. A colônia, enquanto espaço de produção e reprodução social, e a "*stadtplatz*" (vila) como *locus* das atividades econômicas, sociais e sede administrativa (SEYFERTH, 1974).

A Microrregião de Cerro Largo, como de resto o noroeste riograndense, passou por diversas fases, sendo a primeira correspondente à instalação, abrangendo a derrubada de florestas nativas e abertura de áreas para cultivo. A suinocultura foi a base econômica no espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, mantendo-se como alternativa de renda para um reduzido número de propriedades na atual conjuntura. O período entre 1970 e 1985 evidencia uma etapa caracterizada pela "revolução verde", no qual verifica-se a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de cereais.

Este momento é marcado, entre outros aspectos, pela consolidação do "binômio trigo-soja", haja vista a vocação natural dos solos para implantação de lavouras mecanizadas. Nas atuais circunstâncias as atividades agropecuárias representam, indiscutivelmente, o fulcro da matriz econômica e produtiva desta localidade, com ênfase nas culturas de soja, trigo, milho e sorgo, ao lado da produção leiteira, que vem recebendo incentivos e fomento por parte do poder público municipal.

O fato a ser destacado é que desde o chamado "*boom* da soja" houve transformações profundas na fisionomia da região, sendo Salvador das Missões mais um exemplo emblemático dos efeitos da especialização produtiva no que afeta à expulsão reiterada da força de trabalho das explorações familiares. Na atual conjuntura os fluxos migratórios para outras regiões do Estado e do país arrefeceram em decorrência do reconhecimento, por parte dos agricultores, de que os destinos tradicionais para os expulsos do campo, mormente grandes cidades e

capitais, reduziram enormemente sua capacidade de absorvê-los enquanto força de trabalho industrial.

Trata-se de um município jovem, emancipado há pouco mais de quinze anos, desmembrado de Cerro Largo, possuindo 2.665 habitantes, dos quais 68% são considerados como rurais. Esta localidade conta com um dos mais altos índices de alfabetização do Estado do Rio Grande do Sul. Este dado e outros indicadores socioeconômicos fazem com que Salvador das Missões possua os mais altos indicadores de desenvolvimento (IDH e IDESE) da microrregião em que se encontra inserido. Situa-se no segundo posto dentre os quatro municípios investigados em relação a estes quesitos, muito próximo à situação de Veranópolis.

Os dados do PIB total situam Salvador das Missões no terceiro posto, entretanto, quando examinamos a situação do ponto de vista do PIB *per capita* o município ascende para o segundo posto. Há uma melhor distribuição da riqueza, assim como a quase total inexistência de pessoas em situação de pobreza ou de indigência.

O Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998) registrou a existência de 608 estabelecimentos rurais que possuem uma área média de 14,11 hectares (a mais baixa dentre os quatro municípios estudados). Desse total, 597 (98,2%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 5.690.000,00, sendo 95% proveniente da agricultura familiar.

Tabela 9. Produto Interno Bruto, PIB *per capita*, IDH, IDESE e outros indicadores referentes aos estudos de caso da Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Indicadores	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
PIB Municipal - 2004 (em mil reais)	64.331,25	447.071,85	42.892,18	46.505,57
PIB per capita (R\$)	10.792,02	21.520,74	9.726,12	17.811,40
IDH Municipal - 2000	0,770	0,850	0,767	0,813
IDESE Municipal - 2004	0,626	0,793	0,615	0,788
Valor bruto da agropecuária (em mil reais)	5.952,40	13.761,40	6.575,0	5.690,00
População Total	5.998	19.460	4.620	2.665
População Rural	3.847	3.449	2.900	1.815
Nº total de estabelecimentos (IBGE)	745	683	740	608
Área média dos estabelecimentos	22,79	23,19	19,66	14,11
Nº de explorações familiares	713	659	724	597
Nº explorações pesquisadas	62	59	59	58

Fonte: INCRA/SADE (2004), Estatísticas (FEE), Censo Demográfico 2000.

5.2 A importância da previdência social rural nas áreas de estudo

Estabelecidas as bases teórico-metodológicas da investigação e discutidos os traços gerais dos estudos de caso que compuseram esta pesquisa, a tarefa agora é a de apresentar uma primeira aproximação sobre o objeto central dessa dissertação.

Os dados da Tab.10 mostram que o montante de recursos previdenciários (urbanos e rurais) varia bastante entre as quatro situações aqui analisadas. O destaque, indiscutivelmente, fica a cargo de Veranópolis. A população desta localidade é 7,3 vezes superior a de Salvador das Missões que, como vimos na Tab.9, é o município com o menor número de habitantes. Entretanto, como mostra a Tab.10, o montante dos recursos previdenciários de Veranópolis é 18,9 vezes superior ao do município de Salvador das Missões. A explicação para este dado há que ser buscada na elevada esperança de vida das pessoas que nascem neste lugar da serra gaúcha, que, como aludimos anteriormente, é a capital nacional da longevidade, o que explica o elevado número de aposentadorias, pensões e amparos pagos pelo INSS.

Apesar do PIB municipal ser igualmente alto em função do padrão de desenvolvimento atingido, não há como negar a grande influência que trazem consigo os recursos previdenciários, considerando uma participação nada desprezível (7,6%) na riqueza local.

A fragilidade da economia de Três Palmeiras, recentemente afetada pela crise cambial da soja e por uma forte dependência no desempenho dessa atividade econômica que sofreu o impacto de ciclos recentes de seca, faz com que esta localidade figure no primeiro posto do ponto de vista da participação dos recursos previdenciários no PIB municipal de 2004, correspondente a 9,3%.

Esse mesmo indicador equivale a 6,5% em Morro Redondo e 3,9% em Salvador das Missões.

Ao analisar os dados na perspectiva da “clientela rural” a situação não se altera do ponto de vista da distância que separa Veranópolis dos demais estudos de caso. No ano de referência da pesquisa (2004) foram pagos 20.004 benefícios rurais (aposentadorias, pensões, amparos, auxílios, abonos e outros) nessa localidade. Significa dizer que cada um dos 677 estabelecimentos rurais contou, em média com 29,5 benefícios pagos em 2004. Com isso, a cada mês foram distribuídos 2,5 benefícios por estabelecimento. Considerando apenas os benefícios de prestação

continuada há um ingresso monetário mensal médio de R\$ 641,99 resultantes do pagamento de 2,3 benefícios por estabelecimento/mês.

Significa dizer que há aproximadamente duas pessoas aposentadas ou pensionistas do INSS para cada um dos 677 estabelecimentos rurais desta localidade serrana.

Depois de Veranópolis é em Três Palmeiras onde encontramos a maior contribuição relativa da previdência social rural dentre os quatro estudos de caso na economia local. Nota-se que o total de benefícios rurais por estabelecimento/ano pode ser considerado alto (16,7), assim como o número médio por estabelecimento/mês (1,4). Em média, nada menos que R\$ 349,38 ingressam mensalmente nos 740 estabelecimentos, a título de benefícios de prestação continuada, numa localidade, que como vimos anteriormente, reúne os piores indicadores de desenvolvimento entre os quatro estudos de caso.

Para o município de Morro Redondo, verificamos uma importância igualmente significativa dos recursos da previdência. Nada menos que 98,5% dos benefícios pagos pelo INSS e destinados à clientela rural são de natureza continuada. Há 0,9 benefício para cada um dos 741 estabelecimentos rurais dessa localidade. Com isso ingressaram mensalmente R\$ 250,95, em média, em cada um dos estabelecimentos rurais, no ano 2004.

Em Salvador das Missões houve o pagamento de 5.564 benefícios rurais em 2004, dos quais 5.315 (95,5% do total) são de natureza continuada. O pagamento de 0,7 benefícios dessa natureza para cada um dos estabelecimentos rurais, gerando um ingresso mensal médio de R\$ 200,44 para as respectivas famílias.

Diante desse quadro vemos confirmada a assertiva de que a previdência social rural corresponde a mais importante ferramenta de redistribuição da riqueza surgida desde o Estado Novo de Vargas. Ela incide tanto no âmbito dos municípios com elevado grau de desenvolvimento quanto nas localidades marcadas pela pobreza e desigualdade, reduzindo, ainda que timidamente, a distância que separa maiores e menores rendas.

O último dado que merece ser destacado prende-se ao confronto entre o montante de recursos previdenciários e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como é sabido, trata-se de uma das principais receitas com que contam as pequenas municipalidades brasileiras para fazer frente às despesas de custeio e investimento.

Como mostra a Tab.10, em nenhum dos quatro municípios o FPM supera o montante dos recursos previdenciários. Em Veranópolis o montante previdenciário supera quase dez vezes o FPM. Mas se tomamos em conta apenas o total dos benefícios “rurais” vemos que este valor é 1,6 vezes maior que o FPM.

Em Morro Redondo essa comparação também não pode ser vista como desprovida de significado, posto que o montante dos recursos previdenciários é 2,4 vezes maior que o FPM. Isoladamente a previdência social rural supera em 32% esta mesma fonte orçamentária. A importância da previdência social rural na economia da localidade mais deprimida economicamente entre as quatro que foram investigadas (Três Palmeiras) é igualmente marcante. O montante dos recursos previdenciários é 2,3 vezes maior que o FPM desse município, ao passo que a parte exclusivamente rural é quase duas vezes superior ao FPM.

Os dados aqui apresentados não fazem mais que confirmar o que alguns estudos realizados no país já haviam sublinhado.³²

Tabela 10. Alguns indicadores referentes aos municípios investigados.

Indicadores	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
PIB Municipal, 2004 (R\$)	64.331.251	447.071.846	42.892.180	46.505.571
Montante de recursos previdenciários (R\$)	4.153.271,81	34.068.639,47	3.972.788,33	1.803.449,70
Percentual do montante de recursos previdenciários/PIB Municipal	6,5	7,6	9,3	3,9
Fundo de Participação dos Municípios (R\$)	1.711.338,86	3.422.677,17	1.711.338,86	1.711.338,86
Montante de rec. previdenciários rurais (R\$)	2.259.990,47	5.492.535,75	3.367.066,72	1.518.989,32
Nº total de benefícios rurais	8.278	20.004	12.344	5.564
Nº benefícios rurais/estabelecimento/ano	11,2	29,5	16,7	9,2
Nº benefícios rurais estabelecimento/mês	0,9	2,5	1,4	0,8
Nº de benefícios de prestação continuada/ano	8.151	18.963	11.306	5.315
Nº benefícios de prestação continuada/estabelecimento/mês	0,9	2,3	1,3	0,7
Média dos benefícios de prestação continuada/estabelecimento (R\$/ano)	3.011,38	7.703,93	4.192,61	2.405,24
Média dos benefícios de prestação continuada/estabelecimento (R\$/mês)	250,95	641,99	349,38	200,44
Nº Estabelecimentos rurais (familiares ou não)*	741	677	740	606

(*) Para efeitos de análise foram incluídos todos os estabelecimentos rurais, familiares ou patronais.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007; STN; IBGE; INSS (Gerências Regionais de Pelotas, Passo Fundo e Ijuí).

³² Ver a propósito FRANÇA (2000).

5.3 A evolução recente da previdência social nas áreas de estudo

Na seção 4.4 dessa dissertação analisamos a evolução da previdência social do ponto de vista da clientela urbana e rural, tanto na perspectiva do número quanto do valor dos benefícios. Na ocasião reiteramos que o total de benefícios de prestação continuada pagos ao conjunto da população gaúcha (urbana e rural) cresceu a uma taxa anual equivalente a 0,29% no período compreendido entre 2001 e 2006. Entretanto, no âmbito rural a taxa de crescimento anual é ainda inferior, correspondente a escassos 0,20%.

Para esse mesmo período de tempo demonstrou-se que houve um pequeno crescimento na participação da “clientela rural” no conjunto de benefícios de prestação continuada da previdência social rural no Rio Grande do Sul, considerando que estes absorviam 18,7% do montante, em 2001, passando para 20,4% em 2006.

A questão agora é examinar essa mesma evolução do ponto de vista das microrregiões que integram os estudos de caso dessa pesquisa. Essa abordagem permite identificar algumas diferenças significativas com relação ao peso da “clientela rural” em cada uma delas, como resultado da importância da agricultura na formação da riqueza local e microrregional.

Analisar-se-á tanto a evolução no número de benefícios de prestação continuada quanto do volume de recursos disponibilizados para a população urbana e rural.

5.3.1 A microrregião de Pelotas

Os dados da Pesquisa de Campo (2007) indicam que no período enfocado (2001-2006) houve uma expansão correspondente a 12,9% no número total de benefícios de prestação continuada (urbanos e rurais) pagos pelo INSS, chegando em 2006, com um total de 1.139.415 entre aposentadorias, pensões e amparos que ingressaram na microrregião de Pelotas. Mas a participação da clientela rural nesse incremento foi de apenas 5,4% no período enfocado. De fato, como mostra a Fig.4, houve inclusive uma queda na participação percentual dos benefícios rurais com relação ao número total de benefícios pagos pela previdência social, passando de 32,0% em 2001, para 29,8% em 2006.

A avaliação do ponto de vista do volume de recursos disponibilizados (Fig.5) mostra um crescimento de quase 94% no volume total de recursos da previdência

social, sendo que o incremento do montante destinado ao rural equivale a 100%. Esse crescimento é resultante, fundamentalmente, da elevação do piso dos benefícios pagos pelo INSS e não, como algumas avaliações apressadas supõem, do crescimento no número de beneficiários.

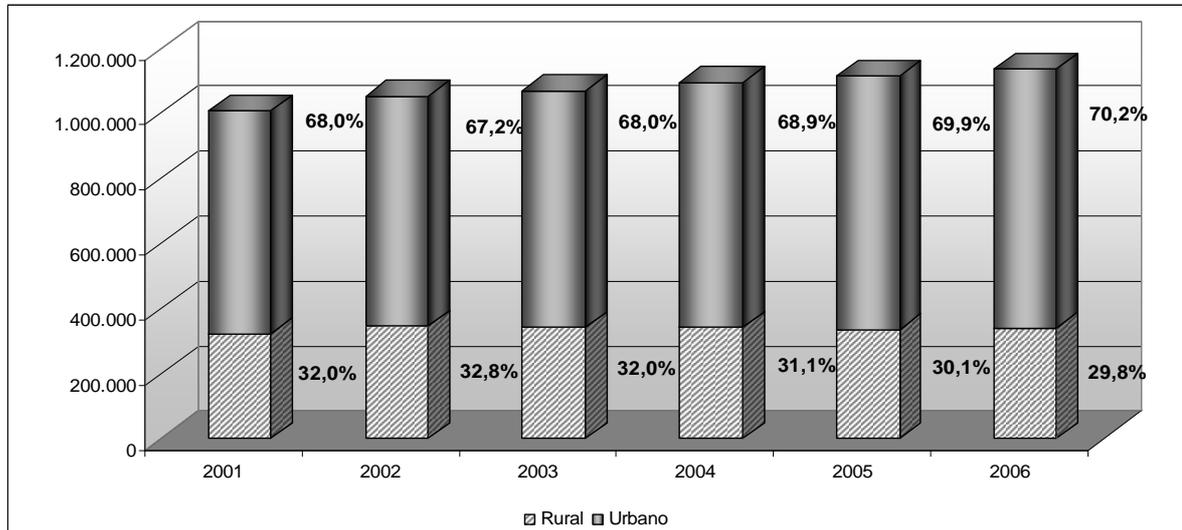


Figura 4. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Pelotas, período 2001-2006.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

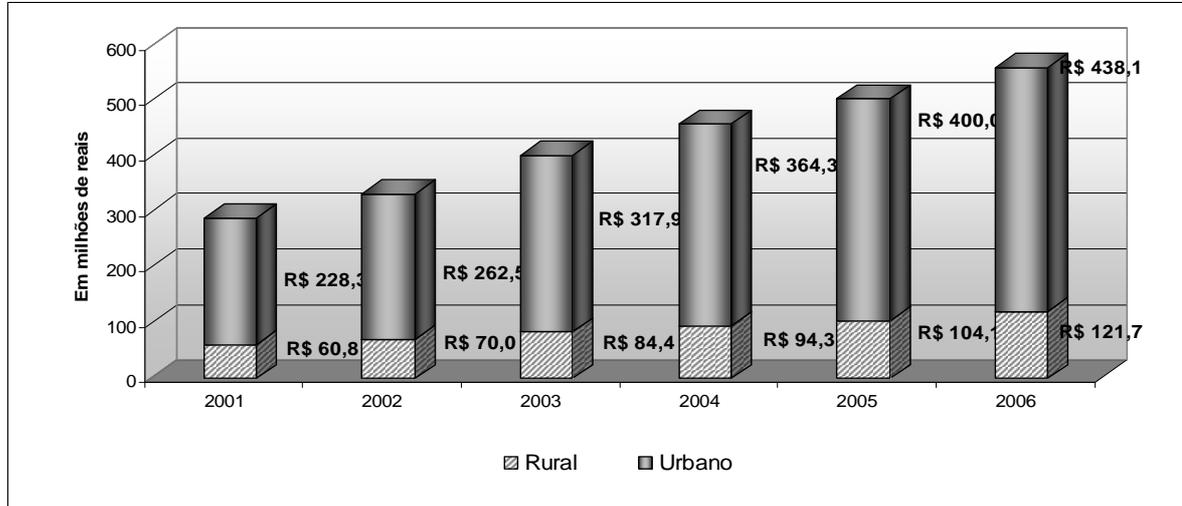


Figura 5. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Pelotas, período 2001-2006. (em milhões de reais)
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

A participação percentual da clientela rural no montante de recursos previdenciários é estável, passando de 21,0% em 2001 para 21,7% em 2006. Esse cenário é influenciado pelo padrão demográfico da microrregião de Pelotas com um forte peso da população urbana em relação à rural, puxado, sobretudo, pela situação do município de Pelotas em relação às demais localidades.

5.3.2 A microrregião de Caxias do Sul

A microrregião de Caxias do Sul expressa também um padrão demográfico marcado pelo rápido incremento da população urbana, fruto das migrações intra e inter-regionais dos últimos anos, tendo Caxias do Sul como cidade pólo e destino primordial dos fluxos migratórios.

A expansão no número de benefícios totais (urbanos e rurais) foi da ordem de 22,9% entre 2001 e 2006. Todavia, o incremento no número de benefícios estritamente rurais foi um pouco superior, equivalente a aproximadamente 24,0%. Mas através dos dados da Fig.6 vemos que a participação percentual dos benefícios rurais é praticamente a mesma durante o intervalo de tempo considerado, chegando em 2006 com 20,6% do total de benefícios de prestação continuada pagos pelo INSS.

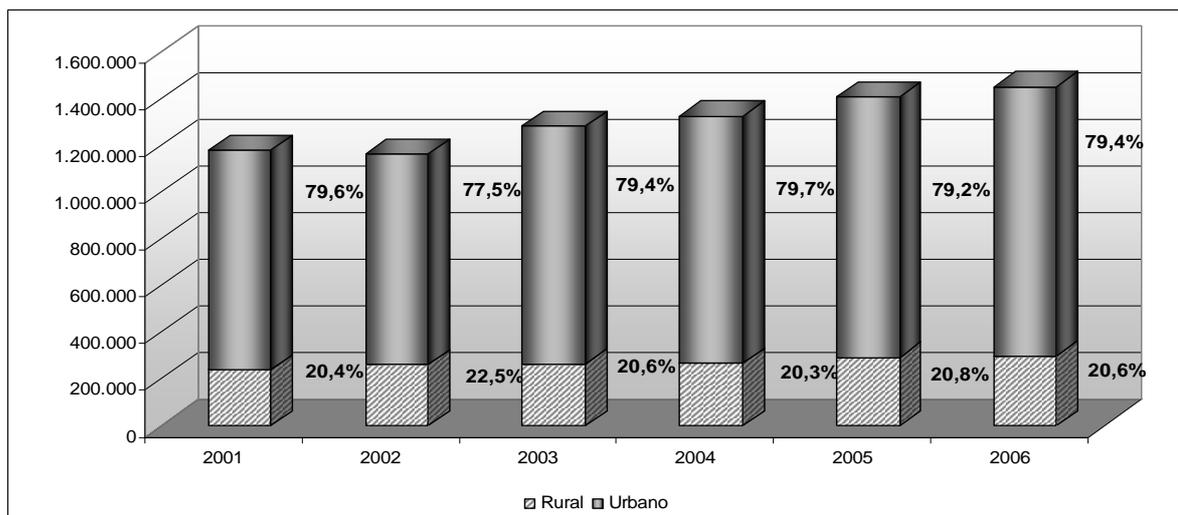


Figura 6. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Caxias do Sul, período 2001-2006.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

Quando examinamos a evolução do montante de recursos da seguridade social, vemos que houve uma elevação substancial no período (98,9%), com destaque para um incremento importante na participação da clientela rural, correspondente a quase 130% (Fig.7).

Os recursos pagos à população rural passaram de uma participação percentual correspondente a 9,2% para 10,6% no intervalo de tempo considerado. Além da questão da correção no valor das aposentadorias, a expansão nesse montante pode haver sido influenciada pela crescente ampliação na população idosa numa região, que como vimos, tem a mais elevada esperança de vida ao nascer de

todo o país, contribuindo, em última instância, para um crescimento no universo de beneficiários da previdência social.

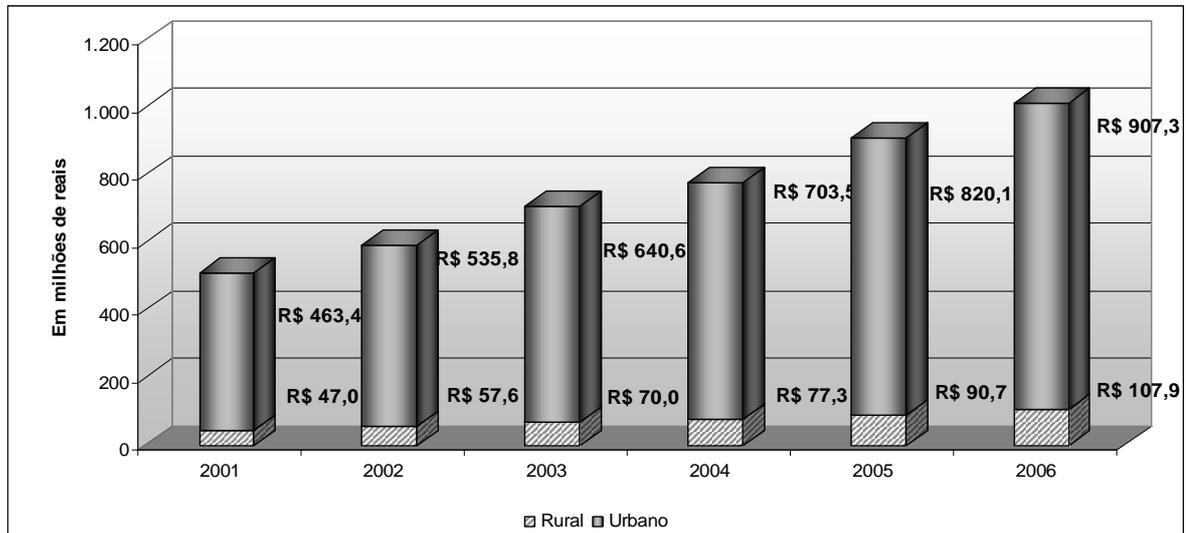


Figura 7. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Caxias do Sul, período 2001-2006. (em milhões de reais)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

5.3.3 A microrregião de Frederico Westphalen

A primeira impressão que se tem ao observar os dados da Fig.8 é a preponderância indiscutível da clientela rural em relação à urbana. Nessa parte da geografia gaúcha, também conhecida como “Alto Uruguai”, não se tem uma cidade de porte equivalente, em termos demográficos, ao constatado nas microrregiões de Pelotas e Caxias do Sul, como vimos anteriormente. Trata-se de um território marcado pela existência de 26 pequenos municípios cuja atividade econômica principal é a produção agropecuária.

Entre 2001 e 2006 (Fig.8) tem-se um aumento no número total de benefícios de 37,3%, sendo que o incremento da clientela rural é bastante inferior (24,9%). Esse comportamento é importante e pode estar relacionado ao êxodo rural verificado³³ numa região fortemente afetada pelas últimas crises na atividade agropecuária (seca, crise cambial, etc.). A participação percentual deste coletivo passa de 80,7% para 74,4%.

³³ Esse dado merece ser investigado com atenção redobrada, havendo alguns indícios das transformações que incidem sobre essa parte do território gaúcho. Segundo a Contagem da População 2007 do IBGE, apenas quatro dos 26 municípios da microrregião destacada (Ametista do Sul, Cristal do Sul, Frederico Westphalen e Pinheirinho do Vale) experimentaram crescimento populacional. Os 22 municípios restantes tiveram decréscimo no número de habitantes, com destaque para Engenho Velho (-25,8%), Constantina (-15,6%), Alpestre (-12,6%), Rio dos Índios (-10,6%), Erval Seco (-10,5%) e Três Palmeiras (-5,0%).

Com relação ao montante de recursos disponibilizados pela seguridade social, constata-se um aumento equivalente a 152,8% no período, sendo que o montante correspondente aos aposentados e pensionistas rurais alcançou 119,2%. A participação da clientela rural nas aposentadorias, pensões e amparos pagos durante esse espaço de tempo, como mostra a Fig.9 passou de 69,9% para 60,6%.

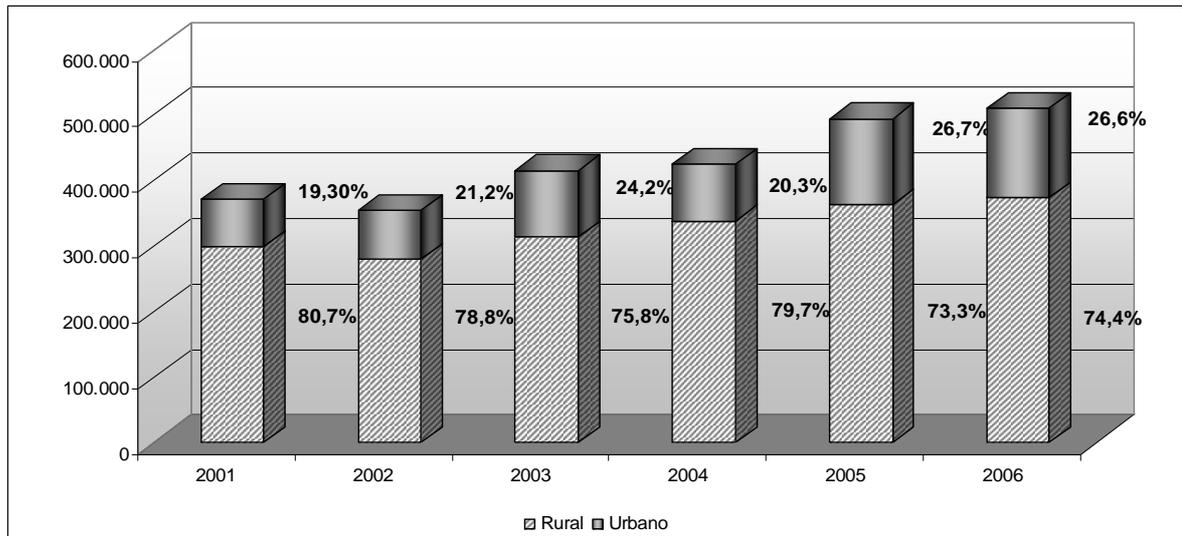


Figura 8. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Frederico Westphalen, período 2001-2006.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

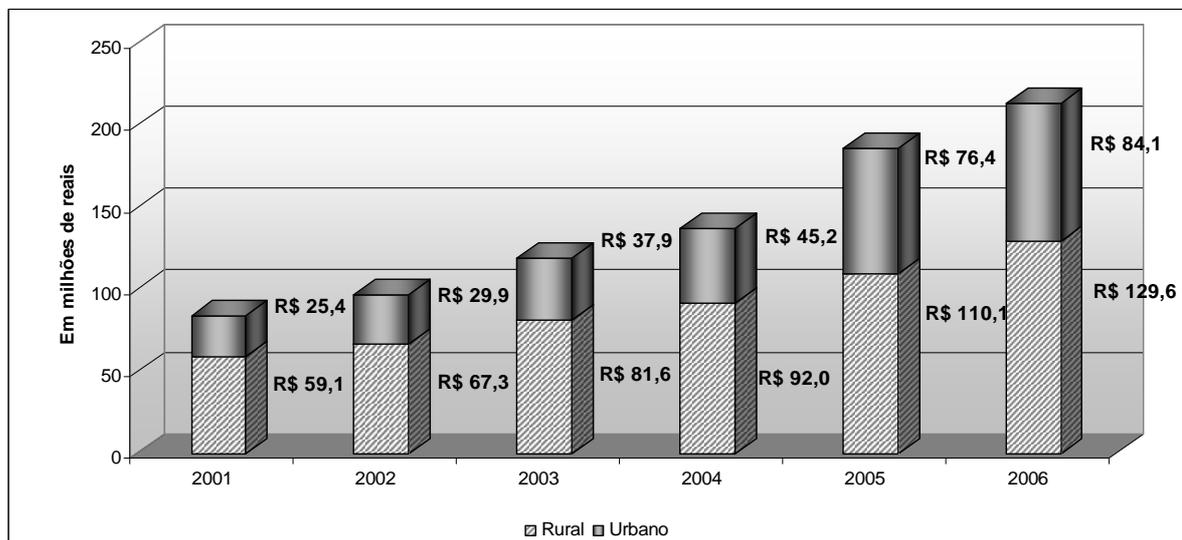


Figura 9. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Frederico Westphalen, período 2001-2006. (em milhões de reais)
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

5.3.4 A microrregião de Cerro Largo

De longe a microrregião de Cerro Largo é a que exprime o mais baixo grau de urbanização e concentração demográfica dentre as quatro áreas estudadas. Como

indica a Fig.10, o número total de benefícios de prestação continuada se viu aumentado em 36,9%, considerando que a elevação da parcela estritamente rural atingiu 30,7%. Entre 2001 e 2006 o percentual de benefícios destinados a esta clientela passou de 85,0% para 80,8% pelas razões anteriormente expostas.

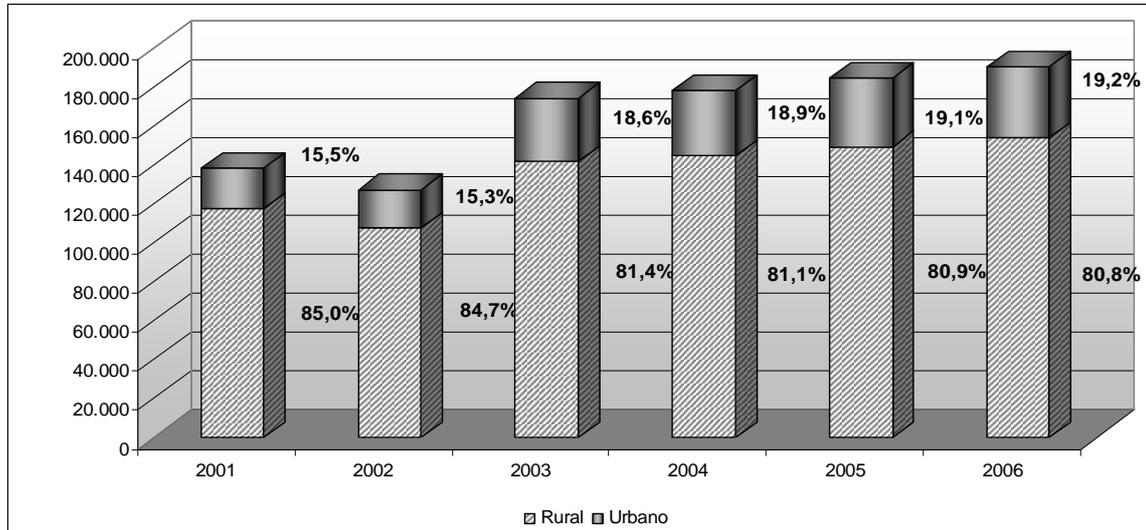


Figura 10. Evolução da quantidade de benefícios previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Cerro Largo, período 2001-2006.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

A análise que se pode fazer à luz dos dados da Fig.11 indica um notável aumento no volume de recursos aplicados pela seguridade social na microrregião de Cerro Largo. O montante global dos recursos previdenciários e a porção correspondente à clientela exclusivamente rural viram-se aumentados em 168,5% e 148,5%, respectivamente. Outrossim, o percentual de participação da clientela rural reduziu-se, passando de 77,1% para 71,3%.

A fragilidade do tecido social e produtivo é clara nessa região, assim como a forte dependência da economia no desempenho da produção agropecuária. As últimas secas, o aprofundamento da modernização tecnológica, com todas suas implicações (diminuição da mão-de-obra ocupada, aumento da competitividade, etc.) contribuem, conjuntamente, para fortalecer uma dinâmica perversa de expulsão da população regional. Os últimos dados da Contagem da População 2007 do IBGE evidenciam um padrão demográfico similar ao verificado na microrregião de Frederico Westphalen, em que pese o fato de que os dez municípios que a integram apresentarem redução no número de habitantes. O destaque fica a cargo de Caibaté

(-29,9%), Campinas das Missões (-9,6%), Sete de Setembro (-9,6%) e Guarani das Missões (-7,3%).

Algumas ilações poderiam ser formuladas no sentido de mostrar que esse quadro seria ainda mais dramático caso não houvesse essa importante política pública, cujo principal impacto tem sido no sentido de arrefecer a expulsão da população rural e urbana.

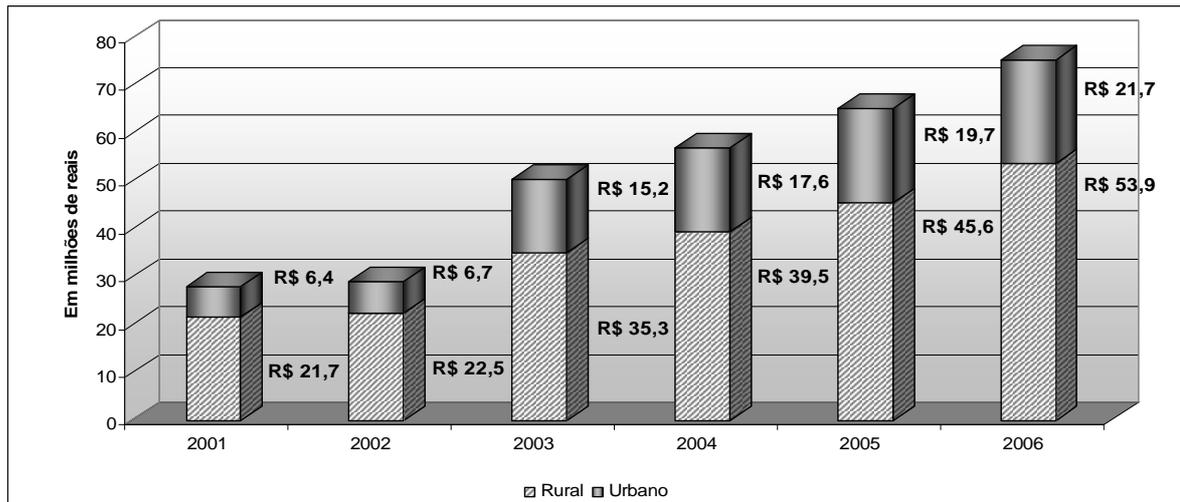


Figura 11. Evolução dos recursos previdenciários rurais de prestação continuada, na microrregião de Cerro Largo, período 2001-2006. (em milhões de reais)
Fonte: Pesquisa de Campo, 2007.

5.4 A importância crescente das transferências governamentais

A chamada “constituição cidadã” consagrou uma série de direitos sociais, não apenas a aludida equiparação no valor dos benefícios entre urbanos e rurais e a extensão das aposentadorias às mulheres do campo, mas outras importantes políticas públicas e mecanismos de transferência direta de renda aos mais setores historicamente excluídos do acesso às estruturas de ascensão social.

Além dos aspectos aqui discutidos, existem outras fontes de informação que nos permitem aquilatar a importância da atuação estatal, como é o caso dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano concebido no marco do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), responsável, entre outras coisas, pela criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) reiteradamente referido nessa dissertação na contextualização das microrregiões.

Essa importante referência na matéria apresenta o confronto entre as informações relativas aos dois últimos censos demográficos (1991 e 2000), revelando a evolução da participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais na renda total dos distintos municípios brasileiros.

Entre estas transferências acham-se incluídas aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro desemprego, etc³⁴.

O que a seguir apresentamos é uma abordagem sintética sobre a crescente importância das transferências estatais, destacando que esse fenômeno experimenta uma incidência variável entre as microrregiões enfocadas, segundo os respectivos graus de desenvolvimento e dinamismo econômico.

5.4.1 A microrregião de Pelotas

A Tab.11 apresenta a situação dos municípios da microrregião de Pelotas, cujos dados não deixam dúvidas em relação ao peso das transferências governamentais na composição da renda local. Arroio do Padre não dispõe de dados devido ao fato de que se trata de um município recentemente emancipado de Pelotas. O município de Cerrito viu essa participação saltar de 15,21% para 26,65% no período analisado (1991-2000), tratando-se de uma localidade bastante deprimida economicamente, assim como Pedro Osório. Mas mesmo em localidade de maior dinamismo econômico, como Pelotas, esse incremento não pode ser considerado como desprezível (15,26% para 21,13%), antes pelo contrário.

Tabela 11. Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal das localidades integrantes da microrregião de Pelotas, 1991 e 2000.

	1991	2000
Arroio do Padre	-	-
Canguçu	11,13	23,67
Capão do Leão	12,12	18,02
Cerrito	15,21	26,65
Cristal	8,33	20,15
<i>Morro Redondo</i>	12,22	21,97
Pedro Osório	16,05	26,08
Pelotas	15,26	21,13
São Lourenço do Sul	10,48	20,40
Turuçu	6,64	16,56
Média da Microrregião	11,94	21,63

Nota: (-) sem informação; município criado em 1996.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

No município que serviu como estudo de caso representativo dessa microrregião (Morro Redondo) a parcela correspondente às transferências governamentais passou de 12,22% para 21,97%.

³⁴ Ver a propósito http://www.pnud.org.br/dl/Lista-indicadores_do_atlas.htm.

5.4.2 A microrregião de Caxias do Sul

Os dados da Tab.12 só fazem confirmar a destacada situação em que se encontra a microrregião aqui referida como “Terceira Itália brasileira”. A participação das transferências governamentais é a mais baixa entre as microrregiões investigadas. O destaque fica a cargo de Nova Pádua cujo percentual dessas transferências passou de 5,76% para escassos 9,60% entre 1991 e 2000.

A diversificação da matriz produtiva, o elevado nível das rendas (agrícolas e não-agrícolas) e o dinamismo econômico de uma população predominantemente de ascendência italiana, onde são evidentes os bons indicadores socioeconômicos (educação, longevidade, etc.) em comparação com outras regiões do estado e do país, figuram em destaque no sentido de desvendar um cenário promissor, cuja paisagem destaca a vitivinicultura como atividade proeminente.

Tabela 12. Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal dos localidades integrantes da microrregião de Caxias do Sul, 1991 e 2000.

	1991	2000
Antônio Prado	8,97	15,05
Bento Gonçalves	9,10	16,04
Carlos Barbosa	6,40	15,27
Caxias do Sul	8,67	15,14
Cotiporã	8,52	15,44
Fagundes Varela	7,24	15,12
Farroupilha	6,46	11,99
Flores da Cunha	7,12	10,84
Garibaldi	10,54	16,13
Monte Belo do Sul	9,74	12,19
Nova Pádua	5,76	9,60
Nova Roma do Sul	7,70	13,95
Santa Tereza	8,82	18,25
São Marcos	7,59	14,03
<i>Veranópolis</i>	<i>10,10</i>	<i>17,90</i>
Vila Flores	6,19	14,08
Média da Microrregião	8,06	14,44

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

Nessa área de estudo, o município escolhido como representativo (Veranópolis) mostra um crescimento na participação das transferências governamentais que evoluiu de 10,10%, em 1991, para 17,90% em 2000. Claro está que esse incremento não se deu em virtude de políticas compensatórias (bolsa-escola, por exemplo), mas por força do impacto da alta esperança de vida da capital da longevidade brasileira cujo desdobramento direto recai no elevado número de aposentadorias e pensões, tal como vimos anteriormente.

5.4.3 A microrregião de Frederico Westphalen

Não é necessário muito esforço para demonstrar que uma região marcada pela estreita dependência no desempenho das *commodities* agrícolas (soja e trigo) é altamente tributária das transferências governamentais como sustentáculo das rendas municipais. Os dados da Tab.13 indicam que todas as localidades integrantes dessa microrregião conheceram um notável incremento na participação das transferências do Estado. O destaque fica por conta de Erval Seco, que passou de escassos 9,90% para 23,29% entre 1991 e 2000.

Tabela 13. Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal dos localidades integrantes da microrregião de Frederico Westphalen, 1991 e 2000.

	1991	2000
Alpestre	7,42	19,64
Ametista do Sul	6,58	13,77
Caiçara	7,35	16,05
Constantina	6,49	17,96
Cristal do Sul	8,48	22,80
Dois Irmãos das Missões	7,39	19,68
Engenho Velho	9,81	17,72
Erval Seco	9,90	23,29
Frederico Westphalen	9,28	17,51
Gramado dos Loureiros	9,83	16,42
Iraí	11,63	20,89
Liberato Salzano	8,48	17,23
Nonoai	9,38	21,69
Novo Tiradentes	8,08	21,53
Novo Xingu	-	-
Palmitinho	9,63	17,40
Pinheirinho do Vale	8,87	19,26
Planalto	9,45	18,47
Rio dos Índios	9,42	19,97
Rodeio Bonito	8,50	19,10
Rondinha	6,36	15,15
Seberi	11,46	22,31
Taquaruçu do Sul	6,63	20,09
<i>Três Palmeiras</i>	<i>7,03</i>	<i>20,44</i>
Trindade do Sul	10,44	22,02
Vicente Dutra	10,10	20,11
Vista Alegre	4,56	18,12
Média da microrregião	8,56	19,18

Nota: (-) sem informação; município criado em 1996.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

Em Três Palmeiras tem-se um incremento similar, passando de 7,03% para 20,44% no período.

5.4.4 A microrregião de Cerro Largo

Comportamento similar ao da microrregião de Frederico Westphalen é constatado na microrregião de Cerro Largo. Há, conseqüentemente, um forte protagonismo das transferências governamentais na formação da renda local (Tab.14). Em Sete de Setembro esse dado cresceu de 7,81% em 1991, para 25,28% no ano 2000.

O município que se elegeu como representativo dessa microrregião no marco da Pesquisa AFDLP vivenciou um crescimento dessas transferências da ordem de 7,69% para 18,15% no mesmo período.

O fato é que no espaço de tempo analisado (1991 e 2000) a participação média destas transferências governamentais passou de 8,79% para aproximadamente 22,2%.

Tabela 14. Participação percentual das transferências governamentais na renda total municipal dos localidades integrantes da microrregião de Cerro Largo, 1991 e 2000.

	1991	2000
Caibaté	9,97	24,73
Campina das Missões	8,31	23,35
Cerro Largo	10,81	23,28
Guarani das Missões	8,85	22,98
Porto Xavier	10,37	21,98
Roque Gonzales	9,44	23,36
Salvador das Missões	7,69	18,15
São Paulo das Missões	7,77	21,72
São Pedro do Butiá	6,93	17,10
Sete de Setembro	7,81	25,28
Média da microrregião	8,80	22,19

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

5.5 A importância da previdência social rural sob a ótica dos estabelecimentos familiares: “A Pesquisa AFDLP”

Nas subseções precedentes o esforço recaiu na perspectiva de colocar em evidência os dados coletados a partir do que informam as fontes secundárias a que se teve acesso e das informações coletadas junto às gerências executivas do INSS. Nessa etapa do trabalho de campo realizou-se o registro de centenas de informações relativas à natureza dos benefícios pagos pela seguridade social, segundo o tipo (aposentadorias, pensões, amparos, auxílios, etc.) e clientela (urbano ou rural) para a qual respectivamente eles se destinavam durante o período compreendido entre os anos 2001 e 2006.

Nos próximos parágrafos buscar-se-á retomar os questionamentos formulados no problema de investigação, tomando por base as fontes primárias da Pesquisa AFDLP, cujos dados e informações foram armazenados em banco de dados (SPSS).

Trata-se de uma pesquisa interinstitucional desenvolvida sob a coordenação do Professor Flávio Sacco dos Anjos da UFPel, levada a cabo sob apoio financeiro do CNPq e Fapergs, tendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul como instituição parceira. Sob a égide desta importante pesquisa foram desenvolvidos uma série de trabalhos, incluindo monografias de conclusão de curso (CALDAS, 2004; KOPPE, 2004), dissertações de mestrado (CONTERATO, 2004; GAZOLLA, 2004; COSTA, 2005; NIEDERLE, 2007; GRISA, 2007) e teses de doutoramento (BEZERRA, 2006; CORTEZ, 2006) defendidas juntos aos Programas de Pós-graduação em Agronomia (UFPel) e de Desenvolvimento Rural (UFRGS).

A presente investigação está inserida, portanto, no conjunto de produtos acadêmicos gerados a partir da realização da Pesquisa AFDLP, muito embora seu escopo temático tenha sido posteriormente ampliado a partir da iniciativa de explorar outras fontes de dados e informações, incluindo, nesse plano, a realização de pesquisa qualitativa nas quatro áreas de estudo.

Essa etapa do trabalho tornou-se possível graças à aprovação de um novo projeto de pesquisa, coordenado pelo mesmo professor, intitulado “Envelhecendo na Pobreza? Estudo sobre o impacto da previdência social rural em quatro regiões da geografia gaúcha” dentro do Edital Universal (2006).

Antes de abordar objetivamente os dados da Pesquisa AFDLP e discutir os resultados a que pudemos chegar com a realização desse estudo, é mister conhecer o marco metodológico, cujos termos são apontados no Box 1.

O questionário estruturado (ver anexo) foi aplicado em 240 estabelecimentos familiares do Rio Grande do Sul, distribuídos nas quatro áreas correspondentes às microrregiões de Pelotas, Caxias do Sul, Frederico Westphalen e Cerro Largo. Por questões metodológicas e inconsistências, alguns questionários foram descartados, resultando numa amostra de 238 estabelecimentos familiares entrevistados.

Com base nos procedimentos descritos (Box 1) obteve-se uma amostra de 62 estabelecimentos entrevistados em Morro Redondo, 59 em Veranópolis, 59 em Três Palmeiras e 58 em Salvador das Missões.

A Tab.15 apresenta as diversas modalidades de rendas que formam o ingresso econômico das 238 explorações investigadas nessa pesquisa. Os dados reunidos não fazem outra coisa senão confirmar o que indicavam as fontes secundárias apresentadas e discutidas nas subseções precedentes.

Veranópolis se apresenta como uma localidade em que a renda total (somatório de todos os tipos de receitas) é a mais elevada dentre os quatro estudos de caso dessa investigação. Esse valor supera mais do que duas vezes a renda total média de Morro Redondo e Três Palmeiras.

Outro dado que chama a atenção prende-se ao valor correspondente às rendas não-agrícolas que, como dissemos anteriormente, provém, em boa medida, dos salários dos colonos-operários pagos pelas fábricas de calçados e metalúrgicas da região.

Também as rendas agrícolas são consideravelmente mais elevadas que nos demais municípios. A renda de aposentadorias e pensões confirma o que havíamos destacado nos parágrafos antecedentes. Nada menos que R\$ 447,30 mensais ingressam, em média, no caixa das 59 famílias entrevistadas por conta desta importante política pública. Para o conjunto representado pelas 238 famílias a renda média de aposentadorias e pensões corresponde a R\$ 277,95 mensais.

A bem da verdade, haveria inúmeros fatores que presumivelmente contribuem para fazer com que a renda agrícola total de Veranópolis seja consideravelmente mais elevada que nas demais localidades examinadas. A proximidade com os grandes centros consumidores, as boas condições de infra-estrutura produtiva e de escoamento da produção, entre outros fatores; todavia, não há como negar que a alta capacidade de investimento é favorecida pelos recursos que muitas famílias contam ao terem parte de seus membros como assalariados em fábricas e/ou em outras atividades produtivas.

Ironicamente o trabalho de campo identificou um grande número de situações em que agricultores familiares de Veranópolis são obrigados a contornar as dificuldades com solos de grande declividade e afloramento de rochas, impedindo a mecanização das lavouras. Outro dado que chamou a atenção tem a ver com o fato de que é justamente nesta localidade onde há um escasso número de contratos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tabela 15. Valores médios anuais por estabelecimento investigado relativos à Renda Agrícola, Renda de Atividade Não-agrícola, Outras Rendas do Trabalho, Rendas de outras fontes e rendas de aposentadorias e pensões nos quatro estudos de caso.

Tipo de renda média anual por estabelecimento	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
Renda Agrícola	7.698,71	18.072,00	11.139,31	14.317,39
Renda de atividade não-agrícola	2.339,16	5.617,07	722,20	3.243,02
Outras rendas do trabalho	423,66	380,34	472,88	471,28
Renda de aposentadoria, pensão e/ou amparo	3.343,40	5.367,58	1.665,79	2.957,91
Renda de outras fontes	198,06	832,59	119,07	191,55
Renda Total	14.003,00	30.269,58	14.119,26	21.181,15

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

É justamente o alto nível de capitalização das propriedades que faz com que muitos produtores considerem este programa como muito aquém de suas necessidades de investimento, especialmente em se tratando de vinicultores e avicultores.

Os recursos previdenciários reforçam essa capacidade de investimento das famílias na melhoria das condições em que se desenvolvem as atividades agropecuárias.

Contrariamente, à exceção das rendas provenientes da previdência social, as outras localidades não contam com condições e oportunidades similares, tal qual brinda o aludido “padrão terceira Itália” de desenvolvimento. Examinemos agora outras questões.

Os dados da Tab.16 mostram que em 148 dos 238 estabelecimentos pesquisados havia a presença de pelo menos um membro da família na condição de aposentado e/ou pensionista, ou seja, em 62,2% do universo de explorações investigadas, dado que indica a ampla cobertura do sistema previdenciário no campo.

Entre as localidades estudadas, a maior incidência da seguridade social está em Veranópolis, onde em 78% dos domicílios pesquisados tem-se a presença de aposentados ou pensionistas. Logo após vem Morro Redondo, em que mais de 2/3 dos estabelecimentos acham-se nessa situação, ao passo que em Salvador das Missões e Três Palmeiras a proporção de domicílios onde vivem aposentados e/ou pensionistas é de respectivamente 62,1% e 42,4%.

Tabela 16. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a presença ou não de aposentados e/ou pensionistas no domicílio.

Presença de aposentados e/ou pensionistas no domicílio	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões	Total
Sim	41	46	25	36	148
Não	21	13	34	22	90
Total	62	59	59	58	238

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Há um grave equívoco em algumas análises que insistem em considerar que o recebimento da aposentadoria ou pensão interrompe a atividade produtiva dos estabelecimentos familiares. Os fatos mostram que muitos dos atuais beneficiários são os titulares da própria exploração os quais, como referimos anteriormente, cumprem o desiderato no sentido de sustentar familiares em situação de desemprego ou subemprego ou quando é necessário fazer frente às despesas regulares, eventuais ou extraordinárias que se apresentam no cotidiano das famílias rurais.

Questionada sobre o fato de continuar trabalhando, de trabalhar mais, menos ou igual ao que trabalhava antes de começar a receber sua aposentadoria, assim se expressou uma agricultora residente em Veranópolis:

Sim eu continuo, porque eu gosto muito, eu gosto de lidar com vacas de leite, então eu gosto, eu continuo. [...] Olha igual ou mais, porque tem muito mais coisa pra pagar que a gente às vezes quando uma pessoa se aposenta diria assim: eu me aposento não vou trabalhar, aí sim que a pessoa vai água abaixo, né, ela deve continuar pra poder sempre se manter num nível mais ou menos, que possa dar alimentação e a sobrevivência da casa. (informação verbal³⁵)

Os dados da Tab.17 trazem novos elementos a esse debate. Ao examinarmos o conjunto de 238 estabelecimentos pesquisados vemos que a renda agrícola anual média das explorações que contam com aposentados e/ou pensionistas é ligeiramente superior à dos estabelecimentos em que essa condição não se verifica.

Entretanto, do ponto de vista da renda total média, as diferenças transparecem, de forma substancial, entre os dois tipos de explorações. Como mostra a Tab.17, a renda total anual média das explorações com aposentados é de

³⁵ Informação fornecida por I. S. (agricultora aposentada), em entrevista concedida no município de Veranópolis, Ago/2007.

R\$ 22.342,94, ou seja, quase 30% superior a dos estabelecimentos sem aposentados.

Se este é o comportamento da renda agrícola e da renda total do ponto de vista do conjunto de estabelecimentos entrevistados, a análise desagregada por município revela algumas diferenças que merecem ser sublinhadas (ver Fig.12).

Olhando sob o prisma da renda agrícola média total, vemos que em Veranópolis há uma diferença importante dos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas, que é 32,8% superior aos estabelecimentos em que essa condição não se verifica. Mas esta diferença se amplia quando analisa-se os dois tipos de explorações do ponto de vista da renda total. Ela é 36,2% maior nos estabelecimentos com aposentados do que naqueles em que não há aposentados ou pensionistas em seu interior.

Tabela 17. Renda Agrícola e Renda Total nos estabelecimentos com e sem aposentados.

Tipo de Renda		Valor médio ano (R\$)
Renda Agrícola	Com aposentados	12.940,33
	Sem aposentados	12.400,31
Renda Total	Com aposentados	22.342,94
	Sem aposentados	15.654,20

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Em Morro Redondo a situação inverte-se em relação ao constatado em Veranópolis do ponto de vista da renda agrícola. Os estabelecimentos sem aposentados apresentam uma renda agrícola média 30,3% superior ao dos estabelecimentos com aposentados. Todavia, quando enfocamos a renda total a situação é a mesma ao que ocorre em Veranópolis, visto que nos estabelecimentos com aposentados esta é 43,9% maior nos domicílios em que vivem aposentados e pensionistas.

No município de Três Palmeiras a renda agrícola média total dos estabelecimentos com aposentados é de R\$ 7.995,87, enquanto que nos estabelecimentos sem aposentados ela atinge R\$ 13.450,67. A explicação para este dado (68% de diferença entre ambas) há que ser buscada no fato de que nesta localidade existe uma grande distância que separa as explorações familiares. Num

dos extremos temos unidades de produção altamente mecanizadas e integradas, ao passo que no pólo oposto há grupos domésticos que sobrevivem praticamente no limite da subsistência. Esta distância entre estabelecimentos com e sem aposentados se reduz do ponto de vista da renda total, equivalente a 22,8%.

Em Salvador das Missões temos uma situação mais equilibrada do ponto de vista da renda agrícola média entre os dois tipos de explorações familiares. Nos estabelecimentos com aposentados a renda agrícola média é 19,8% superior ao grupo sem aposentados ou pensionistas. Outrossim, quando analisamos as duas classes de estabelecimentos sob a ótica da renda total há uma distância considerável entre ambas, equivalente a 51,6% maior nos que contam com o ingresso de aposentadorias e/ou pensões.

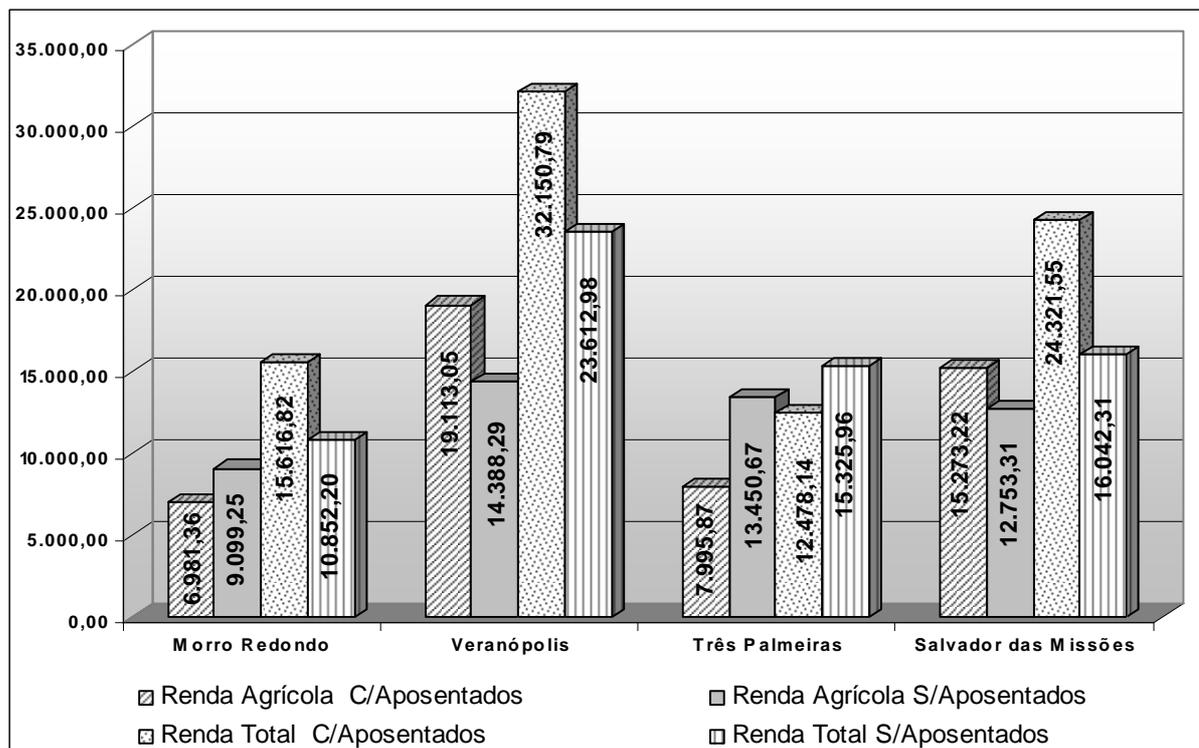


Figura 12. Renda Agrícola e Renda Total, em reais, nos estabelecimentos com e sem aposentados em cada um dos quatro estudos de caso.

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Apesar de estarmos diante de estabelecimentos familiares, não resta dúvida de que existem grandes discrepâncias entre os tipos de explorações. Estamos conscientes de que a média aritmética pode não representar um bom indicador que permita obter conclusões minimamente satisfatórias. Entrementes, os dados aqui apresentados não destoam de forma relevante das informações obtidas através de

fontes secundárias que foram anteriormente discutidas, o que, na nossa acepção, confere legitimidade ao que foi aqui apresentado.

Os dados que reunimos na Tab.18 expõem um outro modo de captar a realidade do ponto de vista da diversidade de situações que se ocultam no universo da agricultura familiar gaúcha.

Na primeira linha dessa tabela apresenta-se o percentual de explorações nas quais a renda de aposentadorias e pensões supera à renda agrícola. Em Morro Redondo, em consonância com o que já havíamos referenciado, é onde essa proporção alcança o mais alto nível, equivalente a 34,1% dos casos.

Em compensação, em Veranópolis, mesmo com o elevado número de aposentados e pensionistas residentes nos estabelecimentos familiares, essa situação é constatada em apenas 19,6% dos casos. Em Salvador das Missões e Três Palmeiras temos uma situação muito similar, considerando que essa situação se identifica com 27,8% e 28,0% dos casos, respectivamente.

No afã de avaliar a importância das rendas previdenciárias *vis a vis* o conjunto de ingressos econômicos familiares, aqui referido como “renda total” (soma de todos os tipos de rendas) construiu-se outro indicador incluído na última linha da Tab.18.

Tabela 18. Percentual dos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas em que a renda de aposentadorias e pensões é maior que a renda agrícola nos quatro estudos de caso

Condição	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
Renda de Aposentadorias e Pensões maior que a Renda Agrícola	34,1	19,6	28,0	27,8
Renda de Aposentadorias e Pensões maior que 50% da Renda Total	29,3	10,9	28,0	16,7

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Através dele vemos que em apenas 10,9% dos casos a renda de aposentadorias e pensões supera a metade da renda total para as famílias rurais de Veranópolis. Em compensação, em Morro Redondo e Três Palmeiras isso se verifica, respectivamente, em 29,3% e 28,0% dos casos. Em Salvador das Missões constatamos a ocorrência dessa condição em 16,7% dos casos.

A destacada situação de Veranópolis se exprime diante da diversificação das fontes de ingresso econômico, especialmente as de caráter não-agrícola, derivadas, em muitos dos casos, da crescente unificação dos mercados de trabalho urbanos e

rurais relatada anteriormente. O comércio e o turismo regional contribuem também para conferir essa condição que se verifica como muito mais limitada nas outras regiões que foram objeto da pesquisa.

No último ano agrícola, o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi efetivamente utilizado, de alguma forma, no financiamento das atividades agropecuárias?

Essa é uma das grandes questões a que nos propomos responder com a realização dessa pesquisa, a qual foi igualmente apresentada aos nossos entrevistados. Os dados da Tab.19 confirmam a hipótese originalmente formulada em outros estudos anteriormente referidos. Este cenário pode ser confirmado nos depoimentos obtidos nas entrevistas concedidas durante nosso trabalho de campo:

[...] um casal de idosos tem a sua receita e repassam para os filhos que lhe dão sustento, acompanham e tal. E para a saúde, é lógico, nem todos vivem só com o remédio básico, então eles gastam bastante em remédios também, mas o resto, normalmente é investido, junto ao filho, na agricultura. É uma forma de, realmente, passar recursos. Que aqui, a região de alemães tem muito esse costume de o casal ficar e, se sobrou, passa para os filhos, e os filhos investem, inclusive na questão do plantio. (informação verbal³⁶)

[...] deu pra reformar o galpão [...] nós compramos uréia pra fazer essas coisas aí. [...] paga luz, paga a água, compra um pouco pro gado, pra criação e não sobra mais nada. (informação verbal³⁷)

[...] usei pra compra de muda de uva e adubo. [...] quanto mais que tu recebe, tu faz mais né, tu paga mais coisas, tu compra alguma coisa porque é certo, que no dia certo vem o benefício. (informação verbal³⁸)

Não obstante, há diferenças relevantes entre os quatro estudos de caso. Assim, em mais de 2/3 dos estabelecimentos observados de Veranópolis os entrevistados informaram haver utilizado os recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias. Paradoxalmente, trata-se da localidade que apresenta as maiores rendas agrícolas, não-agrícolas e totais entre todos os estudos de caso.

³⁶ Informação fornecida por E. S (representante de órgão público), em entrevista concedida no município de Salvador das Missões, Ago/2004.

³⁷ Informação fornecida por V. E. (agricultor aposentado), em entrevista concedida no município de Salvador das Missões, Ago/2004.

³⁸ Informação fornecida por L. T. (agricultora pensionista), em entrevista concedida no município de Três Palmeiras, Ago/2007

Em Morro Redondo, onde em termos médios, tem-se as mais baixas rendas agrícolas, numa elevada proporção dos estabelecimentos (quase 49%) foi relatado o uso das aposentadorias ou pensões no financiamento das atividades agropecuárias.

Em Salvador das Missões e Três Palmeiras essa destinação se verifica em respectivamente 47,2% e 40,0% dos casos. Esses dados retratam o papel transcendental que desempenha a previdência social rural para a dinâmica da agricultura familiar³⁹, tanto nas regiões mais prósperas quanto nas mais deprimidas, assim como entre os diversos tipos de explorações. Efetivamente encarna o papel de um “seguro agrícola” tal como havia sido formulado em estudos como o de Delgado e Cardoso Jr. (1999).

Tabela 19. Percentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias

Condição	Morro Redondo	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
Houve o uso efetivo do recurso de aposentadorias no financiamento das atividades agropecuárias	48,8	67,4	40,0	47,2

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Se é tão expressivo o uso dos recursos previdenciários no financiamento direto ou indireto das atividades agropecuárias, qual seria exatamente a destinação primordial dessas rendas?

Segundo indicam os dados da Tab.20, o custeio das atividades produtivas é absolutamente preponderante entre os entrevistados do ponto de vista da destinação dos recursos previdenciários. Essa resposta nos é formulada em 92,5% entre os oitenta casos em que houve a utilização das aposentadorias e pensões nas atividades agropecuárias.

As outras destinações envolvem pagamento de reparos em equipamentos de uso doméstico, de despesas de consumo, conta de telefone e luz da família.

O depoimento abaixo ilustra a situação de muitos agricultores que diante de inúmeros compromissos financeiros, vêem-se obrigados a utilizar os recursos da aposentadoria para fazer frente a despesas diversas. Trata-se de uma agricultora

³⁹ É importante ressaltar que as regras que atualmente regulam o funcionamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) estabelecem a não contabilização de “proventos da previdência rural e programas sociais” para fins de enquadramento dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF (A, B, C, A/C, D, E). Ver a propósito: <http://www.mda.gov.br/saf>.

que destinou sua aposentadoria para financiar o estudo da filha, além do custeio da própria atividade agrícola.

[...] eu gastei bastante com o estudo dela, qualquer coisa que vem pela frente a gente tem que fazer né. [...] ajudei a filha no estudo né, porque ela sozinha, ela trabalhava, mas ela não conseguia dar a volta em tudo, entre passagens e livros e tudo né. [...] por exemplo agora se eu quero comprar mais uma vaca, tenho que usar adubos, máquinas, quando mando lavrar a lavoura, semear o pasto, estas coisas, eu tenho que usar aquele né, então é sempre pouco como a gente diz. [...] Eu tenho que usar, porque faz parte né, ele é pouco mas em todos juntos temos que fazer alguma coisa. [...] É e com as coisas que a gente precisa pra plantar, paga uma máquina, compra o adubo, compra a semente, qualquer coisa que precisa tu tem que ocupar né, então é tão pouco que não dá nem pro plano de saúde. (informação verbal⁴⁰)

O depoimento colhido serve de suporte para uma série de observações feitas ao longo dessa dissertação no sentido de evidenciar a natureza enigmática da agricultura familiar, entendida aqui como forma social de produção em que a instituição “família” e o campo de exercício profissional encontram-se intimamente ligados, a tal ponto que se torna impossível a tarefa de isolar o que são gastos da exploração agropecuária propriamente dita das despesas pessoais e familiares.

Tabela 20. Percentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias, segundo a destinação preponderante.

Destinação dos recursos previdenciários	%
Custeio de atividades produtivas	92,5
Custeio de atividades produtivas e compra de máquinas e/ou equipamentos	1,25
Outra destinação	6,25
Não soube/não quis responder	0,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS (2004).

Há, por suposto, claros elos de ligação com a lógica de funcionamento preconizada por Chayanov em sua microteoria do comportamento da unidade familiar de produção. A questão é que as famílias rurais vêm-se diante do crescimento incessante de novas necessidades de consumo, cujo impacto remete-as a um esforço por incrementar o nível de ingresso econômico, nem sempre factível com base exclusivamente nas rendas agropecuárias.

⁴⁰ Informação fornecida por L.T. (agricultora aposentada), em entrevista concedida no município de Veranópolis, Ago/2007

O estudo da filha, o seguro-saúde inscrevem-se, por certo, no rol dessas novas necessidades em relação às quais há que buscar suporte e enorme capacidade de gerir as adversidades e incertezas da agricultura. O recebimento de uma pensão ou aposentadoria, inexoravelmente, confere segurança e estabilidade para as famílias rurais em seu dia a dia.

6 Conclusões

Os resultados da pesquisa aqui relatados representam uma pequena parcela do universo de informações levantadas a campo no marco de um estudo que teve por premissa apresentar uma rigorosa aproximação sobre a diversidade de situações que se ocultam no âmbito da agricultura familiar do Rio Grande do Sul.

Inevitavelmente procurou-se demonstrar o quão distintas podem ser as condições de existência social das famílias rurais gaúchas, muitas das quais dependem, não apenas da generosidade dos frutos da terra e da boa vontade das condições climáticas, mas de um amplo leque de estratégias agrícolas e não-agrícolas.

O mérito indiscutível dos novos estudos sobre o rural brasileiro é justamente demonstrar a grande contribuição da previdência social rural na preservação do tecido social e produtivo de um grande número de localidades brasileiras, tal qual buscou-se aqui evidenciar nos quatro estudos de caso.

Entre as conclusões fundamentais, e que permite aprofundar o debate sobre as interfaces da seguridade social, é justamente reafirmar o que outros estudos já haviam alertado, qual seja, o fato de que aposentadorias e pensões são efetivamente utilizadas para financiar indiretamente a agricultura.

Tudo indica que essa proporção mostrar-se-ia acrescida, sensivelmente, em situações de calamidades, como no caso do ciclo de secas que assolaram os campos do Rio Grande do Sul nos últimos anos, e em outras localidades do Brasil meridional. O mesmo há que ser dito no caso de crises no mercado de *commodities* (soja, trigo) que determinam uma dependência ainda maior das chamadas “fontes sociais” para enfrentar um quadro de dificuldades e inúmeros desafios.

Torna-se fundamental avançar no debate sobre essas questões num momento que coincide com a retomada das discussões em torno das reformas no sistema de seguridade social, transcorridos quinze anos desde que as mudanças foram efetivamente implementadas, cujos impactos foram decisivos sobre o conjunto da população rural brasileira.

Mesmo entre localidades com alto Índice de Desenvolvimento Humano, a previdência social é hoje um dos grandes esteios da economia local. Para

municipalidades submetidas a condições exatamente opostas, a previdência ergue-se hoje como instrumento através do qual torna-se possível garantir a permanência de pessoas no campo e nos pequenos municípios brasileiros. A expectativa de conquista desse direito de aposentadoria faz com que muitas famílias, ao longo de seu ciclo vital, incorporem a questão da previdência nos quadros de referência que orientam suas respectivas escolhas e estratégias de sobrevivência.

O trabalho aqui desenvolvido buscou demonstrar que os referenciais teóricos convencionais apresentam limitações do ponto de vista da compreensão das bases em que opera a dinâmica da agricultura familiar contemporânea. Se do ponto de vista do marxismo agrário ortodoxo não se concretizou o vaticínio da desaparecimento das formas familiares de produção, tal como se havia previsto, também há que ser levado em conta certas dificuldades da concepção chayanoviana em justificar a permanência destas unidades de produção com base no entendimento de suas conhecidas singularidades.

O recebimento de rendas alheias à esfera da produção agropecuária, como é o caso das pensões e aposentadorias não implica ruptura com a lógica do balanço consumo-trabalho apregoada por Chayanov⁴¹ para explicar a morfologia camponesa, mas certamente alteram-se as condições em que se desenvolve o ciclo vital das unidades familiares de produção. Essa afirmação se impôs no contato com a realidade concreta, particularmente nos depoimentos dos agricultores entrevistados e de outros membros das famílias rurais.

O recebimento dessas rendas supôs garantias aos agricultores, aliviando a estrita dependência no desempenho das atividades agropecuárias. Há, entretanto, outros aspectos fundamentais, os quais, ainda que não representassem o objeto central da presente investigação, são essencialmente importantes, como a questão do resgate da auto-estima dos agricultores e agricultoras propiciada pelo fim do tratamento diferenciado da “clientela rural” em relação à urbana.

Nesse plano se insere a questão do papel transcendental jogado pelas políticas públicas na sustentação e dinamismo das atividades econômicas no âmbito das pequenas localidades, a distribuição da renda entre as regiões do país e a redução das desigualdades sociais.

⁴¹ Ver a propósito CHAYANOV (1974).

Os dados obtidos junto às instituições públicas revelam que não se sustenta a tese de que há uma expansão no sistema de aposentadorias e pensões, tal como vem sendo apresentado por certos setores da academia e especialmente no âmbito de instituições governamentais. O grande crescimento no número de aposentadorias, pensões e amparos verificado na década de noventa arrefeceu e inclusive vem se reduzindo em algumas regiões do país, particularmente em algumas das áreas de estudo que fizeram parte dessa pesquisa, não obstante um cenário de incremento na esperança de vida da população rural.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. SP: Hucitec / ANPOCS / UNICAMP, 1992. 275 p.

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Uso do Solo. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v.11, n.2, abr-jun, 1997. p.73-78.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA / Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>> (Banco de dados eletrônico)

AZEVÊDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.

BALSADI, O. V. Comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003. In: **Informações Econômicas**, IEA, São Paulo, v. 35, nº 9, 2005. p. 38-49.

BERGAMASCO, S. M. P. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23: 1-58: 7-16, 1993.

Bezerra, A. J. A. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul**. 2006. 126p. Tese (Doutorado em Agronomia), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. 2002. 173 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 De julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**, atualizada até a Emenda Constitucional nº 35, de 20 de dezembro de 2001. 29ª ed. Atualizada e ampliada, São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Decreto nº 3.048 - de 6 de maio de 1999, dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Previdência Social. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1999/3048.htm>>.

BRASIL, Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923 - DOU de 28/01/1923, Lei Eloy Chaves, dispõe sobre a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>>

BRASIL, Decreto nº 75.208 - de 10 de janeiro de 1975, dispõe sobre a extensão aos garimpeiros autônomos os benefícios do PRO-RURAL. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1975/75208.htm>>

BRASIL, Decreto nº 77.514 - de 29 de abril de 1976, dispõe sobre a aprovação o Regulamento da Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1975/75208.htm>>

BRASIL, Decreto nº 77.077 - de 24 de janeiro de 1976, dispõe sobre a Consolidação das Leis da Previdência Social. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1976/77077.htm>>

BRASIL, Decreto-Lei nº 564, de 1 de maio de 1969, dispõe sobre a expansão da previdência social a empregados não abrangidos pelo sistema geral. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1969/564.htm>>.

BRASIL, Decreto-Lei nº 7.526, de 7 de maio de 1945, dispõe sobre a Lei Orgânica dos Serviços Sociais. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1945/7526.htm>>.

BRASIL, Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei Orgânica da Seguridade Social, dispõe sobre a organização da Seguridade Social. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8212.htm>

BRASIL, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm>

BRASIL, Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>

BRASIL, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4504.htm>>

BRASIL, Lei Complementar nº11, de 25 de maio de 1971. Dispõe sobre a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRO-RURAL. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/SISLEX/PAGINAS/43/1971/11.htm>>.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário – 1995/1996**. Nº 22, Rio Grande do Sul. R. de Janeiro, Brasil, 1998.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico – 2000**, R. de Janeiro, Brasil, 2001.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contagem da População 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>
Acesso em Novembro de 2007.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/default.shtm>>
Acesso em Janeiro de 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 11 de julho de 2007.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico – 2000**, R. de Janeiro, Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto de Cooperação Técnica FAO-INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. BRASÍLIA, FEV. 2000. 40 P.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. SADE: Banco de dados da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>> Acesso em: Abril de 2006

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **Anuário estatístico da previdência social**. Brasília: MPAS / DATAPREV, 1991 a 2000.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Previdência, assistência social e combate à pobreza**. Brasília: MPAS, 2000. 128 p. (Série Debates)

CALDAS, N. V. **Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto da previdência em Salvador das Missões, RS**. 2004. 69p. Monografia (Conclusão de Curso em Sociologia), Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CAMARANO, A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In: **Anais do XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 1997. 20 p. (mimeo)

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (ed.) **O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste)**. V. 4, Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 194 p.

CONTERATO, M. A. **A Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. 209f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

CORTEZ, F. P. **Pluriatividade e o Estado da Arte da Agricultura Familiar no município de Morro Redondo, RS. 2006. 136p**. Tese (Doutorado em Agronomia), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: um estudo de caso no município de Morro Redondo**. 2005. 95p. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

DAVID, M. D. et al. Previdência Rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: **Anais do Seminário FAO/CEPAL/RIMISP: Experiências exitosas de combate à pobreza rural na América Latina**. Ago/set, Santiago, Chile, 1999.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. 222 p. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

DELGADO, G. C. Agricultura familiar e política no Brasil: Situação atual e perspectivas. In: **Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, nº 3, V. 24, set-dez, 1994.

DELGADO, G. C. e CARDOSO JR, J. C. **O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência recente da Universalização**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. Documentos FEE nº 48, Índice Social Municipal Ampliado. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documetos/documentos.fee.48.zip>>.

FOSTER, G. M. What is a Peasant? In: POTTER, J. M., DÍAZ, G, M. N. FOSTER, G. M. (Eds.) **Peasant Society-A Reader**. Boston: Little, Brown & Co., 1967.

FRANÇA, A. S. **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**. 2ª ed. Brasília: ANFIP, 2000. 243p.

FRANÇA, A. S. A importância da previdência social na economia dos municípios brasileiros e o resgate da cidadania. In: BRASIL, Ministério da Previdência Social, **Conjuntura Social**, V. 14, nº 1, Maio-Ago. Brasília: MPS, ACS. 2003. p.15-40.

FROEHLICH, J. M. Turismo rural e agricultura familiar. In: Almeida, J.e Riedl, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1 ed., V. 1, Bauru: EDUSC, 2000. p. 181-198.

GASSON, R. e ERRINGTON, A. **The Farm Family Business**. Wallingford, Cab International, 1993.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do alto Uruguai/RS**. 2004, 306p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRISA, C. **A Produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HEYNIG, K. Principales Enfoques sobre la Economía Campesina. In: **Revista de La CEPAL**, Chile, Abril. 1982. p. 115-142.

JOHNSTON, B. F. e MELLOR, J. W. The Role of Agriculture. In: **Economic Development. American Economic Review**. V. 51, n.4, Septiembre, 1961. p. 566-593.

JORGENSON, D. W. The Development of a Dual Economy. In: **Economic Journal**, n. 71, Junio. 1961. p. 309-334.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3ª ed., S. Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 p.

KOPPE, L. R. **A estratificação social e a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2004. Monografia (Conclusão de Curso em Sociologia), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KROEBER, A. L. **Anthropology**. 2 ed., Nova York: Harcourt Brace, 1948.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar. Comparação Internacional - Uma Realidade Multiforme**. (Trad. de TIJIWA, A.) Coleção Repertórios Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 336 p.

LENIN, V. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2ª ed., S. Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p. (Os Economistas)

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor. In: AGARWALA A. N. e SINGH, S. P. (Eds). **The Economics of Underdevelopment**. Londres: Oxford University Press, 1954. p. 400-449.

- MEDEIROS, L. S. Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical. In: **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, V.11, n.2, abr-jun, 1997. p.65-72. 136 p.
- MEDICI, A. C. e MARQUES, R. M. Regulação e previdência social no Brasil: evolução e perspectivas. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, nº 85, maio/agosto.1995. p. 57-114.
- NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007. 218p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- REDFIELD, R. **Yucatán, uma cultura em transición.** México: Fondo de la Cultura Económica, 1944.
- SACCO DOS ANJOS, F. **A Agricultura Familiar em transformação: O caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina.** Pelotas: Editora da UFPel, 1995.169p.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374p.
- SACCO DOS ANJOS, F. **AFDLP - Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul.** CNPq/UFPel/UFRGS, Pelotas, 2004. (Relatório de pesquisa)
- SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. In: **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre, V. 26, n. 1, 2005. p. 661-694.
- SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. V. Pluriactividad y sucesión de la agricultura familiar em el sur de Brasil. In: **Perspectivas Sociales**, V. 8, nº 2, Monterrey, Nuevo León, México, 2006. p. 61-91.
- SALAMONI, G. **Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável - O Exemplo de Santa Silvana , Pelotas-RS.** 2000, 331p. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.
- SARRACENO, E. Alternative Readings of Spatial Differentation: the rural versus local economy approach. In: **European Review of Agricultural Economics**, V.4, nº 1, Italy, 1994. p.451-474.
- SARRACENO, E. Recent Trends in Rural Development and their Conceptualization. In: **Journal of Rural Studies**, V.10, nº 4, London, 1994a. p. 321-330.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 205 p.
- SEYFERTH, G. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico.** Porto Alegre: Movimento, 1974. 159 p. (Coleção Documentos Brasileiros)
- TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: Le paysan polonais.** Armand Colin, Paris, 1973.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, Instituto de Economia, Núcleo de Economia Agrícola. Projeto Rurbano. Disponível em: <
<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>>

VARJÃO, K. V. C. e LEVYSKI, L. W. S. O impacto da previdência social como fator de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros – o caso específico de Macururé, Bahia. In: **Conjuntura Social**, V. 12, nº 1, 2001.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

Apêndices

Apêndice - A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS - BENEFICIÁRIOS

Início da gravação registrar:

data, horário, local, nome do entrevistado, estado civil, idade

- Composição: nº de pessoas residentes no estabelecimento, nº de filhos
- Quantas pessoas recebem algum tipo de benefício da previdência social? Quem (e qual a relação de parentesco com o entrevistado)?
- Que tipo de benefício recebe da Previdência? Desde quando?
- De que forma encaminhou o pedido de aposentadoria? Teve alguma dificuldade no encaminhamento dos papéis? Se sim, de que tipo?
- Caso recebesse o FUNRURAL antes de 1988, como sentiu as mudanças ocorridas após a CF?
- No caso de haver passado a receber após as mudanças ocorridas na CF, como se sente tendo o direito a receber mensalmente esse benefício (aposentadoria)?
- O Sr. trabalha na agricultura atualmente? Exerce alguma outra atividade? Qual?
- O Sr. trabalha mais, menos ou igual ao tempo em que não havia se aposentado?
- Quem é o responsável pelo estabelecimento atualmente?
- Qual é a principal fonte de renda da família? É suficiente para atender as necessidades familiares?
- A aposentadoria ou pensão é utilizada exclusivamente para os seus gastos?
- O Sr. (a) ajuda financeiramente alguma pessoa da família? (**Se sim**) Ela é feita com o valor recebido da previdência?
- Já utilizou a aposentadoria ou pensão, alguma vez, para cobrir despesas na atividade agrícola? **No caso de uma resposta afirmativa**, que importância atribui a esses benefícios para ajudar na produção?
- A aposentadoria ou pensão já serviu para ajudar na compra de alguma máquina ou equipamento para o estabelecimento?
- De que maneira é utilizada a renda proveniente da previdência social?
- Todos os membros de sua família trabalham dentro do estabelecimento? (**Se não**) algum membro de sua família encontra-se desempregado? No caso de sim, participava das despesas do estabelecimento?

Êxodo rural, transformações estruturais e influência (envelhecimento, masculinização, sucessão).

- Já pensou em deixar a colônia? (**Em caso de resposta positiva, solicitar que o entrevistado comente o motivo**). O fato de receber o benefício influenciou na sua decisão em permanecer?
- O que mudou na sua vida e na de sua família depois que passou a receber o benefício? [pedir que comente se ocorreu alguma mudança na relação familiar, importância e/ou valorização do idoso (a)]

Participação Social

- Quais as formas de lazer sua e de sua família?
- Participa em alguma atividade na comunidade local? (**grupo de canto, bocha, dominó, baile, etc.**)
- O Sr. passeia ou se diverte mais depois que passou a receber o benefício da previdência?

Opinião

- Como avalia a condição de sua família após o ingresso dos benefícios da previdência na renda familiar?
- Quanto aos serviços prestados pela Previdência Social como vê o atendimento? Poderia melhorar? Em que?
- Com relação ao Sistema de Aposentadorias e Pensões Rurais como poderia melhorar?
- Frente às transformações ocorridas na Previdência Rural, quais as conseqüências percebidas no município?

Apêndice - B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

TÉCNICOS E REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAL E SINDICATO RURAL

Início da gravação registrar:

data, horário, local, nome do entrevistado, entidade, cargo e autorização.

<u>TÉCNICOS E REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAL E SINDICATO RURAL</u>
<p><u>Atuação dos órgãos públicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Como é a atuação desta entidade junto aos trabalhadores rurais do município? (pedir que o entrevistado descreva o trabalho que é desenvolvido no município)
<p><u>Aspectos históricos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais foram as principais transformações que ocorreram na agricultura do município nas últimas décadas? O que provocou estas transformações? ▪ Quais as conseqüências para os agricultores? (pedir para detalhar)
<p><u>Êxodo rural, transformações estruturais e influência (envelhecimento, masculinização, sucessão).</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A população rural tem se mantido nos últimos anos no município? ▪ O município tem enfrentado problemas com o êxodo de jovens? Problemas de sucessão?
<p><u>Políticas públicas (PRONAF/Fundo Municipal)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual a importância do Pronaf em seu município? Há outras políticas de igual ou maior importância? ▪ Se são importantes, que resultados elas têm propiciado?
<p><u>Previdência Social Rural</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Frente às transformações ocorridas na Previdência Rural (extensão às mulheres, piso de 1 S.M. auxílio maternidade, etc.), quais as conseqüências percebidas no município? ▪ Qual a importância dos recursos das aposentadorias e pensões para a economia do município? ▪ Qual a importância desta política para a agricultura do município? Seus recursos estão favorecendo o financiamento das atividades agrícolas? ▪ É possível que os agricultores estejam utilizando os recursos dos benefícios como forma de substituição aos financiamentos/créditos tradicionais? ▪ Qual a importância destes benefícios para os agricultores familiares do município? ▪ Qual o destino principal (que o Sr. acredita) dado aos recursos recebidos da previdência? ▪ É possível que as aposentadorias e pensões sejam fatores que influenciem na tomada de decisão por parte dos agricultores em permanecer morando no meio rural e/ou continuar as atividades que desenvolvem? Ou, ao contrário, estimula a saída das pessoas para residirem na cidade? ▪ Como é a atuação da Previdência Social no município (serviços, atendimento aos aposentados, esclarecimentos, etc.)?
<p><u>Desafios</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais os principais problemas encontrados no meio rural? (casos de doenças, suicídio, depressão, etc.)
<p><u>Perspectivas para agricultura familiar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O Sr. vê perspectivas para a agricultura familiar no município? Quais?

Anexos

Anexo

Questionário aplicado nos 240 estabelecimentos da primeira fase da Pesquisa AFDLP - CNPq/UFPel/UFRGS, 2004 - Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul.

**AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE:
A emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul**

QUESTIONÁRIO

Entrevistador:..... Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

Estrutura Fundiária, Capital e Produção

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

2) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

- | | |
|--|--------------------|
| | Quantidade de área |
| <input type="checkbox"/> através de herança | |
| <input type="checkbox"/> compra de parentes | |
| <input type="checkbox"/> compra de terceiros | |
| <input type="checkbox"/> através de doação | |
| <input type="checkbox"/> as terras são de posse provisória | |
| <input type="checkbox"/> por atribuição (colonização, etc) | |
| <input type="checkbox"/> outra _____ | |

3) SE HOUVE HERANÇA (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros:

- o marido herdou a terra de sua família
 a esposa herdou a terra de sua família
 ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual
 outra _____

4) Como o pai do Senhor procedeu na distribuição de sua propriedade aos seus filhos (no caso a ele próprio e eventuais irmãos)?

- Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)
 Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)
 Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)
 A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA)
 A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)
 Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)
 Não houve herança
 Outra forma _____

6) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
Sementes		
Mudas		
Adbos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		

Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).

7) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

8) Possui HORTA? Sim () Não ()

8.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

8.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

8.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

- alface cenoura repolho radite pimentão
 beterraba couve tomate rúcula moranga
 cebola salsa alho couve-flor brócoli

9) Possui POMAR? Sim () Não ()

9.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

9.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

9.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- uva laranja pêra figo
 pêssego bergamota goiaba limão
 maçã abacate caqui tangerina

10) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Valor/ Unidade	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Suínos					
Ovinos					
Equínos / Muares					

11) Produção de origem animal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002] [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

12) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade
Sal mineral			
Rações (para suínos, bovinos, aves)			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas, farelos, etc.)			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais (especificar)			

13) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

14) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

16) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? (assinalar apenas uma alternativa)

- venda direta para consumidores – nas casa ou em feiras livres para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado não vende
 outro _____

17) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m ²
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leito fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

* Para efeito de depreciação considerar
 Alvenaria com menos de 50 anos – 1952
 Madeira com menos de 30 anos – 1972
 Mista com menos de 40 anos – 1962

18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]
(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Idade
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1982)		
Mercedes 608		
Caminhonete Ford F1000 até F4000		
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)		
Trator (com menos de 20 anos-1982) [indicar a marca e a potência em HP]		
Trator > 80 Hp		
Trator < 80 Hp		
Microtrator		
Equipamentos (com menos de 15 anos-1987)		
Arado de tração animal		
Arado de tração mecânica		
Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordanhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Engenho de cana		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)**		

(**) Saber quantidade e valor de: ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

DESPESAS

19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano ou mês	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			
04 Contratação de Serviços de Máquinas (trator, etc) para plantio, colheita, etc			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

23) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.(***)

Atividades Não-Agrícolas: considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

24) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

() Sim () Não () Não sabe/não respondeu

24.1) Se sim, indique com que frequência:

() regularmente () às vezes
 () quando sobra tempo () quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)
 () outra situação _____

25) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

.....

26) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

27) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas. Assinale apenas 1 alternativa:

para investimentos na propriedade tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
 para o sustento (subsistência) da família nas despesas pessoais de todo tipo
 para aumentar o conforto da casa não sabe/não respondeu
 outra _____

28) SE HOUVE, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
<input type="checkbox"/> Aquisição de terras	
<input type="checkbox"/> Aquisição de veículos (utilitários)	
<input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos ou máquinas	
<input type="checkbox"/> Aquisição de terreno na cidade	
<input type="checkbox"/> Construção e reforma da casa	
<input type="checkbox"/> Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
<input type="checkbox"/> Outros investimentos (especificar)	

29) SE HOUVE, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
<input type="checkbox"/> Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
<input type="checkbox"/> Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
<input type="checkbox"/> Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
<input type="checkbox"/> Pensões judiciais	
<input type="checkbox"/> Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
<input type="checkbox"/> Juros de aplicações financeiras ou poupança	
<input type="checkbox"/> Outras rendas (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

30) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos) [Ano agrícola setembro 2001 a agosto 2002]

Não recebeu assistência técnica ONGs
 Cooperativa de produção Empresas integradoras
 Sindicato Assistência técnica particular (liberais)
 Secretaria Estadual de Agricultura EMATER
 Secretaria Municipal de Agricultura

31) [SOMENTE para assistidos da EMATER] Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

muito satisfeito
 satisfeito
 insatisfeito
 não sabe/não respondeu

32) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas	Sim ()	Não ()
Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo	Sim ()	Não ()
Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias	Sim ()	Não ()
Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários	Sim ()	Não ()
Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais	Sim ()	Não ()

33) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Sim () Não () () Não sabe/não respondeu

33.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)	(B)		
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

34) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

34.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

Códigos

(A)	
1 Aposentadoria	2 Pensão

35) No último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto de 2002) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

35.1) Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

- () Custeio da atividade produtiva da família
 () Compra de máquinas e/ou equipamentos
 () Outro. Especificar qual? _____

36) Qual sua religião?

- () Católica
 () Protestante/evangélica - IECLB
 () Pentecostal – “Crentes”
 () outro _____

INFRAESTRUTURA BÁSICA**37) Composição da moradia**

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

37.1) Instalações sanitárias (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Banheiro completo (*)	()
Banheiro incompleto (**)	()
Casinha ou latrina	()
Nenhuma	()

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

37.2) Tipo de piso predominante**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Concreto	()
Chão batido	()
Madeira	()
Outro	()

37.3) Tipo de cobertura predominante**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Telha de barro	()
Telha de amianto (Brasilit)	()
Capim ou palha	()
Zinco ou outro metal	()
Outra	()

37.4) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Tijolo com revestimento	()
Tijolo sem revestimento	()
Tábuas	()
Tapumes ou chapas de madeira	()
Folha de zinco	()
Barro ou adobe	()
Outra	

38) Abastecimento de água**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Poço artesiano	()
Nascente ou vertente com poço	()
Córrego/Açude	()
Cacimba	()
Água do vizinho	()
Rede geral	()
Outro tipo	()

39) Destino dos dejetos humanos**(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Fossa simples (seca)	()
Fossa séptica/poço absorvente	()
Direto no solo	()
Direto nos cursos d'água	()
Não tem	()
Outro destino	()

40) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- () rede geral
 () gerador próprio
 () não possui
 () outro _____

41) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som			
02 Automóvel		12 Máquina de lavar roupa	
03 Batedeira		13 Moto	
04 Bicicleta		14 Parabólica	
05 Ferro elétrico		15 Rádio	
06 Fogão a gás		16 Televisor	
07 Fogão à lenha		17 Vídeo cassete	
08 Forno elétrico/microondas		18 Linha de Telefone fixo	
09 Freezer		19 Celular	
10 Geladeira			
11 Liquidificador			

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO**42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]**

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim () Não ()
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim () Não ()
03 Sindicato de trabalhadores	Sim () Não ()
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim () Não ()
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim () Não ()
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim () Não ()
99 Outros tipos de entidade (especificar)	
	Sim () Não ()
	Sim () Não ()

43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:

- () na própria comunidade onde residem
 () no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem
 () na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)
 () outra localidade _____

44) Em quem o Senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE [assinalar apenas uma alternativa]:

- () nos técnicos da Emater
 () no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 () nos Vereadores do município
 () nos dirigentes do seu sindicato
 () no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 () nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
 () nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 () nos vizinhos
 () Não sabe/não respondeu

45) Em quem o Senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE**(assinalar apenas uma alternativa):**

- nos técnicos da Emater
 no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 nos Vereadores do município
 nos dirigentes do seu sindicato
 no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
 nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 nos vizinhos
 Não sabe/ não respondeu

46) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:

- Muito satisfeito Insatisfeito
 Satisfeito Não sabe/não respondeu

47) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):

- uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
 uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
 uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
 Não sabe/ não respondeu

REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO**48) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):**

- melhorou muito, em todos os aspectos está pior do que antes, nada melhorou
 melhorou, em algumas coisas não se aplica (os pais não eram agricultores)
 não sabe/ não respondeu

49) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

50) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

51) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

52) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
 deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
 buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
 procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
 Não sabe/ não respondeu

53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Insatisfeito
- Não sabe/não respondeu

54) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Insatisfeito
- Não sabe/não respondeu

55) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa (assinalar apenas uma alternativa)?

- a paisagem
- o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos
- os animais e as plantas
- a tranquilidade
- os vizinhos e a comunidade em que vive
- Não sabe/não respondeu

56) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

56.1) Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:

.....

.....

.....

57) Em época de eleição, o Senhor costuma votar em candidatos que defendem e/ou apresentam propostas para agricultura e o meio rural?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

58) Qual destas propostas o senhor normalmente (em todas as eleições de que participa) leva em consideração na escolha do candidato ou partido? (assinalar apenas uma alternativa)

- melhoria de acesso ao crédito e financiamento
- melhoria da assistência técnica
- melhoria das estradas, da água e da luz
- melhoria da segurança, saúde e educação
- não sabe/ não respondeu

59) Na hora de votar, o Senhor atribui maior importância:

- ao partido
- as propostas apresentadas
- ao perfil do candidato
- não sabe/ não respondeu

60) O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família? (pedir para destacar o aspecto mais importante)

.....

.....

